

**LUANNA DE SOUZA RIBEIRO**

**HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DA  
CHAPADA DOS VEADEIROS:  
DA SUA CRIAÇÃO À SUA [RE]AMPLIAÇÃO EM  
2017**

**Dissertação de Mestrado**

Brasília – DF  
2020

**LUANNA DE SOUZA RIBEIRO**

HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS:

DA SUA CRIAÇÃO À SUA [RE]AMPLIAÇÃO EM 2017

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

Brasília/DF

2020

RIBEIRO, Luanna de Souza.

História do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: da sua criação à sua [re]ampliação em 2017. Luanna de Souza Ribeiro. Brasília: UnB, 2020. p.

Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília

Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2020

Orientação: José Luiz de Andrade Franco

1.Parque Nacional. 2.Chapada dos Veadeiros. 3.Cerrado. 4.Política ambiental brasileira. 5.História Ambiental. 6. História da Conservação 7. Patrimônio Natural da Humanidade.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva para si os outros direitos de publicação e nenhuma parte desta Dissertação poderá ser reproduzida sem a sua respectiva autorização escrita.

LUANNA DE SOUZA RIBEIRO

**HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS: DA  
SUA CRIAÇÃO À SUA [RE]AMPLIAÇÃO EM 2017**

Dissertação de mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – CDS/UnB como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

---

**Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco, (CDS-UnB)**

Orientador

---

**Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento**

---

**Prof. Dra Márcia Helena Lopes**

Brasília-DF, 28 de setembro de 2020

A natureza é o único livro que oferece um conteúdo valioso em todas as suas folhas.

Johann Goethe

Ao Parque,



## AGRADECIMENTOS

O Mestrado é um desses processos que nos coloca face a face com as nossas inseguranças, nossos medos e nossas vaidades. Porém, escrever uma dissertação em época de isolamento social devido a uma pandemia global - permeada por incertezas políticas e limitação da saúde mental individual e coletiva – se mostrou uma tarefa muito mais desafiadora. Por isso, torno cada um dos agradecimentos ainda mais especial, pois cada um deles foi necessário para que eu conseguisse completar essa Dissertação.

Deixo o primeiro agradecimento ao meu orientador, prof. José Luiz, que me acompanha nessa jornada desde 2017, ainda na Especialização da UnB Cerrado. Sem ele, essa aventura não teria sido possível.

Agradeço ao CDS e aos Professores que compartilharam conosco seu conhecimento. Em particular as professoras Cristiane Barreto e Doris Sayago e os professores José Drummond e Elimar Pinheiro, que participou da minha qualificação.

Agradeço e deixo minha admiração aos meus colegas do CDS, que me acompanharam na primeira fase dessa jornada. Sempre com muitas risadas e comprometimento brilhante.

Agradeço aos entrevistados, Sérgio Brandt, Sonia Wiedmann e Bernardo Brito, por sua presteza e disposição em compartilharem suas experiências, que enriqueceram imensamente esse trabalho e que ajudam a compor as lacunas da ainda defasada história ambiental nacional. Em particular, deixo um agradecimento para a Maria Carolina Camargos, que além da entrevista, também me auxiliou de uma forma extremamente gentil e eficiente. Sem essa fundamental ajuda, a pesquisa não teria a riqueza de detalhes alcançada.

Agradeço a todos que, de alguma maneira, auxiliaram para que essa pesquisa pudesse ser concluída. A saber: o ICMBIO, a Assembleia Legislativa do Goiás, a Kelly Lemos do MAPA, a Coordenação de Gestão da Informação Ambiental, o ISA, o Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional, com o excelente trabalho realizado com a Hemeroteca Digital.

Também agradeço aos profs. Sabine Gorovitz e Virgílio Almeida, pelo apoio e compreensão profissional.

Agradeço aos que me acompanharam ao longo dessa jornada, sempre com uma palavra amiga, um incentivo e dispostos a ajudar quando necessário.

Deixo o agradecimento final por quem esteve comigo durante a última (e mais difícil) fase desse processo, oferecendo um apoio verdadeiro e uma paciência que eu mesma já não conseguia encontrar. Deixo o meu muito obrigada, de verdade!



## RESUMO

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros é um Patrimônio Natural da Humanidade localizado no bioma Cerrado, um bioma exclusivamente brasileiro. Criado em 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins, contava com uma área de aproximadamente 625 mil hectares, que foi sucessivamente diminuída até atingir menos de 90% de sua área original. Após a ampliação de 2017, conta atualmente com 240.586,56 hectares. O objetivo geral dessa dissertação é o de compreender como se deu o processo de delimitação territorial desse Parque em três marcos distintos: o processo de criação (1961); as reduções de área (1972 e 1981); e o processo de ampliação, (2001 e 2017). Esse trabalho se insere no âmbito da história ambiental, sobretudo no nível de cultura mental de Worster. Sendo assim, foi realizado a partir de mapeamento do contexto político, institucional, socioeconômico e dos atores envolvidos. Os resultados obtidos foram o mapeamento desses contextos e o entendimento de quais áreas do parque foram afetadas, os conflitos existentes, as disposições e as motivações que orientaram as ações e posicionamentos dos diversos atores. O trabalho foi dividido a partir de três capítulos principais. No primeiro capítulo, foi feita uma contextualização histórica da região, abrangendo do início da sua ocupação até a criação do Parque em 1961. O segundo capítulo dedica-se à caracterização da região, o contexto histórico de conservação durante a ditadura militar e aborda as duas reduções. O terceiro capítulo abrange os movimentos sociais na Chapada dos Veadeiros, o processo de ampliação ao longo de 2001 a 2017 e a influência do título de Patrimônio Natural da Humanidade nesse processo. A conclusão é a de que a história do PNCV é constituída de uma série de sobreposições de contextos que não são descolados da influência em diferentes níveis e estão inseridos num contexto maior de preservação local, nacional e internacional.

**Palavras-chave:** Parque Nacional, Chapada dos Veadeiros, Cerrado, Política ambiental brasileira, História Ambiental, História da Conservação, Patrimônio Natural da Humanidade



## ABSTRACT

Chapada dos Veadeiros National Park is a Natural World Heritage Site located in the Cerrado biome, an exclusively Brazilian biome. Created in 1961, with the name of Tocantins National Park, it had an area of approximately 625 thousand hectares, which was successively reduced to less than 90% of its original area. After the 2017 expansion, it currently has 240,586.56 hectares. The general objective of this dissertation is to understand how the park's territorial delimitation process took place in three distinct milestones: the creation process (1961); the area reductions (1972 and 1981); and the expansion process, (2001 and 2017). This work falls within the scope of environmental history, above all at Worster's level of mental culture. Therefore, it was carried out from the mapping of the political, institutional, socioeconomic context and the actors involved. The results obtained were the mapping of these contexts and the understanding about which areas of the park were affected, the existing conflicts, the inclinations and motivations that guided the actions and perspectives of the different actors. This work was divided into three main chapters. In the first chapter, the historical context of the region was detailed, covering from the beginning of its occupation until the creation of the Park in 1961. The second chapter is dedicated to the characterization of the region, the historical context of conservation during the military dictatorship and it addresses the two reductions. The third chapter covers social movements in Chapada dos Veadeiros, the expansion process from 2001 to 2017 and the influence of the title of Natural World Heritage Site in this process. The conclusion is that the history of the PNCV consists of a series of overlapping contexts that are not detached from influence at different levels and are inserted in a wide context of local, national and international preservation.

**Keywords:** National Park, Chapada dos Veadeiros, Cerrado, Brazilian Environmental Policy, Environmental History, History of Conservation, Natural World Heritage

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Menção, de forma pejorativa, de povos indígenas na região entre o Rio Tocantins (à época) e o Rio dos Couros, em 1892 .....	31
Figura 2 - Estado de Goiás na Década de 1920, com grifo meu destacando a cidade de Cavalcante (em amarelo) e as cidades com estrada de ferro (em vermelho) .....	41
Figura 3 - Garimpos registrados na proximidade de São Jorge .....	44
Figura 4 - Itinerário feito pela Comissão Cruls, em 1894, na região da Chapada dos Veadeiros, que atualmente equivale à cidade de Alto Paraíso (Viadeiros).....	47
Figura 5 - Demonstração do quadrilátero Cruls, em 1894, que demarcava a área que constituiria a nova Capital.....	48
Figura 6 - Figura que mostra o Planalto Central e as distâncias para os Estados brasileiros, reforçando a ideia de integração nacional.....	51
Figura 7 - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com o tamanho atual, de 240.586,56 hectares .....	67
Figura 8 - Demarcação simples dos limites de criação do atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado com 625 mil hectares e com o nome de Parque Nacional do Tocantins inserido dentro da latitude e da longitude fisiográfica da Chapada dos Veadeiros, segundo Radambrasil (1982) .....	68
Figura 9 – Sobreposições visuais do atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em seu tamanho de criação, em azul; a redução de 1972, em rosa; e a redução de 1981, em amarelo.....	70
Figura 10 - Sobreposição entre a demarcação de 625 mil hectares, de 1961 (em vermelho) e a demarcação atual de 240.611 hectares, de 2017 (em amarelo) .....	71
Figura 11 - Situação Florestal brasileira em 1966 .....	79
Figura 12 - Figura dos Parques Nacionais em 1969, com destaque da autora para o Parque Nacional do Tocantins, atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, constando 2.140 hectares.....	86
Figura 13 - Cidades de Uruaçu e Campos Belos em perspectiva com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com o tamanho do decreto de 1972, de 171.924 hectares (em amarelo) e sua posterior redução pelo decreto de 1981, para 60.000 hectares (em vermelho) .....	100
Figura 14- Indicação gráfica da área de ampliação em 2001, com marcações da área do PNCV criada em 1961, localização do território Kalunga e RPPNs existentes.....	118
Figura 15 - Demonstração gráfica de áreas prioritárias estudadas para o processo de ampliação e criação de outras categorias de UC, com área de 65 mil hectares em destaque.....	124

Figura 16 - Divergências de áreas a serem ampliadas entre o ICMBio, governo Federal e a SECIMA, Estado de Goiás, em 2016 .....	127
Figura 17 - Em vermelho, as áreas retiradas da proposta de 2016 .....	129
Figura 18 - Área final de ampliação de 2017 do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 240.611 hectares. ....	130
Figura 19 – Representação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e os limites de sua área designada como Patrimônio Natural da Humanidade, além da Zona de Amortecimento, APA Pouso Alto, proposta da Estação Ecológica Estadual Nova Roma e limites com o território quilombola dos Kalunga. ....	132
Figura 20 - Placa localizada na Sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás. Com destaque para o título de Patrimônio Natural da Humanidade. ....	136

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Número total de Parques Nacionais do bioma Cerrado (e zonas de transição) em 2020, por nome, área (ha), ano de criação e existência de Plano de Manejo e Conselho Gestor. .... 74

Tabela 2 - Lista de Parques Nacionais divididos por fase de implantação, desenvolvimento e manutenção (A); intermediária de programação e/ou implantação inicial (B) e inicial de planejamento e projeto (C), em 1969. .... 85

Tabela 3- Lista dos Patrimônios Naturais da Humanidade e Patrimônios mistos no Brasil..... 112

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDigital	Hemeroteca Digital Brasileira
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CF88	Constituição Federal de 1988
CI	Conservação Internacional
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás
CONPARQUE	Conselho Consultivo do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CWHC	<i>Canadian Wildlife Health Cooperative</i>
DIREC	Diretoria de Ecossistemas
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
ENCA	Encontro Nacional de Comunidades Alternativas
ENCA	Encontro Nacional de Comunidades Alternativas
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FLONA	Floresta Nacional
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GEF	<i>Global Environment Fund</i>
ha	hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro De Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>

MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCV	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNH	Patrimônio Natural da Humanidade
PNUMA	Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente
PSP	Partido Social Progressista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEAGRO-GO	Superintendente de Desenvolvimento Agrário e Fundiário
SECIMA	Secretaria de estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e assuntos Metropolitanos (Goiás)
SECOM	Secretaria de Comunicação
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDEPE	Secretaria de Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA	Secretaria de Desenvolvimento da Borracha
UC	Unidade de Conservação
UDN	União Democrática Nacional
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>



## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 –Parte retirada do “Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitâneas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará [Cartográfico]”, com grifo da autora para Arraial de Cavalcante [sic] e Arraial Carlos Marinho.....	154
Anexo 2 - Parte retirada de mapa cartográfico do estado de Goiás, em 1812, com grifo da autora para a Região de Cavalcante.....	155
Anexo 3 - Parte retirada de carta corográfica do estado de Goiás, em 1836, com grifo da autora para Cavalcante e Viadeiro. A linha contínua em negrito representa as marchas do General Cunha Mattos, Governador das Armas de Goiás à época. ....	156
Anexo 4 – Em verde, dos limites da comarca de Cavalcante, em 1849, com grifo da autora para Cavalcante e Viadeiro. Essa comarca possuía 4 vilas: Jussuapara; Guará, Gameleira, Fartudo e Viadeira; 2 julgados e 7 freguesias, conforme denominação da época.....	157
Anexo 5 - Recorte dos Rios do Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, em 1875. Com grifo da autora para Cavalcante, à direita da então denominada "Serra do Mocambo".....	158
Anexo 6 Proposta de lei de criação de Parque estadual na Chapada dos Veadeiros, em 1950 .....	159
Anexo 7 - Ofício enviado para o Presidente Juscelino Kubischek, em dezembro de 1960, sugerindo a criação imediata do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. 2 páginas. ....	161
Anexo 8 - Decreto de criação do PNCV .....	163
Anexo 9 - Decreto de Redução do PNCV de 1972 .....	164
Anexo 10 - Decreto de redução do PNCV de 1981 .....	165

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	
RESUMO .....	
ABSTRACT .....	
LISTA DE FIGURAS.....	
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	
LISTA DE ANEXOS .....	
SUMÁRIO .....	
INTRODUÇÃO .....	17
<b>CAPITULO 1 – DA CRIAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
1.1 Ocupação da região, primeiros habitantes e os Avá-Canoeiro.....	28
1.2 História de Goiás, Cavalcante e a Fazenda Veadeiros .....	32
1.3 O trigo, a produção de Goiás e a fronteira agrícola .....	36
1.4 O Cristal, o Garimpo e a Baixa dos Veadeiros .....	40
1.5 Do Cruls a Brasília e a atuação de Coimbra Bueno.....	45
1.6 A conservação da Natureza no Brasil, em Goiás e a criação do PNCV em 1961 .....	52
<b>CAPITULO 2 – DAS REDUÇÕES .....</b>	<b>64</b>
2.1 Fitofisionomias, caracterização do PNCV e a conservação da biodiversidade... 64	
2.2 Conservação ambiental no mundo, na ditadura militar no Brasil e a situação dos Parques Nacionais .....	76
2.3 Os Conflitos Sociais, fundiários e a primeira redução de 1972.....	87
2.4 O turismo, o Cerrado como celeiro do mundo e a redução de 1981.....	95
<b>CAPÍTULO 3 – DA [re]AMPLIAÇÃO .....</b>	<b>103</b>
3.1 Socioambientalismo, o SNUC e o movimento Rumo ao Sol.....	103
3.2 A ONU, a UNESCO e o título de Patrimônio Natural da Humanidade .....	110
3.3 A primeira ampliação, o Mandado do STF e a ampliação de 2017.....	116
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>154</b>

## INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV)<sup>1</sup> é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada no bioma Cerrado, um bioma exclusivamente brasileiro, composto por formações savânicas, florestais e campestres. Possui o título de Patrimônio Natural da Humanidade e faz parte da Reserva da Biosfera do Cerrado, o que demonstra a sua importância para a conservação da biodiversidade. Criado em 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins, contava com uma área de aproximadamente 625 mil hectares, que foi sucessivamente diminuída até atingir menos de 90% de sua área original, em 1981. Após a ampliação de 2017, conta atualmente com 240.586,56 hectares.

O objetivo geral dessa dissertação é o de compreender como se deu o processo de delimitação territorial do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em três marcos distintos: o processo de criação, em 1961; as reduções de área em 1972 e em 1981; e o processo de ampliação, em 2001 e em 2017. Isso será feito a partir de mapeamento do contexto político, socioeconômico e dos atores envolvidos, com o intuito de entender quais áreas do parque foram afetadas, os conflitos existentes, as disposições e motivações que orientaram as ações e posicionamentos dos diversos atores.

A base teórica e metodológica para a presente pesquisa se insere na área da história ambiental. Essa área de pesquisa, relativamente recente como disciplina, surgiu nos anos 1970, sobretudo nos Estados Unidos, a partir de uma maior difusão das preocupações ambientais, seja dentro da academia, seja nos movimentos sociais. Na academia, foi impulsionada por historiadores, geógrafos, biólogos e outros pesquisadores de diversas especialidades. A História Ambiental tem um enfoque interdisciplinar. Ela liga a história natural à história social, promovendo a interação entre elas. No campo das ciências sociais, se comunica com áreas do saber como a antropologia cultural, a geografia humana e econômica e os estudos de sociologia voltados para energia e tecnologia. Das ciências naturais utiliza-se de conceitos da biologia, geologia, agronomia e

---

<sup>1</sup> Para fins de entendimento e fluidez textual, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros será referido pela sigla PNCV ou, por vezes, simplesmente como Parque. Os Parques Nacionais em geral serão referidos como PNs ou Parna(s)

engenharia florestal. Por sua configuração recente, a pesquisa acadêmica e científica na área de história ambiental está em fase de expansão, passando por constantes delineamentos e lapidação dos métodos e temas abordados (DRUMMOND, 1991).

Donald Worster (1991) argumenta que a história ambiental se diferencia da história tradicional, que tinha como interesse assuntos que giravam em torno da política e do Estado nacional. A história ambiental é muito mais abrangente, na medida em que inclui aspectos que vão além da política, como a natureza e a cultura. Por isso, a história ambiental veio para sanar uma lacuna de conhecimento, que diz respeito à maneira como as sociedades humanas são afetadas pelo ambiente e, inversamente, como o ambiente natural é afetado pelos humanos. Sendo assim, a história não estaria apenas na documentação, livros e certidões, mas também na paisagem e na sua transformação.

Para Worster (1991), existem três níveis de pesquisa sobre os quais a história ambiental atua, ou seja, três níveis de perguntas a se responder, ainda que não exista uma obrigatoriedade de uma pesquisa abranger todos. São eles: natural, material e mental.

- **Natural:** A natureza propriamente dita, seus aspectos orgânicos e inorgânicos. Sua organização e funcionamento no passado, antes da modificação das sociedades humanas. Fusão entre história e ecologia, sem restrição de outras contribuições das ciências naturais.
- **Cultura material:** Domínio socioeconômico e a interação com o ambiente natural. As diferentes relações sociais, modos de produção e de poder relacionados com o ambiente. As mudanças nos modos de subsistência de determinada sociedade e o seu uso da terra, os impactos sobre o ambiente e do ambiente sobre os grupos humanos.
- **Cultura mental:** Percepções, valores éticos, leis, paradigmas, mitos e estruturas de significação em geral, em relação ao ambiente natural e não-humano. As formas como as culturas percebem e avaliam a natureza.

Esses níveis, a depender do que se pretende responder, podem utilizar métodos e conceitos de outras áreas do saber: biologia, geologia, geografia, economia, sociologia, antropologia, ciência política. Worster (1991) chama a atenção para o fato de que a fusão entre história e ecologia – um ramo da biologia - já havia sido proposta pelo cientista natural Aldo Leopold (1887 – 1948), e para o fato de que a cooperação interdisciplinar é fundamental, sobretudo pelo caráter desafiador da pesquisa em história ambiental.

Para Pádua (2010), não se deve reduzir a análise histórica ao biofísico, mas sim incorporá-lo junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas, na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de pesquisa histórica. Por isso, a perspectiva interdisciplinar é importante, pois é a partir dessa diversidade teórica, oriunda de várias ciências, que a história ambiental permite uma compreensão ampla, complexa e crítica dos mais variados contextos socioambientais.

Drummond (1991) chama a atenção para o fato de que existem características metodológicas e analíticas dessa área de estudo que se apresentam em múltiplas facetas. Uma delas é o foco sobre uma região com certa homogeneidade ou identidade natural. Outra implica em realizar um recorte cultural ou político da região, em conjunção com as particularidades físicas e/ou ecológicas. Como por exemplo, um parque nacional, um vale de um rio, uma ilha ou determinadas áreas florestais. Dessa forma, a história ambiental revela a ligação entre a história regional e seus processos sociais, em uma região delimitada por seus aspectos naturais. Outro aspecto é a inevitabilidade de um diálogo sistemático com as ciências naturais, para entender os aspectos físicos e ecológicos das regiões estudadas. Por isso, há a necessidade de entender o funcionamento dos ambientes naturais, para avaliar o papel das sociedades humanas dentro de determinado ecossistema. Há uma faceta que se dedica ao entendimento da utilização dos recursos naturais a partir da cultura, ou seja, da perspectiva humana e civilizatória, que determina o que é ou não um recurso natural desejável e que deve explorado ou, ao contrário, o que não é prioritário ou se configura até mesmo como um obstáculo a ser superado. Uma faceta importante diz respeito à variedade de fontes utilizadas, que inclui documentos governamentais, inventários, censos econômicos, etnografias, relatos históricos, escrituras de terras, descrições de materiais utilizados em determinada cultura e

até as paisagens naturais ou construídas pelos humanos. Por fim, existe uma faceta que está relacionada ao trabalho de campo, que é o momento em que o historiador ambiental viaja ao local estudado para observar os aspectos naturais e culturais presentes e para prospectar e coletar fontes. A observação serve para identificar as marcas deixadas na paisagem natural pelos diferentes usos - diferenciar uma floresta nativa de uma secundária, por exemplo. A paisagem, assim, se transforma em um documento que deve ser lido corretamente, tanto pelas lentes sociais quanto pelas lentes das ciências naturais (DRUMMOND, 1991).

A presente pesquisa se ocupa, em maior ou menor grau, dos três níveis de análise propostos por Worster. Eles serão utilizados como lentes a serem integradas em um conjunto, de forma fluida no texto e como partes integrantes de um todo. Os capítulos serão apresentados de forma tanto cronológica como temática. Sendo assim, os níveis se apresentarão dentro de cada um dos capítulos como partes a serem abordadas em cada período e não como tema principal. Abaixo está descrito como cada nível se apresenta de forma mais específica na pesquisa e como serão abordados:

### **1. O ambiente natural da Chapada dos Veadeiros e do PNCV**

Foram utilizadas, principalmente, fontes secundárias e pesquisas realizadas por autores das ciências naturais. São estudos que permitiram apresentar uma caracterização do bioma Cerrado e de seu mosaico de fitofisionomias, bem como aspectos do solo, da fauna, da flora e da hidrografia, com o objetivo de entender quais áreas de Cerrado estão contempladas dentro do PNCV e qual sua importância no contexto do bioma e da conservação, espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Esse nível consta de maneira integrada durante todo o texto e de maneira mais focada no subcapítulo 2.1.

### **2. Aspectos socioeconômicos e materiais**

Foram observadas a formação social e econômica da região do PNCV e entorno, anterior a sua criação e durante o período de 1961 a 2017, como meio de entender os processos relacionados a esses aspectos, tanto no nível local, quanto no nacional e/ou internacional. Foram abordados quais modelos de produção eram/são utilizados; questões econômicas, culturais (materiais), migratórias, fundiárias entre outras. Esses aspectos são importantes para

entender as pressões materiais existentes em cada período e como impactam e influenciam na criação e na alteração do território do PNCV. Esse nível consta, principalmente, na contextualização histórica da região, no capítulo 1, e de maneira integrada nos outros capítulos.

### **3. Representações (concepções, motivações, disposições)**

Esse será o principal foco da presente pesquisa. Ele se insere no âmbito das leis, dos valores, dos paradigmas e das estruturas de significação em geral, como a evolução de conceitos como conservação, preservação, biodiversidade, desenvolvimento sustentável e outros que foram se mostrando importantes ao longo da pesquisa. Trata-se de compreender como esses conceitos e ideias foram sendo utilizados por diferentes atores para criar uma agenda política de proteção ambiental. Reinhart Koselleck (1992) foi de grande importância para a compreensão do que é uma história dos conceitos e tornou possível a realização de uma reflexão teórico-metodológica sobre o tema abordado sobre a sua inserção, para além da história ambiental, em outros campos da historiografia.

A maior parte do trabalho foi dedicada ao entendimento da construção da política ambiental que influenciou na criação e nos processos de diminuição e ampliação do PNCV. Para a abordagem dos aspectos políticos e institucionais, a base foi o modelo dos múltiplos fluxos do cientista político John Kingdon (2003), que é um modelo teórico utilizado para compreender como as agendas governamentais são formuladas e alteradas. Esse modelo é considerado um dos mais influentes na análise de políticas públicas e se utiliza de três fluxos: os problemas, as soluções e as políticas. No primeiro fluxo, o modelo busca analisar de que forma as questões são reconhecidas como problemas e por que determinados problemas passam a ocupar a agenda governamental. No segundo fluxo, são analisadas quais as maneiras de lidar com esse problema, os atores, as ideias, interpretações e argumentações envolvidas. O terceiro fluxo é o aspecto político em si, ou seja, a percepção social sobre o problema, a pressão exercida pelos *stakeholders* e a composição governamental (governança) em determinado tema. A partir da convergência desses três fluxos, há a abertura de uma janela de oportunidade para permitir uma mudança na agenda política (CAPELLA, 2005).

Essas teorias foram utilizadas como pano de fundo interpretativo, ou seja, revisão teórica para a organização da narrativa<sup>2</sup>, a partir de elementos principais a serem observados no fluxo histórico. Em outras palavras, essas teorias foram importantes para a reflexão sobre os diversos aspectos envolvidos na pesquisa, mas não como um modelo teórico-metodológico engessado.

Esta dissertação foi uma retomada e um aprofundamento da pesquisa realizada no meu trabalho de conclusão do curso de Especialização em Sociobiodiversidade e Sustentabilidade no Cerrado, concluída em 2018<sup>3</sup>, no âmbito do Centro UnB Cerrado. As primeiras indagações feitas por professores e colegas foram a respeito do que exatamente se tratava a pesquisa de mestrado, já que, para eles, não estava claro o que poderia ser acrescentado além do que já havia sido trabalhado no Plano de Manejo do PNCV ou em outros trabalhos já realizados sobre a região da Chapada dos Veadeiros. Essa questão acompanhou toda a pesquisa, uma vez que para compor uma narrativa densa, apoiada em um olhar diferenciado sobre o PNCV, foi necessário enfrentar o desafio de desenvolver uma perspectiva interdisciplinar sobre o tema escolhido.

A ideia de uma abordagem multinível veio a partir da leitura de Freitas (2016), que chama a atenção para o fato de que parte do conhecimento sobre áreas protegidas está limitado às origens não humanas das paisagens em parques nacionais e para que pouca atenção foi dada sobre como essas paisagens foram moldadas pela produção social de diferentes grupos. Ele argumenta que os parques e outros tipos de reservas são constituídos por meio de um processo multinível de *enforcement* e de afirmação (ou contestação) de seus limites. Assim, os parques nacionais são históricos, na medida em que os seus territórios são produzidos por práticas sociais e políticas, que continuam a se exercer e a se reestruturar e reelaborar após a sua criação administrativa.

Um dos caminhos percorridos para a elaboração da dissertação foi a leitura direta de artigos de jornais e revistas na plataforma Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital), da Biblioteca Nacional. A pesquisa foi feita utilizando

---

<sup>2</sup> A palavra narrativa aqui não se insere dentro de um contexto dos aspectos literários. Refere-se, no entanto, a uma denominação simples que descreve a exposição de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos, mais ou menos encadeados, por meio de palavras.

<sup>3</sup> O título da monografia de especialização foi: A relevância dos Patrimônios Naturais da Humanidade e das Reservas da Biosfera para a Conservação da Biodiversidade – O caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV)



palavras-chaves como “Parque Nacional”, “Chapada dos Veadeiros” e variantes, bem como o nome de atores importantes como “Coimbra Bueno” entre outras. Foram selecionados 120 artigos, de diferentes jornais. Ao longo da pesquisa notei que o tema de proteção ambiental, parques nacionais e reservas ambientais era tratado, normalmente, nos mesmos meios de comunicação – comumente do Rio de Janeiro e, depois, Brasília - e não em ampla cobertura nacional.

Para a contextualização do primeiro capítulo, foram utilizados dados e informações originais de relatórios e mapas entre o período de 1886 a 1961. Para o segundo capítulo, a cobertura de pesquisa abrangeu entre 1960 a 1981.

Foram consultados também processos específicos, projetos de lei e portarias junto a órgãos como a Assembleia Legislativa de Goiás, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Coordenação de Gestão da Informação Ambiental e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essa documentação foi fundamental para a reconstituição histórica e institucional dos eventos relacionados com o PNCV.

No terceiro capítulo, por tratar-se de período mais recente, foram utilizadas fontes virtuais e atuais de pesquisa, como *websites*, relatórios governamentais, decretos e a concessão ao Processo do Sistema Eletrônico de Informações relativo ao processo de ampliação entre 2011 e 2017, que possui toda a documentação, tramitação e mídias, dividido em 8 volumes, com um total de 1533 páginas.

Para entender melhor o processo de regularização da questão fundiária da Chapada dos Veadeiros, conversei com Sonia Wiedmann, que atuou como Procuradora Federal no IBDF, nos anos de 1980, durante os processos de redução. Para as questões técnicas relacionadas com a ampliação do PNCV, a gestão de UCS e as dificuldades institucionais envolvidas, conversei com Sérgio Brandt, Maria Carolina Alves de Camargos e Bernardo Ferreira Alves de Brito, todos servidores técnicos, que atuaram diretamente no processo de ampliação do PNCV, no contexto do IBDF, Ibama, MMA e/ou ICMBio<sup>4</sup>. As entrevistas focalizaram a experiência técnica e as impressões pessoais sobre o processo.

---

<sup>4</sup> Pelo contexto do isolamento social devido ao Covid-19, todas as entrevistas foram feitas por meios virtuais.

Por tratar-se de informações baseadas na memória, alguns dados específicos foram coletados nas entrevistas e pareados com informações contidas em documentos oficiais.

A utilização de fontes primárias, que não haviam sido utilizadas ou estavam difusas e ainda não tinham sido organizadas, e a realização das entrevistas foi um processo enriquecedor de amadurecimento e aprendizado. O desafio representado pela preservação da memória foi ressaltado pelos entrevistados. Sergio Brandt e Sonia Wiedmann argumentaram que o Brasil ainda possui grande defasagem em relação a sua memória histórica e que informações e documentos se perdem ao longo do tempo, como ocorreu no caso do incêndio no Museu Nacional e no caso do incêndio do escritório do Serviço Florestal. Como veremos ao longo dos capítulos, a gestão de unidades de conservação (UCs) no Brasil passou por várias instituições diferentes e nem sempre a documentação e as informações foram devidamente repassadas. Por vezes, a troca de instituição significou um esquecimento de parte da história das UCs.

Alguns dos limites da pesquisa estão relacionados com a indisponibilidade de documentação, que se perderam ou foram destruídos, como no caso dos relatórios das comissões de 1972 e 1981, que não foram encontrados. Conforme descrito por Brandt e confirmado pela Coordenação de Gestão da Informação Ambiental, vários documentos foram perdidos durante a troca de instituições e mesmo os boletins encontrados, da época, não possuíam ordem lógica, tornando extremamente complicada a pesquisa (detalhamento na nota de rodapé 34, p.95).

Outra limitação foi que ao consultar os jornais, a principal fonte de divulgação de estudos e dados oficiais, percebi que há uma super-representação das vozes que possuem maior acesso aos meios de publicação e maior quantidade de fontes escritas para serem consultadas. Ainda assim, procurei trazer diferentes visões, expressas nos meios de comunicação da época (como a carta do fundador da Fazenda Bona Espero) e em compilados de entrevista de antigos moradores da região, como os livros *História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros*, do ex-garimpeiro José Raimundo de Oliveira, e *Garimpo, uma verdade sobre a Chapada dos Veadeiros*, de Jorge Oliveira Monicci, *Entre Cimos Nublados uma solidão selvagem: Uma corografia*

*contemporânea da Chapada dos Veadeiros*, de Luiz Lima (conhecido como Lula), e *Minhas aventuras na Chapada dos Veadeiros*, do garimpeiro Domingos Soares de Farias.

Foram consultados estudos das ciências naturais, sobretudo a respeito das fitofisionomias e da fauna da Chapada dos Veadeiros. Foi dada especial atenção à construção do conceito de conservação da natureza e às justificativas técnicas e científicas para a criação do PNCV. As perspectivas conceituais e o embate político foram interpretados a partir de discursos, notas, legislações e notícias. O pensamento em torno da conservação da natureza e da constituição de parques nacionais foram explorados para se chegar a um melhor entendimento da criação do PNCV e do longo processo de definição dos seus limites. Assim, o terceiro nível de análise descrito por Worster (1991), o da cultura mental, das representações, esteve presente e com destaque nas análises desenvolvidas em todos os três capítulos da dissertação. Tratava-se de compreender as visões de mundo dos diferentes atores sociais nos vários momentos da história do PNCV e quais eram os conceitos que permeavam as motivações ideológicas, econômicas, políticas e sociais em jogo.

Traçar a trajetória de criação e consolidação do PNCV, atualmente conhecido e valorizado pelo turismo e por grande parte dos moradores da Chapada dos Veadeiros, que ostenta o título de Patrimônio Natural da Humanidade, levou ao entendimento de que nem sempre foi assim e de que foram muitos os percalços para a sua consolidação. A existência do PNCV não se deu de forma espontânea, linear e casuística. Os indivíduos, os grupos de indivíduos, as instituições e toda uma gama de representações permeiam a sua história. Parques nacionais não são entidades descoladas de seu contexto histórico. Sendo assim, a pesquisa buscou responder a seguintes questões: Quais as ideias, os conceitos implicados na criação e no processo de consolidação do PNCV? Quais eram os procedimentos administrativos necessários para o estabelecimento de um parque nacional? Qual era o entendimento técnico-científico? Qual era o entendimento social? Quem eram os interessados e as vozes determinantes? Quais eram os atores sociais envolvidos? Quais as tensões e conflitos políticos?

Estas questões conduziram a investigação em torno da criação e da implementação do PNCV, uma área protegida que acabou por mudar a relação

com a natureza e com os recursos naturais no local em que foi criado. O PNCV fechou o acesso dos moradores do entorno aos recursos naturais no seu interior, atraiu a visitação turística e pesquisadores, contrariou interesses políticos e sociais e trouxe novas possibilidades de renda e de interação cultural. O intuito da pesquisa foi o de mostrar os diferentes argumentos, as diferentes perspectivas, os diversos tipos de engajamento, os processos institucionais e a dinâmica política e cultural em torno do PNCV.

Isso foi feito por intermédio de três capítulos, organizados cronologicamente. No primeiro capítulo, foi feita uma contextualização histórica da região da Chapada dos Veadeiros como um todo. Abordando a ocupação humana na região, os avá-canoeiros e a história de Goiás e da constituição de Cavalcante, da Fazenda Veadeiros e da vila de São Jorge. Ainda, foi feito um contexto socioeconômico dos diferentes ciclos de trigo, gado, garimpo e do início da expansão da fronteira agrícola na região. Abordei, também, o pensamento e as ações relacionadas com a conservação da natureza no Brasil até o início da década de 1960. Por fim, mostrei como a construção de Brasília, a atuação de Jerônimo Coimbra Bueno e a criação do PNCV estão interligados.

O segundo capítulo trata da caracterização física da região da Chapada dos Veadeiros, feita a partir da descrição das suas fitofisionomias e com a exposição de figuras e mapas da área abrangida pelo PNCV. Há também uma síntese dos principais conceitos da biologia da conservação relacionados com a delimitação de áreas protegidas. Além disso, foi feita a contextualização da conservação da natureza no mundo e no Brasil, durante o período abarcado pelo regime militar. Incluí uma série de dados referentes à gestão dos parques nacionais. As reduções de 1972 e 1981 são abordadas em subcapítulos separados e intercalados por questões como conflitos sociais, fundiários, turismo e a consolidação de um pensamento que projetava o Cerrado como celeiro do mundo.

O terceiro capítulo traz um panorama inicial acerca do socioambientalismo e de sua influência nos debates sobre a Lei do SNUC, instituída em 2000. Abordo também como se deu o início do movimento social e ambientalista na Chapada dos Veadeiros e qual foi a sua influência para uma mudança de perspectiva em relação à natureza e ao PNCV na região. Em seguida, apresento um contexto internacional e descritivo acerca da UNESCO e dos Patrimônios mundiais,

seguido da primeira tentativa de ampliação, em 2001, e de como se deu o processo administrativo, as estratégias utilizadas e as questões levantadas nas consultas públicas da ampliação de 2017. Por fim, faço a conexão entre o papel do título de Patrimônio Natural da Humanidade e o processo de ampliação do PNCV.

Na conclusão, fiz uma relação entre esses fatores, abordando alguns pontos principais a partir de uma perspectiva mais ampla e de que a história do PNCV é constituída de uma série de sobreposições de contextos sociais, políticos, econômicos, além de sua constituição natural única. Porém, esses fatores são influenciados por diferentes níveis e por um contexto maior. Sendo assim, não se pode descolar a história do Parque da influência direta da visão de mundo que existia no momento do processo decisório, influenciado pelos diferentes atores.

# CAPITULO 1 – DA CRIAÇÃO

## 1.1 Ocupação da região, primeiros habitantes e os Avá-Canoeiro

“Refiro-me ao aparecimento, por estas paragens, dos mesmos homens brancos e barbados que já vi em outro lugar, depois que vieram de longes terras e tomaram conta do nosso paiz, que pouco a pouco vão conquistando e destruindo, reduzindo-nos à escravidão e impelindo, aos que logravam escapar do seu domínio, a emigrarem-se para o interior, onde, no meio das selvas e das feras, pudessem continuar a viver livres e independentes.” Ditos de Sumé, antiga entidade da cultura indígena que, segundo a lenda, teria liderado os Goyazes para sua ocupação do interior (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1919)

A região central do Brasil, incluindo a Chapada dos Veadeiros e entorno, possui registros de ocupação humana que datam de 12.000 a 8.500 anos atrás, período conhecido como início do Holoceno. Esses grupos humanos possuíam característica nômades e sua alimentação era baseada na coleta da diversificada flora da região e na caça de peixes, aves de pequeno e grande porte, como as emas. Também caçavam mamíferos conhecidos como megafauna pleistocênica, que foram extintos. Essa região apresentava similaridades em relação a outras savanas do planeta, apesar de maior umidade, e possuía vantagens climáticas em relação às florestas tropicais, como a existência de um período mais seco e maiores áreas adequadas para abrigo, como grutas e cavernas (SCHMITZ, 1994 apud COBRAMAB, 2000; DUARTE, 2008).

Os povos pré-colombianos que ocuparam o Cerrado pertenciam, em sua maior parte, aos grupos indígenas da família linguística Jê (ou Gê). Essa família linguística habitava a região do Cerrado na extensão que vai do (atual) Goiás, passando por Minas Gerais, Bahia, Maranhão até o Piauí. Rodrigo Santos, em *Povos do Planalto Central e adjacências nos séculos XVII, XVIII e XIX*, identificou 200 povos nessa região, em um total de 509 localidades, a partir da análise de mapas etnohistóricos feitos por Curt Nimuendaju e de um mapa etnolinguístico de Čestmír Loukotka (SANTOS, 2013).

Quando da chegada da bandeira Anhanguera, vinda pelo rio Paranaíba, em 1722, o território de Goiás era habitado por cerca de trinta nações indígenas,

das quais dois terços, ou mais, já tinham desaparecido até o final do século XIX. A primeira que se extinguiu foi a dos Goyá, que deu o nome à região. Dentre outras etnias encontradas na época pode-se citar: Goyá, Caiapó, Coroado, Carajá, Carajahi, Gradau, Xavante, Xerente, Canoeiro<sup>5</sup>, Javaé, Acroá, Caraó, Xambioá, Aricobé, Naranguagé, Afoligé, Quirixá ou Crixá, Papapuá, Guapindõe. Até meados de 1800, esses povos eram os mais numerosos e com a maior distribuição territorial em todo o Cerrado. Os mais adaptados ao Cerrado eram predispostos ao nomadismo e à caça de corrida ou de embosque em locais em que os animais paravam para beber água. A agricultura também era praticada, mas em menor escala e limitada pelo nomadismo (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918; BERTRAND, 1999).

A região próxima à Chapada dos Veadeiros era habitada pelos Avá-Canoeiro. Essa etnia, no entanto, pertence à família Tupi-Guarani, do tronco Tupi, formado a partir da divisão da etnia Carijó/Guarani<sup>6</sup>. Esses povos passaram a ocupar as regiões de mata dos rios Araguaia, Tocantins, Maranhão e Paranã, nos estados de Goiás e Tocantins, sobretudo na localização que vai de Uruaçu-GO até Peixe-TO. Parte dessa ocupação se deu entre 1724 e 1725, quando Carijós/Guaranis foram levados pelos bandeirantes Bartolomeu Bueno da Silva e João Leite da Silva Ortiz para trabalharem como mão-de-obra escravizada no garimpo ou na tropa auxiliar. Porém, conseguiram fugir da região de São Félix - povoamento próximo de Cavalcante-GO, que será abordado mais adiante nesse capítulo – e se estabelecer ao norte da região (SILVA, 2016; SANTOS, 2013).

Com a chegada da mineração e uma maior ocupação branca vinda do leste e do sul, houve isolamento ou retração dos povos indígenas para as áreas norte e oeste do território brasileiro. M. Pereira de Alencastre, em *Annaes Historicos da Provincia de Goyaz*, atribuiu aos Avá-Canoeiro os ataques feitos em 1761 nas fazendas do jesuíta Frei Manoel da Silva e de Pedro Fidalde, localizadas nas margens dos rios das Almas, Santa Tereza e Cana Brava, ao norte e à noroeste da atual localização da cidade de Cavalcante. Os nomes

---

<sup>5</sup> Há controvérsias quanto a chegada dos Canoeiros na região. A teoria mais atual indica que eles foram trazidos para trabalhar como mão-de-obra escravizada nas minerações a partir de 1724. Porém, outras teorias indicam que já habitavam as proximidades da região.

<sup>6</sup> Essa informação apresenta-se de forma contrária em publicação de 1918 que coloca os canoeiros como um povo pouco conhecedor da navegação e que atacavam apenas por terra. Descreve pouca similaridade com os Tupis e maior similaridade ao grupo Gê e aos Bororós (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918).

identificados das fazendas foram: Recolhimento, Ortigas, Pindobeira, Gilbuez e Gadobrabo (SANTOS, 2013; *A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1920).

Em retaliação, em 1798, o Capitão General do Pará, D. Franscisco de Souza Coutinho solicitou reforços e um ataque foi autorizado pelo Capitão General Tristão da Cunha Menezes. Um destacamento de 800 homens desceu o rio Tocantins e dizimou uma comunidade de 2000 avá-canoeiros que viviam próximo a este rio, o que levou a uma sucessão de ataques posteriores e ficou conhecido como “o grande genocídio”. Essas informações Vêm de relato oral e foram registrados no livro *Da catechese dos Índios no Brasil*, escrito por Leolinda Daltro (1859-1935), professora, sufragista e indigenista brasileira que viajou pelo sertão do Brasil no início do século XX. Ela defendia a alfabetização indígena a partir de uma perspectiva laica, sem a catequização cristã que era imposta na época (*A INFOMAÇÃO GOYANA*, 1921).

A presença dos Avá-Canoeiro na região foi também registrada em relatório da Repartição dos Negócios do Império, em 1858, por Manuel Felizardo de Sousa e Melo. No relatório, ele escreve que os Avá-Canoeiro apareceram na região advindos do rio Maranhão e atacaram pessoas na província de Pilar e argumentava que:

Estes factos deploraveis, que não são raros nessa província, têm inspirado à população do norte dela, geralmente pouco esclarecida, um ódio tão entranhável contra os selvagens daquellas tribos, que quasi ninguem tem escrupulo de mata-los quando se offerece occasião [...] como por estarem persuadidos que só com o exterminio desses cruéis inimigos conseguirão a segurança e tranquilidade precisas para cuidarem desassombradamente de suas lavouras, commercio, etc (MELO, 1858).

Melo recomendava que, para evitar maiores conflitos e represálias dos Avá-Canoeiro, por meio de atos de “ferocidade e canibalismo”, fossem implementadas missões para atraí-los para costumes “menos bárbaros”. Nas regiões mais ao norte, pelo rio Tocantins, próximo de Natividade e Porto Imperial, já existiam os aldeamentos de Pedro Affonso e Thereza Christina, com cerca de 3.000 indígenas catequizados. Esses aldeamentos eram administrados pelo frei Raphael de Toggia e praticavam a lavoura e também atividades de ferraria. Em diversos momentos, as comunidades de indígenas catequizados eram



instrumentalizadas para afugentar outras comunidades ainda consideradas “não civilizadas”.

O Jornal *O Publicador Goyano* relatava que, em 1887, os “ferozes” canoieiros, também chamados de pedra branca, saíram da região após a vinda dos xavantes<sup>7</sup>, vindos do baixo Tocantins e “já domesticados”. Informava ainda que a catequização dos indígenas que permaneciam na região seria fácil, pois já tinham familiaridade com a língua portuguesa. Apesar dessas informações, no *Relatório da Comissão Cruls*, de 1892, consta que ao norte da região da Chapada dos Veadeiros havia a presença de indígenas, como se pode observar no mapa abaixo. Não há, contudo, como afirmar se ainda eram povoados Avá-Canoeiro ou se tratava de outra etnia, uma vez que não era incomum que os mapas da época apenas mencionassem áreas como “desconhecidas”, “despovoadas” ou “infestada pelos índios” (CURADO, 1886; CRULS, 1892).

Figura 1 – Menção, de forma pejorativa, de povos indígenas na região entre o Rio Tocantins (à época) e o Rio dos Couros, em 1892



Fonte: Relatório Comissão Cruls e adaptado do Guia de Cartografia História GOYAZ, pg 245.

Por sua vez, em publicação de 1917, os Avá-Canoeiro são colocados como desaparecidos há mais de 20 anos e descritos como de aparência diferenciada em relação a outras etnias indígenas:

<sup>7</sup> Há, ainda, a possibilidade de que o autor do artigo do jornal, João Moreira Ribeiro, estivesse se referindo aos Xerentes, que possuíam grandes povoados ao curso do rio Tocantins e maior proximidade territorial aos Avá-Canoeiro (SANTOS, 2013).

Índios terríveis, e que não querem ter amizade com outro povo nenhum, índio ou cristão. Tem um pouco de barba. Dizem que descendem do cruzamento de Índios com africanos. São trigueiros e os traços da fisionomia diferem das das outras nações indígenas (A *INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918).

No entanto, essa etnia permaneceu com um reduzido número de indivíduos até que, pressionada por conflitos, deslocou-se em direção ao Araguaia e desapareceu totalmente da região nas décadas de 1960 e 1970.

## 1.2 História de Goiás, Cavalcante e a Fazenda Veadeiros

### *Cantiga do Valente*

Vinha vindo de viagem  
Das bandas de Cuyabá,  
Quando topei dois jagunços  
Com tenção de me mata.

Um trazia carabina,  
Outro trazia um facão,  
Eu gritei: “Nossa Senhora,  
Esses homens são ladrão”.

Matar será minha sorte,  
Morrer será minha sina:  
Pu’ei da besta no chão  
Manobrei a carabina

Um trovejou matto afóra  
Arrebentando cipó,  
Um deles ficou tremendo  
Que eu até fiquei com dó.

Foi assim a valentia  
Que eu topei no Cuyabá,  
Quando fui vender muladas.  
Nas bandas de Corumbá

Característicos versos sertanejos de sete sílabas, A *INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918

As primeiras incursões de não indígenas na atual região do Brasil Central ocorreram, inicialmente, com os movimentos das bandeiras, nos séculos XVI e

XVII. Manoel Corrêa foi o primeiro, em 1647. Em seguida, em 1682, Bartolomeu Bueno da Silva, conhecido como Anhanguera (espírito maligno em tupi), organizou uma expedição que reportou a descoberta de ouro na região. Com a descoberta de ouro, iniciou-se, 40 anos depois, em 1722, a Expedição Anhanguera, organizada por Bartolomeu Bueno da Silva, desta feita o filho, de mesmo nome e também conhecido pela mesma alcunha de Anhanguera. Essa expedição explorou a então denominada área de Sant"anna e depois Villa Boa (atual Cidade de Goiás). Devido a suas explorações, o Anhanguera filho recebeu o título de Capitão Regente e Superintendente Geral das Minas de Goyaz e, posteriormente, Capitão-mor Regente da Villa Boa, criada por ordem régia, em 14 de março de 1731 (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1927).

A extração de ouro em Goiás ocorreu, principalmente, entre 1726 e 1780, com base na mão de obra escrava, apesar desta ser escassa na região. A mineração, de fato, nunca parou, mas os resultados se tornaram parcos. Em 1824, por exemplo, uma companhia inglesa recebeu o direito de mineração de ouro em terras de Goiás, porém, o alto custo relacionados com a logística e o transporte e a pouca quantidade de ouro fizeram com que a iniciativa não lograsse sucesso. Por esses fatores, o ciclo do ouro em Goiás foi efêmero e ocorreu basicamente durante o século XVIII. Com o fim do ciclo do ouro, a região central do Cerrado passou a ser ocupada pela criação de gado e pela agricultura de pequena escala, atividades que já eram desenvolvidas no local, para a subsistência, pois já eram responsáveis por abastecer os mineradores. Durante o século XIX, o crescimento populacional foi bastante pequeno e a região ficou praticamente isolada das áreas mais populosas e economicamente desenvolvidas do Brasil (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1922; FELIPE & SOUZA, 2006).

A Chapada dos Veadeiros e o seu entorno tinham, inicialmente, dois principais povoamentos coloniais, Cavalcante e São Félix (ou Carlos Marinho, ver anexo 1). O arraial de São Félix, foi fundado por Carlos Marinho, em 1736, quando foram encontradas lavras de ouro na região. Pela relevante quantidade de ouro, foram atraídos garimpeiros vindos da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo. O arraial de Cavalcante foi criado posteriormente, em 1740, por D. Luiz de Mascarenhas, auxiliado por Domingos Pires, Manuel de Souza Ferreira e Francisco Cavalcante. O nome deriva de um dos garimpeiros pioneiros, Julião

Cavalcante, que chegou na região, em 1736, em busca de locais para extração de ouro. A fundição do ouro ocorria inicialmente em São Félix, porém, com os constantes ataques indígenas nesse local, a fundição do ouro – e parte da população – transferiu-se de São Félix para Cavalcante (CURADO, 1886; CORREIO OFFICIAL, 1920).

O norte de Goiás era considerado distante das regiões mais desenvolvidas como Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Vila Boa (atual Cidade de Goiás). No século XIX, a fonte de abastecimento da região era composta pela compra de feijão, sal, louça, ferragens e vinhos oriundos do Pará. Esse comércio era preferível em relação ao comércio com a região sudeste, pois o transporte era mais barato e viável do que o vindo de Minas Gerais. Ainda assim, não havia estradas de ferro e nem linhas de correio e o comércio era feito de forma intermitente. Internamente, uma das formas de movimentação era a utilização de canoas para travessia no Paranã, rio dos Boes e Almas, rio Preto e Tocantins. Havia estradas de terra que cortavam a região em todas as direções, sobretudo ligando a Arraias, Natividade e outras localidades ao noroeste do atual estado de Tocantins. Para melhor visualização, as representações cartográficas do século XIX constam nos anexos 1 ao 5 dessa dissertação (CURADO, 1886).

Em questionário respondido pela Câmara Municipal de Cavalcante, organizado por Francisco Almeida Curado, em 1886, as principais serras e morros descritos na época foram: Serra de Sant'anna, Serra dos Órfãos, Serra da Boa Vista, Serra de São José, Serra do Ronco, Morro de ouro e Morro Encantado. A região era considerada “escabrosa” e majoritariamente inabitável, sendo a vila de Cavalcante localizada em um dos pontos mais planos. Com o declínio do ciclo do ouro, no final do século XVIII, o município de Cavalcante, assim como boa parte de Goiás, passou a dedicar-se a outras atividades, como a pecuária e a agricultura de milho, arroz, feijão, açúcar, café, mandioca e, posteriormente, trigo. Em menor escala, há registro de produção de mamona e abóbora. Vale destacar que a farinha de trigo era produzida para exportação, pois era considerada de boa qualidade em função do clima, altitude e solos favoráveis para sua produção na região. Ainda assim, a produção era considerada baixa e em pequena escala. Também era extraído salitre na região de Nova Roma para venda (CURADO, 1886).

No final do século XIX, os únicos povoados contabilizados oficialmente na região eram a vila de Cavalcante e as freguesias de São Félix e Nova Roma, com estimativa de 6 mil pessoas vivendo na região. Com o abandono da extração de ouro, a produção agrícola era basicamente para subsistência. Em território designado como montanhoso, pedregoso e com poucas terras de agricultura, estimava-se um declínio da população, em decorrência da morte dos moradores e do pouco estímulo para a vinda de novos habitantes. Em relatório organizado pela câmara municipal de Cavalcante, em 1886, a região foi considerada como de “decadência admirável” (CURADO, 1886).

Quanto a Alto Paraíso (antiga Fazenda Viadeiros), em análises de mapas geográficos e cartas corográficas do século XIX, de 1812, de 1836, de 1849 e de 1875, compilei informações acerca do mapeamento de cidades da região. A primeira menção ao nome da Chapada dos Veadeiros, inicialmente grafada como “Chapada dos Viadeiros” aparece na carta corográfica de 1836 (anexo 3), juntamente com a marcação da estrada que leva até “Viadeiro”, possivelmente a fazenda que depois veio a originar a cidade, cujo nome advinha dos cães utilizados na caça do veado-campeiro e que ficaram conhecidos como tipo “veadeiros”. Até então, em mapa geográfico de 1812, o nome mencionado na região era de Serra dos Montes Claros, à direita do rio Preto e do rio Claro, passando na parte Sul pelo rio Tocantins. Em mapas anteriores, há a menção apenas de Chapada de São Félix, à noroeste de Cavalcante (GOYAZ 1812; 1836; 1849; 1875; CORREIO BRAZILIENSE, 2004).

Em 3 de novembro de 1921, foi feita a primeira solicitação registrada dos moradores da fazenda Viadeiros, localizada no distrito de Moinho, Município de Cavalcante, para a criação de uma escola de instrução primária. Essa escola foi criada e contabilizada em Relatório de 1922, que atestava a existência de 125 escolas no estado de Goiás, com um total de 7.924 estudantes em todo o estado. A criação do município de Veadeiros foi feita décadas depois, pela Lei Estadual n.º 808, de 12/10/1953, consolidando seu desmembramento de Cavalcante. O nome Alto Paraíso de Goiás, também advindo de uma fazenda, foi adotado dez anos depois, pela Lei Estadual nº 4.685 de 15 de outubro de 1963 (CORREIO OFFICIAL, 1921; A INFORMAÇÃO GOYANA, 1922; IBGE, 2018).

### 1.3 O trigo, a produção de Goiás e a fronteira agrícola

Urge, pois, a marcha dos Agrônomos para o Planalto

*JORNAL CORREIO DA MANHÃ*, 1954

Durante todo o século XIX, Goiás não tinha uma produção econômica considerada expressiva. Parte do seu consumo era comprado do Pará e de Minas Gerais. Parte da população ainda vivia da caça, da pesca, da coleta de frutos nativos e da agricultura de subsistência. Em relatos do fim do século XIX, foram descritas as espécies nativas abaixo (em grafia original) como sendo as mais expressivas em Goiás: Caça de Kanguçu (*Panthera onca*), Caça de Cotia (*Dasyprocta*), Caça de aves como Jaó (*Crypturellus undulatus*), Jacú (*Penelope*), Anhambú (*Crypturellus parvirostris*) e outras. Menciona a venda e caça de: Araras em geral, Periquitos, Jaburus (*Jabiru mycteria*), Socós (aves pelecaniformes em geral), Garças (*Ardeidae*), Colhereiras (*Platalea*), Marrecos (*Anas platyrhynchos domesticus*), Paturiz (*Dendrocygna viduata*). Peixes: Jáús (*Zungaro zungaro*), Serobiz (possivelmente *Pseudoplatystoma corruscans*), Pintados (*Pseudoplatystoma corruscans*), Piráz (nome genérico), Mandis (*Pimelodus maculatus*), Geripocas (*Hemisorubim platyrhynchos*), dourados, castanhas, pacús, crovinas, matrinxans (*Brycon amazonicus*), Tubaranas, Piracanjuba, Caxorras, Corimatã e Piratiningas. De utilização da flora arbórea: Aroreira, Candaru (s.i), Angico, Jacarandá, Pau ferro, Peroba, Ipé, Socopira, Cedro, Balsamo, Giquitibám, Seirão, Imburana, Cedro, Violeta, Jacarandá, Ipé. Frutas: Junipapo, Mangaba, Araçaz, Goiaba, Jaboticaba, Gabirobas, Caju, Imbú e Puçá (CURADO, 1886).

Quanto a produção agrícola, houve a tentativa de incentivo para a vinda de companhias que tivessem como fim difundir correntes imigratórias para a agricultura de Goiás, uma vez que a baixa densidade populacional e a pouca atração para imigrantes eram uma tendência. Esse incentivo ocorreria a partir de atrativos como a isenção de impostos de transmissão de propriedades e território. Para a região da Chapada dos Veadeiros, o plano agrícola era impulsionar a produção em larga escala de trigo. Essa estratégia foi concebida a partir de plano da Inspetoria Agrícola de Goiás e iniciada por Raphael Nioae de Souza, inspetor federal da instituição. Nioae iniciou uma cultura de trigo

experimental em novembro de 1932 e relatou que a área era extremamente propícia para esse cultivo. Produziu 4.525 kg de trigo considerado de boa qualidade, com teor de 14% de glúten seco. A partir de então, orientou que o plantio de trigo em larga escala na região deveria ser intensificado para que pudesse suprir toda a demanda brasileira, que nesse momento era altamente dependente das importações (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1933; *A NOITE*, 1948).

A produção de trigo no Brasil foi introduzida logo após o descobrimento, cultivada na capitania de São Vicente. A maior produção se localizava no Rio Grande do Sul, mas sofria repetidamente com a doença ferrugem e passou a declinar em 1815. Na região de Cavalcante, que abrangia boa parte da Chapada dos Veadeiros antes do desmembramento, o cultivo de trigo já ocorria desde 1748. As informações sobre o início da produção nesse local divergem conforme a fonte. A introdução do trigo por uma família de imigrantes procedentes do Egito, há aproximadamente três séculos, foi documentada pelo historiador Vieira Fazenda, a partir de um códice da Biblioteca Nacional, com o título de *Notícia Geral da Capitania de Goyaz*, e por informações encontradas em armazém na Alfândega em um cais em Minas Gerais, onde era armazenado o trigo procedente do Goiás. Segundo informações colhidas pelo pesquisador Heitor de Cordeiro com os moradores da região, na década de 1930, o início do cultivo em Veadeiros se deu por Francisco José da Silva Bastos, na região da atual Fazenda Volta da Serra (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1933; *JORNAL DO BRASIL*, 1937; *CORREIO DA MANHÃ*, 1957).

O trigo produzido na região da Chapada dos Veadeiros era classificado nacionalmente como de qualidade superior ao canadense e europeu e de grande produtividade, mesmo com uma produção rústica. Além disso, sofria menor incidência de “ferrugem”, a doença que diminuía a produção de trigo no sul do Brasil. Os agrônomos acreditavam que esse fenômeno se devia à estrutura botânica diferenciada adquirida pelo trigo na Chapada, adquirida a partir das características físico-químicas do solo e que deu origem, posteriormente, as variedades “Veadeiro” e “Bandeirantes”. A produção chegou a atingir a quantidade de 20 toneladas exportadas pelo Porto do Rio de Janeiro, em 1862. Com o fim da escravidão e o florescimento do garimpo de cristal, no final do século XIX, a produção declinou sensivelmente.

A retomada da produção de trigo em larga escala na Chapada dos Veadeiros foi fomentada a partir dos relatórios de Nioae, de 1933, e de Paulo Emílio Póvoa, de 1946. Póvoa, professor da Escola Normal Oficial, defendia a criação de uma colônia agrícola e de uma escola rural na região. Ele argumentava que a Chapada dos Veadeiros era o lugar ideal para se constituir em um novo celeiro da produção de trigo e que isso seria fundamental para alimentar a população, sobretudo com a mudança da capital do Brasil para a região do Planalto Central.<sup>8</sup> Exemplo dessa política foi a construção da estrada de terra para facilitar a logística e o escoamento da produção, além da decisão do governador de Goiás, Pedro Ludovico, em 1937, de colocar à disposição dez mil hectares de terras da Chapada dos Veadeiros para alguma empresa que pudesse desenvolver o plantio de trigo em grande escala e de forma “racional”. A expressão racional foi destacada pois, nesse momento, o conceito desenvolvimentista de uma agricultura racional e produtiva em contraponto a uma agricultura “artesanal e destrutiva” estava em grande voga no país (*CIDADE DE GOIÁS*, 1946; *CORREIO DA MANHÃ*, 1950,1957; *DIÁRIO DE NOTÍCIA*, 1937)

Esse ponto foi enfatizado repetidamente pois, a produção de trigo era considerada como uma questão de interesse econômico nacional. Ocorreram inúmeras políticas de fomento à produção, como a criação do Serviço de Expansão do Trigo<sup>9</sup>, em 1944, incentivos financeiros, distribuição de sementes, maquinário e linhas de crédito. Ainda assim, com altas e baixas na produção, o Brasil era altamente dependente de importações do cereal, com um consumo de 968.655 toneladas de grãos, em 1949, das quais 802.655 toneladas eram importadas. Isso custava aos cofres nacionais quase 2 trilhões de cruzeiros ao ano, no final da década de 1940, e representava 13,7% de toda a importação brasileira no período entre 1925 e 1934, com tendência de alta. A mudança da capital para a região central do Brasil, determinada pela Constituição de 1946,

---

<sup>8</sup> À época, a região específica para a mudança da Capital do Brasil – determinada pela Constituição de 1946 - ainda não havia sido delimitada. A Chapada dos Veadeiros estaria dentro dos 14400 km<sup>2</sup> demarcados para sediar o Distrito Federal e era uma das áreas cotadas para fazer parte da área da futura Capital.

<sup>9</sup> Decreto nº 6.170, com as atribuições de fomentar, orientar e controlar a produção, o comércio e a indústria do trigo no país, formado de três Seções Técnicas, abrangendo, respectivamente, aqueles setores e mais os órgãos secundários correlatos (CUNHA BAYMA, 1960, p. 121 apud BRUM, HECK, LEMES, 2004).



inflamava ainda mais os debates econômicos em torno de um possível abalo financeiro do Brasil. Nesse contexto, o argumento de que a possibilidade de cultura de trigo na Chapada dos Veadeiros - região dentro dos 14.400 km<sup>2</sup> demarcados para sediarem a nova capital – foi utilizado a favor da mudança da capital para o Planalto Central (*CIDADE DE GOIÁS*, 1946; *JORNAL DO BRASIL*, 1937).

Ainda assim, Goiás apoiava a sua economia principalmente na pecuária, que contribuía com 58% da renda do estado, em 1942, e contava cerca de nove milhões de bovinos. Durante o governo Vargas, houve um incentivo à distribuição de terras. Do início da década de 1930 até meados da de 1940, a quantidade de proprietários passou de 16.000 para 60.000. Um dos fatores implicados foi a mudança da capital de Goiás para Goiânia, em 1942. Entre as produções agrícolas de Goiás, especialmente do sul do estado, que se tornaram relevantes, estavam o arroz, com 2.000.000 sacas, e o café, com 14.200.000 pés. De forma muito incipiente, do ponto de vista econômico, ocorria também a elaboração de produtos medicinais e oleaginosos, como o coco babaçu (*A NOITE*, 1942).

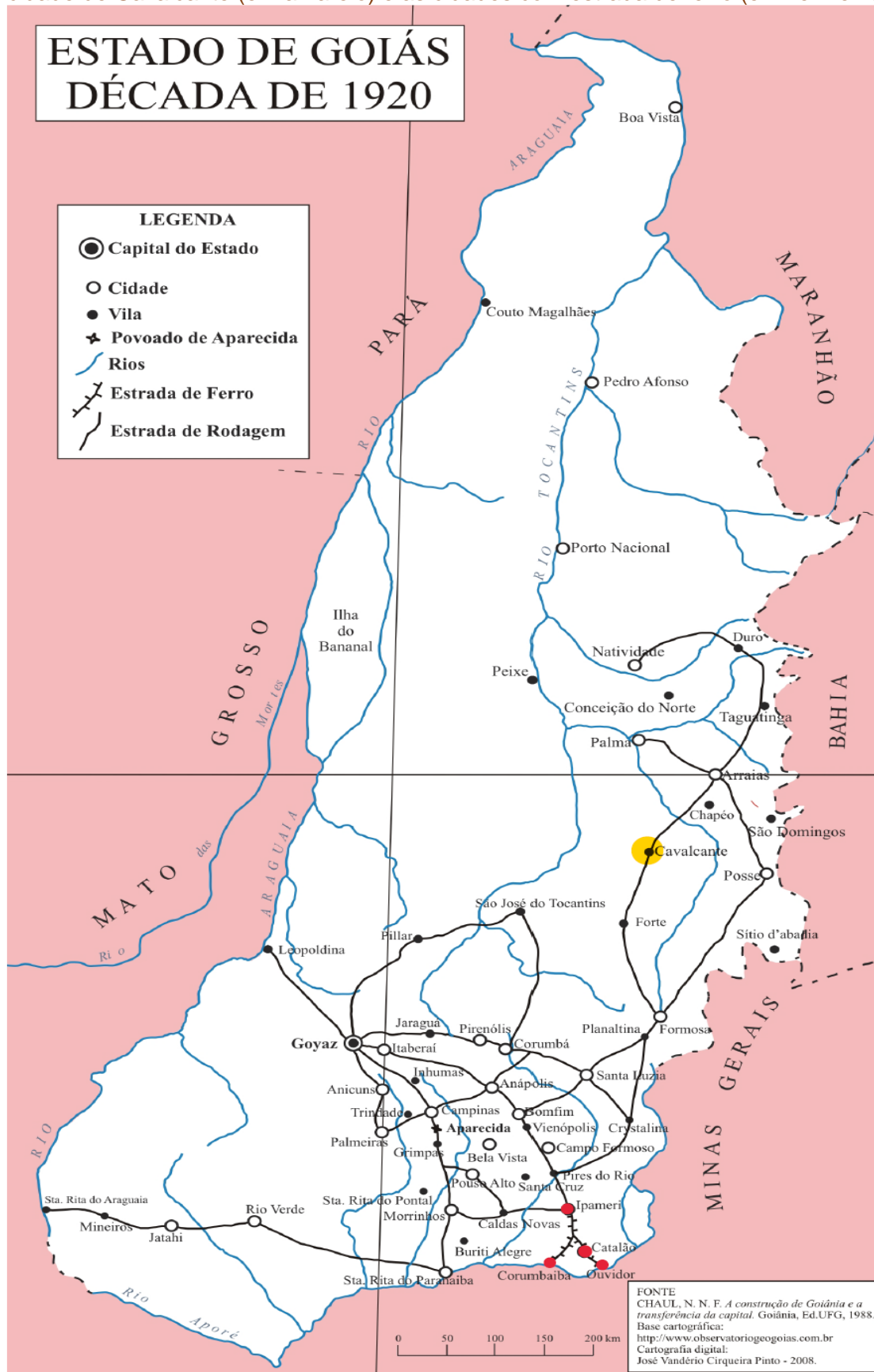
Quando os planos para a construção de Brasília avançaram, a ideia da produção em larga escala de trigo na Chapada dos Veadeiros se deslocou para a parte sul do estado e para as chamadas “zonas das matas”, próximas ao rio das Almas. Em relatório feito pela Comissão Agronômica de Estudos para Localização da Nova Capital, em 1954, propunha-se o estabelecimento de núcleos rurais, ao sul e oeste da capital, à margem dos cursos d’água, inclusive em regiões de nascente. Para as chapadas, devia ser construída uma rede de poços artesianos, para o aproveitamento da água subterrânea na irrigação. Isso seria acompanhado por uma modificação da “monótona” paisagem das chapadas, por intermédio do florestamento de áreas de campos. É mencionada a criação de um parque nacional na Serra dos Pirineus, que já estava modificada pelo impacto humano e precisaria de um plano restaurador, baseado em uma ideia de preservação racional (*CORREIO DA MANHÃ*, 1954).

#### 1.4 O Cristal, o Garimpo e a Baixa dos Veadeiros

Com esta dificuldade, a falta de estrada, o povo seguia mesmo com este sofrimento...nesta vida difícil, umas travessia miserave... uma temporada amargosa, sofrida e garimpeiro já sofrendo aqui [...] esperando bamburrar (José Raimundo de Oliveira, ex-garimpeiro, 2009, p.59).

A exploração aurífera, motivação inicial para a fundação de Cavalcante e São Félix e de outras dezenas de vilas e cidades em Goiás, não perdurou de forma significativa após o fim do século XVIII. Houve alguma expansão motivada pela extração de cristal de rocha, a partir do final do século XVIII. Mas, essa atividade só se desenvolveu com mais intensidade a partir do início do século XX, ainda que com uma demanda ainda intermitente. Em 1903, foram registrados o transporte e a venda de 21.954 kg de cristal de rocha. Em 1916, foi registrado o total de 5.882 kg de cristal comercializado. Em 1915, porém, não foi contabilizado nenhuma quantidade de venda e nos anos seguintes valores abaixo ou semelhantes aos de 1916. Vale lembrar que esses são números oficiais de cristais transportados pela Estrada de Ferro de Goyaz, ou seja, não contabilizavam a venda informal ou os municípios que não eram beneficiados pela Estrada de Ferro. Na Chapada dos Veadeiros, a região de Cavalcante era descrita como uma “montanha sem fim de depósito de cristais de rocha”. Porém, em meados da década de 1930, somente os cristais com mais de 1kg compensavam o transporte, devido a distância de quase 500 Km em relação à estação mais próxima de estrada de Ferro e pelo relevo acidentado - ver mapa *Goiás da década de 1930*, abaixo (A INFORMAÇÃO GOYANA, 1917; 1919; 1929;1933; 1922; MCCREERY, 2006).

Figura 2 - Estado de Goiás na Década de 1920, com grifo da autora destacando a cidade de Cavalcante (em amarelo) e as cidades com estrada de ferro (em vermelho)



Fonte: CHAUL, 1988

O transporte do cristal era feito, sobretudo, para Minas Gerais e São Paulo, de onde era exportado pelo Porto de Santos<sup>10</sup>, majoritariamente para Hydar, na Alemanha, e Kobe, no Japão, que eram os principais compradores do cristal de rocha goiano. Porém, esses números diminuíram de forma contundente com o advento da 1ª Guerra Mundial. Isso é demonstrado pelos números de comércio do cristal de rocha, que diminuíram na segunda metade da década de 1910 e se elevaram novamente somente a partir de 1922, quando foram contabilizados 72.648 kg de cristal transportado. Em 1931, por sua vez, o Japão importou 226.250 kg de cristal advindos do estado de Goiás (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1917; 1919; 1929; 1933).

A partir do início da Segunda Guerra Mundial, houve uma súbita demanda de cristal de rocha pelos Estados Unidos, que passou a ser, no início da década de 1940, o maior comprador. Por isso, houve um grande aumento da exploração de cristal em todo o estado de Goiás, incluindo a região da Chapada dos Veadeiros. O agrônomo Câmara Filho estimou que, em 1943, havia cerca de 17.000 garimpeiros extraíndo quartzo nos 53 municípios de Goiás (à época) e que as reservas eram suficientes para abastecer toda a demanda mundial por anos. Os maiores depósitos se encontravam na Serra dos Cristais, sul do estado e no setentrião goiano, entre os rios Araguaia e Tocantins, nos municípios de Cavalcante, São José de Tocantins, Santana, Santa Maria do Araguaia, Arraias e Porto Nacional. Esse discurso, intensificado pelo entusiasmo em torno das políticas da Marcha para o Oeste, implementada pelo governo Vargas, colocava o Brasil Central não apenas como uma fronteira agrícola potencial, mas também como provedor mineral mundial. Os engenheiros brasileiros defendiam que o quartzo hialino do Goiás era o de maior qualidade do mundo (em comparação com o de Madagáscar) e era o mais utilizado no maquinário de comunicação e de guerra, como rádios, televisão, telefonia, aparelhos de escuta, balística, de medida de detonação, instrumentos de precisão de laboratório e outros (*A MANHÃ*, 1943).

---

<sup>10</sup> Em nota de 1932, consta a informação que o transporte do Goiás até o Porto de São Paulo ou do Rio de Janeiro custava mais caro que o transporte do Porto ao Japão. As cifras foram que, do local mais próximo da estrada de ferro do Goiás, Cristalina, o custo da tonelada até o Porto do Rio custava 800\$ reis. Do porto do Rio para Kobe, no Japão, o custo era de 600\$ reis (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1932).

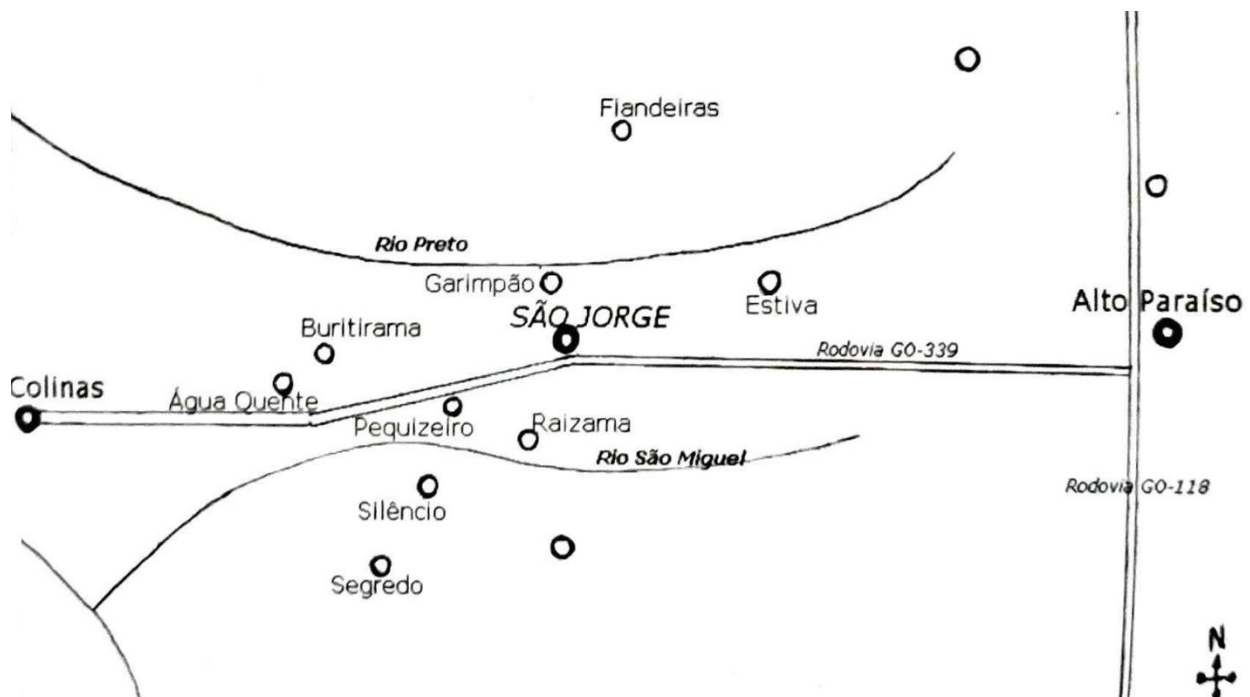
O cristal era encontrado, normalmente, à flor da terra, ou seja, na superfície. Por isso, muitos garimpeiros trabalhavam na extração com técnicas simples. O sistema de trabalho que prevalecia era o de meia praça - o financiador adiantava dinheiro e alimentação aos garimpeiros com a condição de que o produto do trabalho fosse dividido em partes iguais. Em menor quantidade, havia o sistema de pagamento de salários diários, onde o proprietário tinha direito a toda a produção obtida e, quando em terras privadas, o proprietário cobrava uma porcentagem do valor total obtido. Porém, a maior parte das jazidas estavam em terras pertencentes ao Estado. Nesses casos não havia cobrança pela exploração e a política de Pedro Ludovico, o Interventor do Estado de Goiás entre 1930 e 1945, era a de facilitar os direitos à exploração para os garimpeiros. O ideal da Marcha para o Oeste pregava a construção de estradas, a reforma agrária e a defesa da mudança da capital para o Planalto Central (*JORNAL DE NOTÍCIAS*, 1958).

Devido à grande inflação no preço do cristal, gerada pela demanda dos Estados Unidos, ocorreu uma nova corrida pela extração mineral, que resultou em novas descobertas de jazidas na Chapada dos Veadeiros, de blocos de até 120 kg de cristal de rocha - blocos maiores eram mais valorizados. Isso gerou um novo impulso e a vinda de garimpeiros de várias regiões do Brasil, sobretudo Bahia, Maranhão, Piauí, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Relatos de moradores locais afirmam, no entanto, que a maioria apenas garimpava por determinado tempo e não permanecia na região. A questão do transporte ainda era crítica, uma vez que o local era longe da Estrada de Ferro Goiás e o período de chuvas dificultava o transporte fluvial para o norte do país. Por isso, foi discutida a possibilidade de transporte por linhas aéreas, tamanha a demanda existente naquele período. Em alguns casos, companhias norte-americanas, como a *American Smelting and Refining Company*, adquiriram terras, muitas vezes ilegalmente, a partir de autorizações de companhias brasileiras, para explorarem áreas em Niquelândia, Pilar, Goianésia, Veadeiros, Uruaçu e Cavalcante. Comumente transportavam as matérias-primas por via aérea particular até Anápolis (*A MANHÃ*, 1943; *JORNAL DE NOTÍCIAS*, 1958; OLIVEIRA, 2009).

Com o *boom* da extração mineral do início da década de 1940, se constituíram várias localidades de exploração na Chapada dos Veadeiros,

muitas próximas ao Rio Preto e dentro da atual área do PNCV. Quando da criação do PNCV, foram contabilizadas 34 jazidas em seu interior. A primeira delas, o Garimpinho, teve seu início em 1911, a partir de incursões depois do primeiro salto do Rio Preto. No ano seguinte, em 1912, foram encontradas novas jazidas à esquerda do Rio Preto, acima do Salto das Cachoeiras. Essas últimas jazidas tinham blocos maiores de cristal, que possuíam maior valor comercial e, a partir de então, foi fundado o Garimpão. Este garimpo se consolidou como um dos maiores da região, chegando a sustentar cerca de 5.000 a 10.000 pessoas, e permaneceu assim até 1950, quando pegou fogo. Outros garimpos, chamados de corrutelas, foram se desenvolvendo ao redor do Garimpão, a exemplo de: Estiva (1940), Buritirama ( $\cong$ 1930s), Água quente, Pequizeiro, Raizama ( $\cong$ 1930s), Silêncio(1942), Segredo e Santana (1935), Fiandeiras (1944), Boa sorte, Cerradão, Papagaio, Guaribas, Longonhas, Brumado, Azora e Quebra-Ovo. Alguns localizados na figura abaixo:

Figura 3 - Garimpos registrados na proximidade de São Jorge



Fonte: História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros (OLIVEIRA, 2009, p.50)

Após o incêndio no Garimpão, em 1950, muitos dos residentes se deslocaram para a Baixa dos Veadeiros, atual povoado de São Jorge<sup>11</sup>. Essa localidade ficou sendo a base para armazenamento, comércio e moradia dos garimpeiros. Foi instalado um pouso de avião na área que hoje é a igreja e, por isso, passou a ser a sede de toda a região garimpeira. Nesse momento, a Baixa dos Veadeiros, ou planada da Baixada, contava com cerca de 3.000 pessoas. As condições, no entanto, eram muito limitadas. As casas eram feitas com estruturas rudimentares de madeira e cobertas com folha de buriti. A distância para Goiânia, capital mais próxima, contava 500 Km. Para ir aos garimpos, utilizava-se a estrada entre Veadeiros e Colinas, normalmente carregando todo o material nas costas. A distância entre o povoado e o garimpo do segredo, por exemplo, era de 15 Km e levava um dia inteiro, o que era agravado nos períodos de chuva, nos quais podia chover por longos períodos sem intervalos. Uma das figuras icônicas da região, Claro Machado, chegou no início da década de 1950, durante uma das altas do garimpo na região, devido a Guerra da Coreia. Porém, com o fim desse conflito e a criação do cristal sintético a partir de 1958, ocorreu uma nova queda no preço dos cristais e muitos garimpeiros se deslocaram para a construção de Brasília, provocando um esvaziamento da região. (OLIVEIRA, 2009; MONICCI, 2019).

### **1.5 Do Cruls a Brasília e a atuação de Coimbra Bueno**

Será o Brasil maior, não pelo alargamento de suas fronteiras,  
mas pela própria conquista de si mesmo (*Jornal A Noite*, 1948).

A transferência da capital federal para Brasília foi crucial para o processo de integração do Brasil Central com os centros políticos e econômicos litorâneos ou mais próximos do litoral. O debate político em torno da construção de Brasília teve repercussões diretas na região da Chapada dos Veadeiros. Elas estiveram associadas à atuação de Jerônimo Coimbra Bueno, idealizador e figura central para a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

---

<sup>11</sup> Severiano Pires e a família construíram uma igreja para São Jorge e o santo passou a ser o padroeiro do local. A partir de então, o nome do povoado foi trocado de Baixa dos Veadeiros para São Jorge.

A interiorização da capital federal foi defendida por Hipólito José da Costa, já no início do século XIX, no *Jornal Correio Brasiliense* entre 1808 e 1822. Em seguida, materializou-se a partir da proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva, na Assembleia Constituinte de 1821. Em 1892, foi organizada a Comissão Cruls, durante a presidência de Floriano Peixoto, para explorar a área do Planalto Central do Brasil e demarcar os 14.400 km<sup>2</sup> onde seria constituída a nova capital. A Comissão Cruls era formada por pesquisadores de diversas áreas e realizou estudos inéditos na região<sup>12</sup>, que mapearam aspectos climáticos, fluviais, geográficos e biológicos, como fauna e flora, incluindo uma sessão específica do Relatório de 365 páginas com o título de Reconhecimento da Chapada dos Veadeiros. Outro exemplo é a coletânea botânica de Ernesto Ule, que forneceu informações sobre espécies que ainda não eram conhecidas ou catalogadas pelas ciências naturais e trazia informações específicas sobre a Chapada dos Veadeiros, inclusive em relação a sua altitude, que a colocava como a região mais elevada do estado, que até então era a dos Pirineus goianos. Esse importante herbário foi arquivado no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (SILVA; VIEIRA JÚNIOR 2018; *A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1921).

Os estudos realizados pela Comissão Cruls serviram como base não apenas para o relatório de mudança da capital, mas também para fornecer dados sobre o meio biótico e abiótico da Chapada dos Veadeiros, até então amplamente desconhecidos. Exemplo disso é a classificação, na época, dos Pirineus como sendo a maior altitude do estado, com 1.385 metros. Nos relatórios de Luiz Cruls, foram apontadas, inicialmente, altitudes entre 1.776 e 2.000 metros, até sua medição de calibragem apontar 1678 metros. O clima da Chapada dos Veadeiros foi classificado de zona temperada e com neve durante os meses de junho e julho. Os relatórios da Comissão Cruls também forneceram informações sobre o sistema hidrográfico e sobre a importância deste para a formação dos rios São Francisco, Tocantins e Paraná (CRULS, 1894).

A região também foi amplamente abordada de forma gráfica, no *Atlas da Comissão Exploradora*, que percorreu toda a região entre Formosa e a Chapada

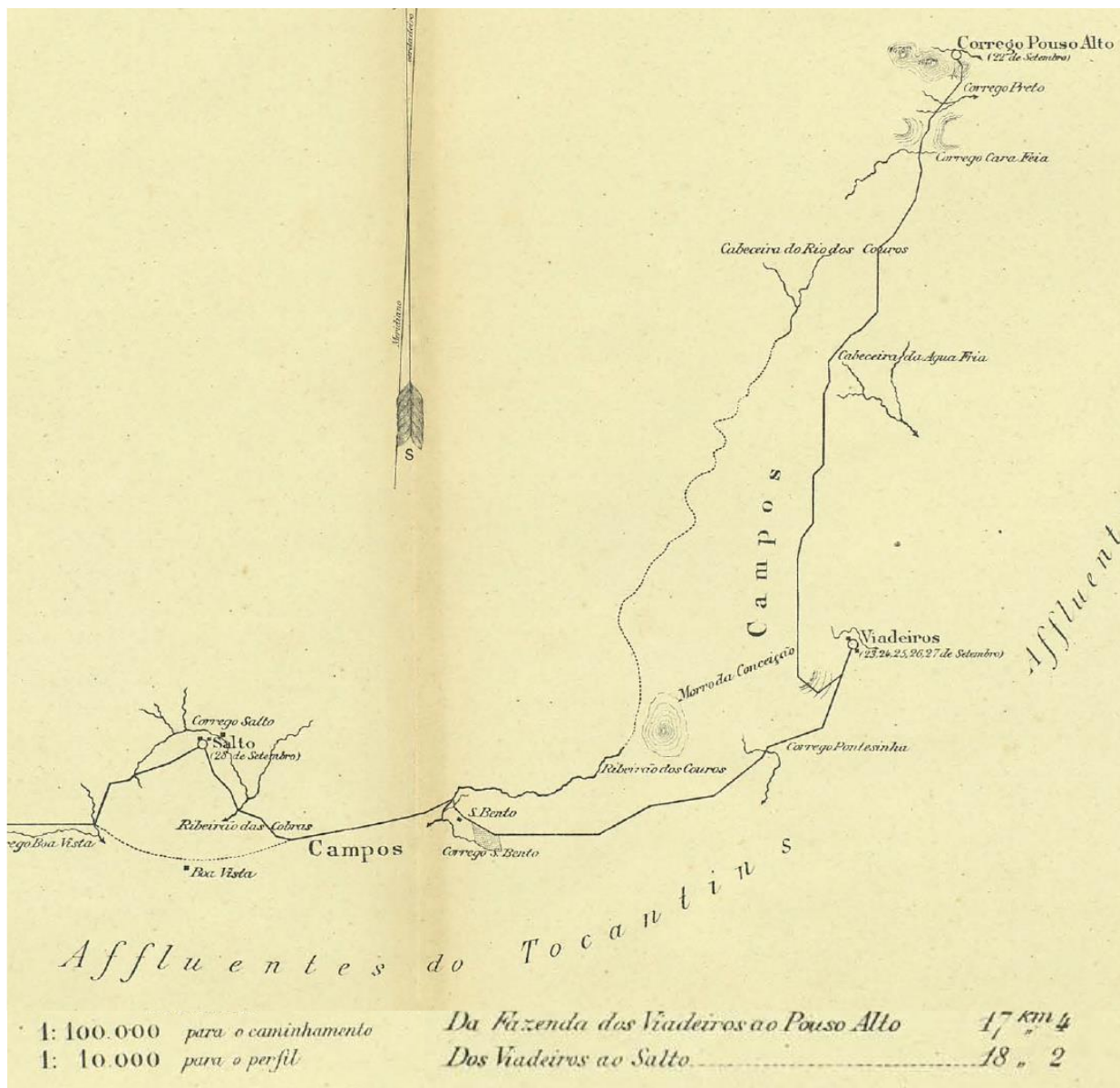
---

<sup>12</sup> Aqui refiro-me à região específica do Planalto Central, uma vez que outros estudos já existiam em outras regiões do Goiás, a exemplo da coleção do naturalista inglês William J. Burchell, que pesquisou as regiões de Catalão à Meia Ponte em 1825 (atual Pirenópolis) e publicou os seus estudos na "*The Collection of Burchell in the Hope Department, Oxford University Museum, vol. 13, Ann. Mg. Nat. Hist. 1904*" (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1921).



dos Veadeiros e, depois, daí para Pirenópolis, com distância de cerca de 324 km. Na figura abaixo, retirada do Itinerário feito pela Comissão em 1894, podem ser observadas a atual região de Alto Paraíso (antiga Fazenda Viadeiros), o rio Tocantinzinho (como afluentes do Tocantins) e o córrego Pouso Alto.

Figura 4 - Itinerário feito pela Comissão Cruls, em 1894, na região da Chapada dos Veadeiros, que atualmente equivale à cidade de Alto Paraíso (Viadeiros).

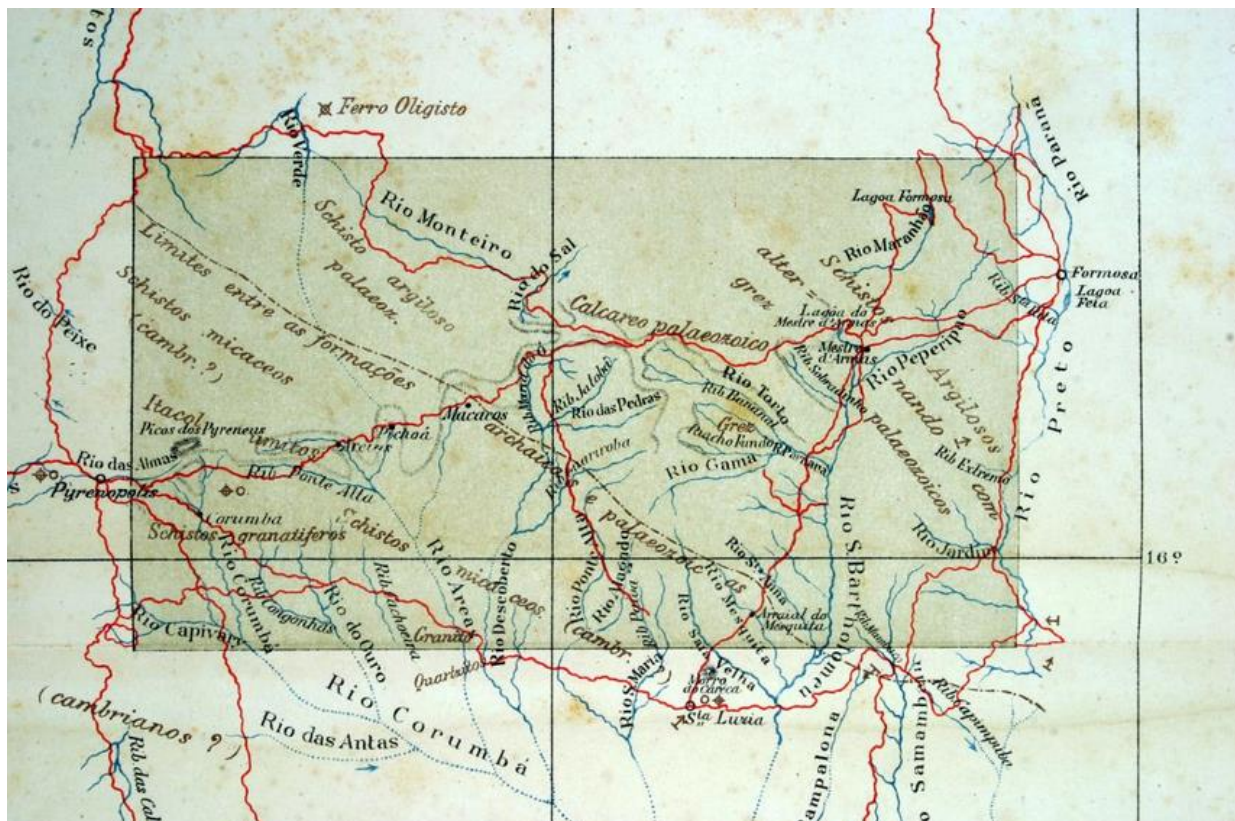


Fonte: Atlas da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil: Itinerários, Perfis Longitudinaes e da Zona Demarcada. Rio de Janeiro, 1894

Por fim, a Comissão Cruls decidiu pela demarcação da área de 14.406 km<sup>2</sup> na forma de um quadrilátero, cujos lados tivessem aproximadamente 90 e 160 km de extensão. Esse formato, utilizado pelos Estados Unidos da América, facilitaria a sua demarcação exata e por isso foi escolhido em detrimento de uma

marcação irregular e sujeita à problemas litigiosos de área, como as baseadas nos sistemas orográficos e hidrográficos. A escolha do local adveio do clima ameno, abundância de água potável e de rios caudalosos, topografia uniforme do terreno e riqueza da flora. A sua demarcação final decidiu por não abranger a Chapada dos Veadeiros, mas abarcava a região à leste de Pirenópolis, norte de Santa Luzia (atual Luziânia) e oeste de Formosa, como demonstrado abaixo:

Figura 5 - Demonstração do quadrilátero Cruls, em 1894, que demarcava a área que constituiria a nova Capital.



Fonte: Relatório da Comissão Cruls, 1894.

A partir dessa demarcação, os políticos e intelectuais goianos passaram a estimular a concretização dessa interiorização, como podemos acompanhar nas publicações feitas na revista *O Publicador Goyano*, que tomou a mudança da capital como uma bandeira a ser levantada pelo estado de Goiás, desde o relatório Cruls e mais fortemente a partir do início do século XX. Nacionalmente, a questão foi aventada no governo de Epitácio Pessoa, em 1922, e retomada por Getúlio Vargas, a partir de 1937, com a política da Marcha para o Oeste.

Nesse contexto, o engenheiro e político Jerônimo Coimbra Bueno atuou de forma decisiva para a mudança da capital para o Planalto Central de Goiás. Ele governou o estado de Goiás de 1947 a 1950. Posteriormente, atuou como senador do mesmo estado, de 1955 a 1963, pela coligação entre União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Progressista (PSP). A sua defesa da mudança da capital para o interior se iniciou em sua juventude, em 1937, no governo de Vargas, e foi com esse objetivo que criou a Fundação Coimbra Bueno, em 1939 (COUTINHO, 1998 apud FGV, 2018).

A partir da sua atuação como engenheiro construtor de Goiânia, entre 1935 e 1938, a nova capital de Goiás, Coimbra Bueno emergiu no debate político como ativo apoiador da mudança da capital federal para o Planalto Central. Em seu tempo como Governador de Goiás, ele intensificou a sua campanha pela interiorização da capital do Brasil. Essa militância, porém, o afastou do seu reduto, Goiânia, que era cogitada para sediar a nova capital federal. Coimbra Bueno não advogava a favor da transferência da capital federal para Goiânia, mas sim a construção de uma nova capital no Planalto Central, o que acabou por enfraquecer o seu apoio na capital goiana. Durante o período como governador de Goiás, Coimbra Bueno participou da Comissão de Mudança da Capital e fez diversas viagens e reuniões para discutir e fomentar a mudança o mais brevemente possível para o Planalto Central de Goiás, com ideais e convicções de um desenvolvimento nacional a partir da localização da nova capital e da ocupação do interior (MEDEIROS, 2013).

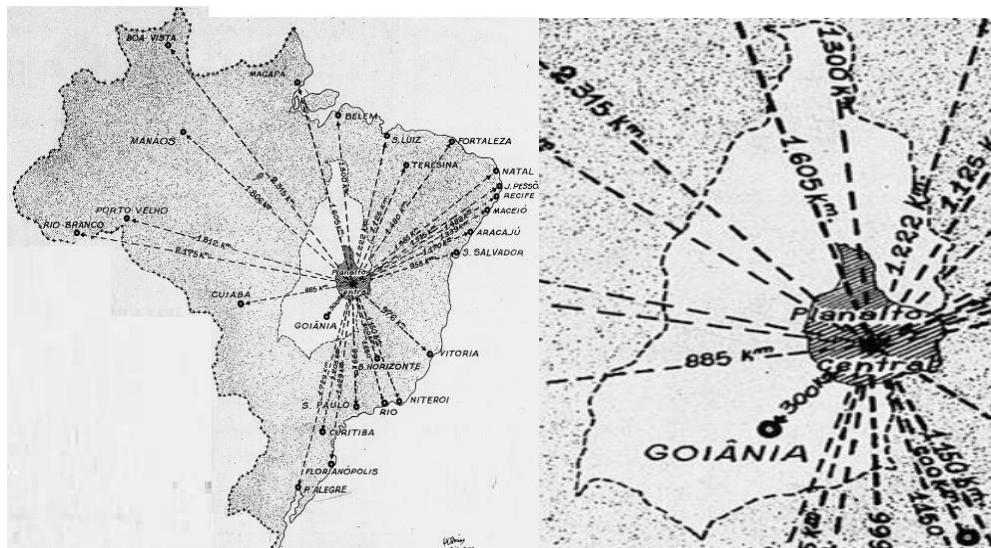
Em agosto de 1947, o general Djalma Poli Coelho e o Conselho Nacional de Geografia foram designados para a avaliação e demarcação da área da nova capital. Nessa ocasião foi aumentada para 52.000 km<sup>2</sup> a área do Distrito Federal, que passaria a abranger pequenas partes do estado de Minas Gerais e da Bahia. Essa iniciativa, porém, permaneceu em modo de espera. Ao mesmo tempo, Coimbra Bueno advogava a favor da mudança de forma contundente e assegurava que as questões polêmicas como o custeio poderiam ser resolvidas sem maiores problemas. Segundo ele, garantida a questão das desapropriações, os terrenos necessários para as construções e vias públicas, os terrenos restantes poderiam ser vendidos e isso garantiria o financiamento das despesas para a construção. Ele se reunia com políticos de estados como Maranhão e Pará para que apoiassem a mudança da capital, uma vez que a

nova localização os beneficiaria. Em relação ao Rio de Janeiro, argumentava que isso desafogaria a capital da população volante e melhoraria o plano urbanístico da cidade. Isso tudo conferiu a ele a alcunha de “General da Mudança” e adjetivos de conferencista habilidoso e ardoroso (*DIÁRIO DA NOITE*, 1953; *DIÁRIO DA MANHÃ*, 1948).

Coimbra Bueno aliava essa agenda com toda uma idealização em torno de um plano de redenção do interior do Brasil como forma de desenvolvimento nacional. Uma de suas propostas era a de uma gigantesca obra logística no Rio Tocantins, para torná-lo navegável regularmente e utilizá-lo como ponto de ligação entre o Norte e o Centro-oeste, como meio de escoar as exportações brasileiras de trigo, arroz, feijão, milho, café, fumo, carnes, couros para os Estados Unidos. Serviria também como ponto de ligação entre o Norte e o Sul do país, a partir da construção de estradas que ligassem esse transporte fluvial com rodovias para o sul e sudeste. Suas propostas eram ousadas e visavam o desenvolvimento do Brasil, a partir da integração com o Brasil Central e de políticas de internacionalização, com o aumento de exportações para os Estados Unidos e o recebimento de imigrantes que pudessem praticar agricultura no estado de Goiás (*A NOITE*, 1947).

A partir de reuniões pessoais entre Coimbra Bueno e o presidente Eurico Gaspar Dutra, a Comissão da Localização da Nova Capital passou a se reunir regularmente no Rio de Janeiro. Mas, houve também visitas do presidente ao estado de Goiás. Nesse momento, um aeroporto foi construído na Chapada dos Veadeiros e passou a ser o ponto de acampamento, no território do Goiás, da Comissão da Localização da Nova Capital, chegando a ser declarado pelos jornais da época que essa localidade seria, possivelmente, a região da futura capital. Com a participação de Coimbra Bueno, a Comissão da Localização da Nova Capital sobrevoou a região do Planalto Central e foi determinada uma nova ampliação ao norte e ao leste do quadrilátero Cruis, contando com 77.000 km<sup>2</sup> e abrangendo a região da Chapada dos Veadeiros (*CORREIO DA MANHÃ*, 1948).

Figura 6 - Figura que mostra o Planalto Central e as distâncias para os Estados brasileiros, reforçando a ideia de integração nacional



Fonte: Adaptado do Jornal "A Noite", de 06 de julho de 1948

Com a eleição de Getúlio Vargas para um novo mandato presidencial, foi formada uma nova comissão para a determinação da localização da nova capital. A situação já era vista de forma jocosa pela imprensa e pela opinião pública, uma vez que várias comissões haviam sido formadas, mas nenhum governo executou de fato. A polêmica morte de Vargas, em agosto de 1954, sem completar o seu governo, e a saída de Coimbra Bueno da presidência da comissão para a localização da capital, no mesmo ano<sup>13</sup>, levou à constituição de mais uma comissão, agora presidida pelo Marechal José Pessoa, que redefiniu os limites do DF para 5.850 km<sup>2</sup>. O relatório foi homologado pelo Presidente Café Filho, em 26 de julho de 1955, pelo processo de número 19.685. A execução, porém, ocorreu a partir de 1956, com o presidente Juscelino Kubistchek, que determinou a desapropriação das áreas que comporiam o novo Distrito Federal (*CORREIO DA MANHÃ*, 1953; *JORNAL DE BRASÍLIA*, 1956).

A desapropriação e a especulação imobiliária eram uma grande preocupação de Coimbra Bueno, como ele mesmo expressou em vários momentos. Sua atuação, como Senador por Goiás, foi considerada fundamental para a aprovação da emenda 94 de 1955, que liberou o orçamento para a desapropriação e aquisição das terras do futuro Distrito Federal para a União.

<sup>13</sup> Em entrevista, Coimbra Bueno fala que pediu exoneração da presidência da Comissão após a morte de Vargas, uma vez que seria agora candidato a uma cadeira no Senado Federal.

Essa foi considerada uma grande conquista, por ser avaliada como uma medida polêmica, em meio a um cenário político instável. Sua experiência na área advinha da construção de Goiânia, onde questões fundiárias e especulativas imobiliárias foram uma fonte de problemas para o Estado e para a sua relação política com o seu primo, Pedro Ludovico. Por isso, em sua campanha da mudança da Capital, Coimbra Bueno demonstrava preocupação constante com a desapropriação das áreas pela União, uma vez que esse processo já estava ocorrendo na área do Planalto Central. Argumentava que em Goiânia havia ocorrido dois erros: a área adquirida pelo Estado para a cidade foi pequena e os lotes foram vendidos antes que tivessem recebido uma valorização compensadora para o Estado. Essa preocupação com a especulação imobiliária e as questões fundiárias se fizeram presentes também na criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, solicitada por Coimbra Bueno em dezembro de 1960 (*CORREIO DA MANHÃ*, 1954; *JORNAL DE BRASÍLIA*, 1956).

Com a delimitação da área do DF e o orçamento para as desapropriações aprovados, o próximo passo foi o concurso do projeto arquitetônico e urbanístico, vencido por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A construção da nova capital se iniciou a partir de 1956 e Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Menos de um ano depois, foi criado, por Juscelino Kubitschek, o atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na época denominado como Parque Nacional do Tocantins.

## **1.6 A conservação da Natureza no Brasil, em Goiás e a criação do PNCV em 1961**

É urgente, mais que necessária, a promulgação de um código florestal que quanto antes impeça a destruição de grande parte do território nacional e acautele interesses múltiplos. Vem dos primeiros dias do descobrimento do paiz a devastação consciente ou inconsciente das nossas chamadas florestas seculares [...] A dendroclastia<sup>14</sup> parece estar na massa do sangue

---

<sup>14</sup> Substantivo que significa: Desrespeito pelas árvores ou indiferença em relação à sua preservação (Priberam, 2020)

da maioria dos brasileiros (sic) [...] (Henrique Dias, A  
INFORMAÇÃO GOYANA, 1918)

A criação de um parque nacional com o objetivo de conservação da natureza não se dá em um contexto político e histórico isolado. Por isso, antes de abordar o processo de criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, irei abordar como se deu o processo de construção de um conceito de conservação da natureza no Brasil do século XX.

A ideia de paisagens naturais arquetetadas já existia desde a civilização egípcia, com os jardins cultivados ao longo do rio Nilo (3200 a 2100 a.C). A prática de preservação de áreas silvestres como reservas de madeira ou para caça também se mostram existentes ao longo da história chinesa e europeia. Porém, a criação do primeiro parque nacional<sup>15</sup> para a conservação da natureza, nos moldes atuais, ocorreu em 1872, nos Estados Unidos, denominado Parque Nacional de Yellowstone. No Brasil, a primeira proposta de criação de um parque nacional foi do engenheiro André Rebouças, em 1876, que fazia alusão ao rio Araguaia e ao rio Tocantins como os “dois Nilos de Goiás”, localizado justamente na Ilha do Bananal. Essa iniciativa, no entanto, não se consolidou, na época, e o Parque Nacional do Araguaia foi criado apenas em 1959, 22 anos depois da criação do primeiro parque nacional brasileiro (A *INFORMAÇÃO GOYANA*, 1930; SOUZA, 2019).

O primeiro parque nacional brasileiro – o Parque Nacional do Itatiaia - foi criado em 1937, no Rio de Janeiro. Nas décadas de 1920-1940, as ideias de proteção à natureza no Brasil estavam vinculadas a um pensamento nacionalista, que procurava, de maneira racional, promover a produção aliada ao cuidado com a natureza. Um grupo de cientistas preocupados com a proteção à natureza foi bastante atuante nesse período, dentre os quais se destacaram Alberto José Sampaio, Armando Magalhães Corrêa, Candido de Mello Leitão, Frederico Carlos Hoehne, Bertha Lutz, Heloísa Alberto Torres e Edgard Roquette

---

<sup>15</sup> Segundo a definição da IUCN, Parques Nacionais são definidos por: área natural extensa de terra ou mar de grande relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, destinada a: (1) proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras; (2) excluir a exploração ou ocupação não ligadas à proteção da área; e (3) prover as bases para que os visitantes possam fazer uso educacional, lúdico, ou científico de forma compatível com a conservação da natureza e dos bens culturais existentes” (OECD, 2014).

Pinto. Eles defendiam um uso racional dos recursos naturais e a criação de parques e reservas para a proteção da fauna e da flora características das diversas fitofisionomias brasileiras. Henrique Maximiano Coelho Netto, conhecido como Coelho Neto foi um escritor brasileiro e deputado federal, eleito em 1909 e reeleito em 1917. Em seus discursos já professava ardorosamente a da proteção das florestas, sobretudo em questões ligadas à proteção contra o desmatamento, realizado pelo corte de madeira e a extensa utilização do fogo. Ele já afirmava que a devastação da floresta levava não apenas à sua destruição, mas à falta de água e a distúrbios climáticos (FRANCO & DRUMMOND, 2009; *CORREIO DA MANHÃ*, 1959).

A defesa da construção e da atuação de um Estado nacional forte aliado a um sentido de identidade nacional marcou o pensamento dos intelectuais brasileiros envolvidos com o tema da proteção da natureza nas décadas de 1920-1940. Por intermédio da formação de organizações da sociedade civil e da atuação em instituições públicas, esses intelectuais/cientistas trataram de questões como desmatamento, leis protetivas e reformas na agricultura. A sua influência no debate público e na própria administração pública garantiu avanços significativos para a proteção da natureza no Brasil, como o Primeiro Código Florestal Brasileiro, em 1934, a realização da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em abril do mesmo ano, no Rio de Janeiro, promovida pela Sociedade dos Amigos das Árvores, a criação do Parque Nacional do Itatiaia, em 1937, e dos parques nacionais do Iguaçu e da Serra dos Órgãos, em 1939 (FRANCO & DRUMMOND, 2009).

Em Goiás, o discurso sobre proteção à natureza era enunciado por Henrique Dias, que foi fundador e diretor da revista *A Informação Goyana*, publicada de 1917 a 1935. Essa revista, uma das principais da época, era importante formadora de opinião em Goiás e fomentava de forma clara e contundente “o espírito geográfico” dos goianos, ou seja, de que a conquista do *hinterland* brasileiro era uma questão nacionalista e que as riquezas do Brasil Central deviam ser vistas como fundamentais na construção do futuro da nação, sobretudo por sua localização privilegiada (NEPOMUCEMO, 2003; MEDEIROS, 2013).

A revista publicava regularmente informações sobre as riquezas naturais de Goiás, sobre a história e a cultura da região – que abarcava também o atual



estado de Tocantins - e sobre as espécies da fauna e da flora do estado. Havia uma coluna denominada “Pela fauna do Brasil Central: rectificações e refutações”, que trazia e/ou refutava informações correntes, como, por exemplo, sobre a diferença entre as nomenclaturas das espécies de cervídeos. Além disso, defendia o cultivo de frutos nativos brasileiros e do Cerrado, como a mangaba (*Hancornia speciosa*), a pitanga (*Eugenia uniflora*), o araticum (*Annona montana*), a Chirimoia (*Annona cherimola*), a biriba (*Rollinia deliciosa*) e a lobeira (*Solanum lycocarpum*), em lugar das espécies oriundas do “Velho Mundo”<sup>16</sup>. Trazia críticas ao desconhecimento, ou melhor, a errada classificação das espécies do Brasil Central pelos naturalistas localizados no Rio de Janeiro, fossem eles brasileiros ou estrangeiros, como no caso da crítica ao livro de Rodolpho Von Ihering, *Dicionário da Fauna do Brasil*, de 1914. Criticava, também, o desprezo da ciência para com o conhecimento indígena e dos moradores locais, como exposto em coluna de 1918:<sup>17</sup>

De um modo geral pode-se dizer que aqui no Brasil – todas as espécies animais e vegetais que zoólogos e botânicos vêm classificando, ou crismando com nomes científicos, dizendo como espécies novas, já eram assás conhecidas dos autóctones e mézinheiros do sertão, os quais não ignoram os nomes triviais e indígenas, seus costumes e hábitos de vida, ou seja, isso que tanto importa na ciência histórico-natural – a biologia (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918).

Em 1918, Henrique Dias escreveu um artigo denominado “A Dendroclastia no Brasil”, no qual defendia a promulgação urgente de um Código Florestal, como forma de impedir a destruição de grande parte do território nacional, o que já vinha ocorrendo desde “os primeiros dias de descobrimento”. Ele observa, porém, que mesmo antes disso, as populações autóctones (denominados por ele como aborígenes) já transformavam consideravelmente as paisagens por meio do fogo e que essa cultura “dendroclasta” perdurava no país como regra. Ou seja, apesar de valorizar o conhecimento desses povos, ele não defendia uma visão do “bom selvagem”, uma vez que acreditava que mesmo suas culturas já impactavam as áreas naturais de forma desnecessária e destrutiva, sobretudo as florestas. Criticava veemente o desmatamento feito nas

---

<sup>16</sup> Utilizei aqui de termos atuais. As expressões, *ipsis litteris*, utilizadas por Henrique Dias para designar as frutas do Cerrado eram “nossas fructas campestris e sylvestres e fructas indigenas”.

<sup>17</sup> A grafia foi atualizada para o português corrente para melhor entendimento do texto.

áreas de mata nativa, para a criação de gado, e afirmava que a agricultura praticada era altamente improdutivo e destrutiva. Suas críticas estendiam-se, inclusive, para as políticas “civilizadoras” do Marechal Cândido Rondon, que, segundo Dias, contribuíam para a destruição desnecessária das “matas virgens do oeste brasileiro”. Apesar disso, suas preocupações eram relacionadas sobretudo com as regiões de floresta. Por isso, defendia que a agricultura fosse realizada em áreas de campo - ou seja, áreas pouco arborizadas, que para ele não tinham a mesma importância que as áreas florestadas - ou nas já convertidas. Dias argumentava que a destruição das matas influenciava na composição do ar (pela absorção do gás carbônico<sup>18</sup>), na temperatura e na regulação do clima (*A INFORMAÇÃO GOYANA*, 1918).

A partir de 1940, os debates sobre a proteção da natureza e sobre a criação de parques nacionais se difundiam na sociedade a partir de temas como a criação do parque na Ilha do Bananal e do Parque do Xingu. A questão do Xingu popularizou-se pelos irmãos Villas Boas, a partir da expedição Roncador-Xingu, inserida na política de Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. A criação de um Parque Nacional no Xingu vinha sendo discutida desde 1952. Nesse momento, havia preocupações tanto com a questão indígena quanto com a questão da preservação da fauna e flora brasileiras, já descritas como “desaparecendo pela ação devastadora do homem civilizado”. O alcance e a importância desses temas ficam evidenciados com a mobilização gerada em torno da criação do Parque Nacional do Xingu, que envolveu a participação direta da Vice-Presidência da República, de militares, do antropólogo Darcy Ribeiro, de Orlando Villas-Boas, da diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, e do representante da Fundação Brasil Central, major Souza Leão (*CORREIO DA MANHÃ*, 1952).

Em 1958, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN). Inicialmente a FBCN se chamaria Sociedade Brasileira para a Conservação da Natureza e agregaria técnicos florestais, naturalistas, excursionistas, universitários, intelectuais, poetas, artistas e pessoas em geral interessadas na conservação da natureza. Porém, a partir de iniciativas importantes como a produção de um anteprojeto de conservação, apoiado por

---

<sup>18</sup> Em seu escrito original ele escreve ácido carbônico, cuja composição química é H<sup>2</sup>CO<sup>3</sup> e não CO<sup>2</sup>.

José Cândido de Melo Carvalho, a instituição estruturou-se como uma Fundação e publicou, em 06 de julho de 1958, a constituição da Fundação, que teria como objetivo promover e recomendar uma ação nacional no sentido da preservação em relação à destruição da vida silvestre e do ambiente natural, bem como da água, do solo, da flora, da fauna e das paisagens. Para tanto, os eixos principais de atuação seriam: a proteção e o estabelecimento de reservas de áreas com valor científico, histórico ou estético, a partir da criação de parques e monumentos naturais, refúgios da fauna silvestre, dando-se especial atenção às espécies em vias de extinção. A FBCN atuaria também no estímulo, na mediação e na cooperação entre os governos e as organizações nacionais interessadas na conservação dos recursos naturais, bem como na pesquisa, análise, interpretação e difusão de conhecimentos referentes à conservação da natureza. Além disso, a FBCN se dedicaria ao planejamento e à execução de estratégias voltadas para a conservação e investiria esforços para a promoção de um amplo programa educativo referente aos seus assuntos, a exemplo das aulas ao ar livre promovidas na Floresta da Tijuca em 1959 (*CORREIO DA MANHÃ*, 1958; *ULTIMA HORA*, 1959; LOPES, 2019).

Em resumo, a FBCN surgiu com o propósito de atuar de modo pragmático junto ao poder público e à sociedade para a formação de uma mentalidade conservacionista no Brasil. Note-se que a palavra conservação passou a ser usada com mais frequência do que proteção, como já havia ocorrido nos Estados Unidos e na Europa. Durante os primeiros anos da FBCN, os jornalistas Fuad Atala e Rossini Pinto foram efetivos na divulgação da instituição em suas colunas semanais sobre ciência e natureza no *Correio da Manhã*. Para demonstrar as conquistas iniciais da FBCN, vale destacar que no ano seguinte a sua criação, ela recebeu a doação de uma reserva biológica, uma área de 300 mil metros quadrados no município de São João Batista, em Santa Catarina, da parte de William Alfredo Maia. Nesse momento, o seu presidente provisório era Luis Hermann Filho e o seu quadro contava com nomes como Victor Abdelnour Farah, Wanderbilt Duarte de Barros, Eurico Santos, Harold Strang, Augusto Ruschi, Rossini Pinto, Fuad Atala e Jerônimo Coimbra Bueno. Apesar disso, na execução de projetos, essa fase contou com poucas atividades desenvolvidas até 1960, quando da nomeação de Jerônimo Coimbra Bueno, então Senador da República por Goiás, para o cargo de primeiro presidente efetivo da FBCN. Pela

sua atuação no Senado, isso representava uma maior visibilidade para assuntos relacionados com a conservação da natureza e a conquista de apoio legislativo para elas (*CORREIO DA MANHÃ*, 1959; FRANCO & DRUMMOND, 2009; LOPES, 2019).

Coimbra Bueno desempenhou um papel fundamental na defesa pública das iniciativas da FBCN, sobretudo nas questões relacionadas ao uso dos recursos naturais e à criação de parques e reservas para a conservação da natureza, especialmente nas regiões da Chapada dos Veadeiros, da Ilha do Bananal e do canal de São Simão. Justificava que essas regiões, além das belezas naturais, tinham importantes peculiaridades de fauna e flora. Ele fustigou o debate e favoreceu um ambiente político e social favorável aos temas ligados à conservação da natureza. Ainda assim, a criação de um parque na Chapada dos Veadeiros não tinha, na época, o mesmo apelo que as propostas de criação de parques na Ilha do Bananal ou no Xingu.

A primeira tentativa oficial de criação do parque na Chapada dos Veadeiros ocorreu em 1950 e partiu de Coimbra Bueno, então governador de Goiás, eleito por uma fusão da UDN com uma dissidência do PSD. Como visto anteriormente, as principais bandeiras políticas de Coimbra Bueno giravam em torno da mudança da capital para o Planalto Central de Goiás. Porém, a criação de áreas destinadas à proteção da natureza já estavam presentes em sua trajetória política. Em seu incompleto período como governador do Goiás, de 1947 a junho de 1950, propôs iniciativas como a promoção do Dia da Árvore nas escolas e já defendia a criação de um parque nacional na Ilha do Bananal e de uma reserva na Chapada dos Veadeiros. Uma de suas justificativas era o fomento do turismo de natureza no Brasil Central, não apenas com objetivos econômicos, mas também como um apelo nacionalista e de unificação do Brasil por meio da integração e do influxo de brasileiros e estrangeiros para o Oeste brasileiro. Ele era apoiado nisso pelo presidente Eurico Gaspar Dutra (*CORREIO DA MANHÃ*, 1948; *A NOITE*, 1949).

Em 30 de junho de 1950, em seu último dia como governador de Goiás, antes de renunciar em favor de seu vice-governador, Hosanah Guimarães, Coimbra Bueno enviou uma proposta para a Assembleia Legislativa de Goiás, em Goiânia, de nº 767/1950, na qual propunha a criação de parques naturais de reserva da flora e da fauna na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros.

Esses parques seriam cedidos para a União, o que Coimbra Bueno entendia ser benéfico para Goiás e para o Brasil. A sua justificativa para a criação de um parque na Chapada dos Veadeiros era a de que ela se localizava em um dos altiplanos mais elevados do país e descia na direção oeste até o rio Tocantins, onde poderia ser demarcada uma grande reserva com belíssimos panoramas e quedas d'água, acidentes naturais, matas virgens e exemplares preciosos da fauna e flora. Na Chapada dos Veadeiros, ainda que com uma área menor que a da Ilha do Bananal, se encontrava uma variação de altitudes de menos de 400 até mais de 1600 metros. O projeto previa que, ainda que confiado à União, o parque da Chapada dos Veadeiros fosse criado como um parque estadual, com objetivo de preservar a fauna e a flora do Planalto Central brasileiro e da planície amazônica da região do Tocantins, devendo ser agregado a ele todas as áreas devolutas contidas no perímetro que for delimitado. As propriedades privadas também seriam adquiridas pela União com o mesmo fim, seja por meio de doação, arrendamento, cessão provisória ou permanente. O seu perímetro seria localizado e delimitado por decreto do Poder Executivo, que também regularia as disposições da lei de criação, determinando os objetivos, forma de funcionamento e de utilização do parque estadual, de acordo com os Códigos Federais de Caça, de Pesca e Florestal (GOIÁS, 1950).

O projeto para a criação dos parques na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que estava de acordo com art. 20, inciso XII da Constituição Estadual do Goiás. Foi aprovado pelo presidente da Comissão, Pinheiro de Abreu, pelo Relator, Pires Vieira e por Antônio de Machado, Floriano Gomes e Celestino Filho. O único membro da Comissão que não aprovou foi Emival Caiado. Porém, ao ser enviado para parecer do deputado Antônio de Lisbôa Machado, o projeto foi considerado pouco oportuno. Machado argumentava que a possibilidade da União destinar áreas aos fins propostos pelo projeto eram remotíssimas, uma vez que a União não teria interesse em assumir os encargos necessários. Além disso, ele considerou que a aprovação do projeto representaria um saque para o futuro e que, portanto, ele deveria ser arquivado por falta de objetividade. Esse parecer foi aprovado em 08 de junho de 1951 pelo Presidente da Comissão Felippal Santa Cruz; pelo relator, Antônio Lisbôa Machado e por Walfredo Maya, R. Artiaga, José de Assis Moraes e J. Estrela. Dessa forma, ficou então

arquivado, até 12/06/1957, o projeto de criação dos parques da Ilha do Bananal e da Chapada dos Veadeiros, determinado naquela ocasião como pouco oportuno e de remotas probabilidades (GOIÁS, 1950).

A esfera política estadual não era favorável ao projeto. A proposta de Coimbra Bueno, feita no último dia antes de sua saída do governo, foi arquivada com parca tramitação. A sua vitória eleitoral, em 1947, ocorreu com uma apertada margem de votos. Ele obteve 40,7 mil votos contra 38,9 mil de Pedro Ludovico. Ludovico, político getulista, não era apenas um político tradicional, que vinha governando o Goiás de forma intermitente desde 1930. Ele era primo de Jerônimo Coimbra Bueno e o introduziu no meio político ao contratá-lo e ao irmão, Abelardo Coimbra Bueno, para liderar a construção de Goiânia, que seria a nova capital de Goiás, em 1934. Logo, com a distância de seu reduto político em Goiânia e como candidato de oposição de Ludovico, sua posição como governador demonstrou-se instável, o que culminou em sua renúncia. No discurso de renúncia, ele declarou que, mesmo dentro de seu partido, suas propostas e seu programa de governo não haviam sido entendidos pelos políticos goianos e que essa falta de esclarecimento causou os insucessos na administração do estado (MEDEIROS, 2013).

Outra das facetas políticas de Coimbra Bueno, ainda que menos visível, era a promoção da internacionalização do Brasil, defendendo que a criação de reservas naturais aumentaria o turismo na região do Brasil Central e atrairia estrangeiros interessados na nossa fauna e flora em estado natural. Além disso, defendia a vinda de imigrantes estrangeiros, deslocados pela Segunda Guerra Mundial, para o estado, sobretudo para a região da Chapada dos Veadeiros. Argumentava que, além de grande beleza atrativa, a região possuía clima temperado, semelhante ao da Europa, devido a sua elevada altitude, o que facilitaria o cultivo de trigo. Defendia também o aumento das exportações brasileiras para os Estados Unidos. Posteriormente, em 1958, chegou a fomentar a criação do primeiro curso de Relações Internacionais no Brasil, que seria ministrado pelas Nações Unidas (ONU), cuja sede ele pretendia que se transferisse para a Chapada dos Veadeiros (*A NOITE*, 1947; *CORREIO DA MANHÃ*, 1958).

Após a sua renúncia do governo de Goiás, Coimbra Bueno ocupou-se intensamente como membro das diferentes comissões de localização da nova

capital até 1954. Quando saiu da Comissão, por iniciativa própria, iniciou sua campanha para se eleger senador por Goiás, o que de fato aconteceu para o período de 1955 a 1963. Atuou também como presidente da FBCN no período de 1960 a 1966. Foi justamente nesse período que foram assinadas as criações do Parque Nacional do Araguaia, na Ilha do Bananal, em 1959, e do Parque Nacional do Tocantins, na Chapada dos Veadeiros, em 1961.

Como senador e presidente da FBCN, Coimbra Bueno empenhou-se na defesa da criação de parques nacionais, tendo como principal objetivo a conservação da natureza. A sua concepção de conservação da natureza é bem expressa em seus discursos contra a construção de hotéis e de outros empreendimentos dentro de parques nacionais, como no Parque Nacional de Paulo Afonso, na Caatinga, e no Parque Nacional do Araguaia, no Cerrado. Ele argumentava que a construção de hotéis e outros empreendimentos prejudicavam o principal objetivo, que era a conservação da fauna, da flora e da beleza paisagística. Ele tinha grande preocupação com problemas advindos de loteamentos ilegais e da especulação imobiliária, que iriam aumentar exponencialmente na Chapada dos Veadeiros após a mudança da capital federal. Ele argumentava que após a criação de Brasília, a prioridade seria a criação de parques nacionais de grande extensão na região central do Brasil e nos estados amazônicos, a exemplo do que fizeram os Estados Unidos e a Rússia (*CORREIO DA MANHÃ*, 1960).

Todas essas questões foram sintetizadas e enviadas em um Ofício, nº 96, para o Presidente Juscelino Kubitschek, em 01 de dezembro de 1960. Esse ofício, oriundo da Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil, presidida por Jerônimo Coimbra Bueno e seu irmão Abelardo Coimbra Bueno, sugeria a criação imediata do Parque Nacional do Tocantins, na Chapada dos Veadeiros. Os argumentos giravam em torno de que a nova sede da ONU pudesse se localizar na região da Chapada dos Veadeiros e de que isso estava sendo conversado entre a Fundação Coimbra Bueno e a administração da ONU, que tinha concordado em estudar a localidade. Com base nisso, o ofício justificava que seria necessária a imediata criação do parque na região, justificada também pela transferência da capital federal para Brasília, o que já estava provocando a especulação imobiliária na área. Dessa forma, a promoção da desapropriação das áreas não devolutas e a imediata criação do parque eram

necessárias para que se pudesse preservar os excepcionais valores naturais existentes na região, que abrange paisagens, fauna e flora típicas do Planalto Central e da Planície Amazônica (COIMBRA BUENO, 1960).

O ofício conclui justificando que a possibilidade da futura sede da ONU na região não prejudicaria a sua preservação, pois seria feito um largo cinturão em torno da sede. Além disso, a preservação dessa área colocaria o Brasil em uma posição mais favorável para abordar essa questão em futuras Assembleias das Nações Unidas (COIMBRA BUENO, 1960).

Vale destacar que o Ofício está assinado por Abelardo Coimbra Bueno, irmão de Jerônimo Coimbra Bueno. Abelardo Bueno já possuía experiência com assuntos internacionais, uma vez que foi designado como parte do Conselho Geral Consultivo do Instituto Brasil-Holanda, em 1944. Os Países Baixos, por sua vez, sediavam importantes órgãos da ONU, como a Corte Internacional de Justiça, fundada em 1945 (*A NOITE*, 1944).

No mês seguinte após o envio do Ofício, foi criado - com pouca notoriedade - o parque nacional na Chapada dos Veadeiros. Ele foi oficializado pelo decreto do presidente Juscelino Kubitschek nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, com o nome de Parque Nacional do Tocantins, uma vez que sua área se iniciaria na margem direita do Rio Tocantins e contaria com 625 mil hectares de área protegida<sup>19</sup>. Os objetivos iniciais de sua criação consistiam na proteção das cabeceiras dos formadores do rio Tocantins, na proteção dos campos rupestres das partes altas, cerrados e matas ciliares e na conservação das áreas de Planalto de Altitude no território de Goiás (BRASIL, 1961).

Fica bastante clara a influência desse Ofício para a criação do parque naquele momento, uma vez que, no final de outubro de 1960, foi divulgada a lista de planejamento da criação das florestas, parques e reservas naturais para o território nacional no ano seguinte e o nome de uma reserva ou parque na região da Chapada dos Veadeiros não constava. Para 1961, constava o planejamento da criação da Floresta Nacional de Curitibaanos (SC), da Floresta Nacional do Anhanguera (GO), da Floresta Nacional do Apodi (RN), da Floresta Nacional da Bocaina (SP), da Floresta Nacional do Caxiuaná (Xingu), da Reserva Nacional de Serra Negra (PE), da Reserva Nacional de Guido Marliere (MG), do Parque

---

<sup>19</sup> No decreto de criação não há menção numérica de seus hectares e sim de seus limites de acordo com as margens dos Rios.



Nacional da Gruta de Ubajara (CE), do Parque Nacional de Aparados da Serra (RS), do Parque Nacional de São Joaquim (SC), do Parque Nacional de Sete Cidades (PI), e do Parque Nacional do Caparaó (MG-ES). A única menção que se faz à Chapada dos Veadeiros dizia respeito à criação de florestas nacionais situadas à margem da estrada que ligaria Brasília a Belém. Porém, vale ressaltar que o ano de 1961 apresentou elevado número de criação de unidades de conservação integral federal (8), quando comparado com 1958 (0), 1959 (3), 1960 (0), 1962 (0), 1963 (0). Isso demonstra a influência exercida em um contexto específico de alta permeabilidade para a criação de áreas protegidas no âmbito federal (*JORNAL DO BRASIL*, 1960).

A criação do PNCV, no entanto, não garantiu a permanência ou mesmo a implementação de sua área. Por isso, a caracterização do parque, sua gestão, os novos paradigmas e as consecutivas reduções serão as questões tratadas no próximo capítulo.

## CAPITULO 2 – DAS REDUÇÕES

### 2.1 Fitofisionomias, caracterização do PNCV e a conservação da biodiversidade



Sobre o tempo. @cerradoemquadrinhos. ALVES, 2018

Nesse subcapítulo será feita a caracterização geral do bioma, da região e dos estudos acerca da biologia da conservação. O objetivo será o de caracterizar, de forma introdutória, a região da Chapada dos Veadeiros em seus aspectos físicos e de trazer um entendimento sobre a importância da conservação da Chapada dos Veadeiros e como o tamanho de uma unidade de conservação impacta nesse objetivo. Além de um resumo e da exposição de figuras demonstrativas das diferentes áreas do PNCV, entre sua criação em 1961, suas reduções em 1972 e em 1981, e sua ampliação em 2017. As informações detalhadas de cada um desses momentos estão nos seus subcapítulos 1.6, 2.3, 2.4 e 3.2, respectivamente.

O PNCV está localizado no bioma Cerrado. Esse bioma é exclusivamente brasileiro e é composto por 3 grandes formações vegetais: florestais, savânicas e campestres, divididas da seguinte forma:

- a) Formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão)

b) Formações savânicas (Cerrado *strictu sensu*, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda)

c) Formações campestres (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo)

A formação da vegetação do Cerrado ocorreu durante o período árido do Pleistoceno tardio (entre 126.000 e 11.700 anos atrás). A sua expansão se deu durante períodos de queimadas naturais, por volta de 6.000 a.C. Porém, existem estudos palinológicos<sup>20</sup> de ocorrência de vegetação savânica semelhante à atual em períodos mais antigos ainda, como o Mioceno (de 27 a 10 milhões de anos atrás). A influência antropogênica por incêndio e desmatamento foi observada somente após 600 a.C. Há fortes evidências de que a chegada dos humanos ao Cerrado, por volta de 12 mil a.C., foi responsável pela extinção da sua megafauna. Em área, é o segundo maior bioma do Brasil, ocupando mais de 2.000.000 km<sup>2</sup>, o que representa cerca de 23% do território brasileiro. Considerando a sua área descontínua e as áreas de transição, essa porcentagem atinge 37% do território nacional. A altitude varia de cerca de 300 a 1.600 metros, sendo que esse ponto mais elevado se encontra na Chapada dos Veadeiros. A variação de altitude resulta em uma grande diversificação térmica entre as regiões. O clima do Cerrado é tropical, com precipitações entre 750 a 2000 mm por ano e com duas estações climáticas bem características: inverno seco (maio a outubro) e verão chuvoso (outubro a maio) (EDEN, 1974 apud GOUDIE; FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007; MAZZETO SILVA, 2009).

A Chapada dos Veadeiros é uma das 25 unidades fisiográficas da macrorregião do Brasil Central, também denominada Terras Altas do Tocantins pelo projeto RadamBrasil. Essa distinção leva em conta os aspectos físico-geográficos e não os políticos-administrativos da divisão de unidades federativas. Está localizada no nordeste do estado de Goiás, entre as latitudes 13° a 15° sul e longitudes 47° a 49° WGr (oeste), e apresenta uma altitude média entre 800 a 1650 m. Possui solos rasos e pedregosos, que são associados a afloramentos de quartzitos, típicos da região. A forma de relevo predominante é a de planalto forte ondulado. Quanto às fitofisionomias da região, há significativa

---

<sup>20</sup> Estudo de pólenes, esporos e estruturas similares.

variação na sua composição vegetal. Entre 60 e 70% da vegetação nativa é de cerrado *sensu stricto* e cerrado ralo. Cerca de 25% é de cobertura florestal de diferentes tipos, a exemplo de matas mesofíticas de galeria (áreas úmidas), cerradões e carrascos. Do restante, cerca de 10% é ocupado por campo rupestre e litólicos, campos úmidos e pantanais. Por fim, 2,5% são brejos permanentes (veredas). Isso significa que a região da Chapada dos Veadeiros possui uma heterogeneidade de habitats que apresenta representatividade própria (FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007; LOEBMANN, 2008; ICMBIO, 2009)

O PNCV tem grande riqueza biológica e apresenta porções significativas de áreas preservadas. Estudos anteriores à ampliação de 2017 indicam a ocorrência de porções extensas de cerrado *sensu stricto* e predominância de formações savânicas estacionais campestres (campo rupestre, limpo e sujo). Ainda, no seu entorno, podem ser observadas áreas de cerrado rupestre, cerrado ralo, campo sujo, campo limpo, cerrado denso, veredas, matas de galeria, mata mesofítica e cerradão. Os solos dominantes no PNCV são o latossolo vermelho-amarelo e o neossolo litólico (ICMBIO, 2009).

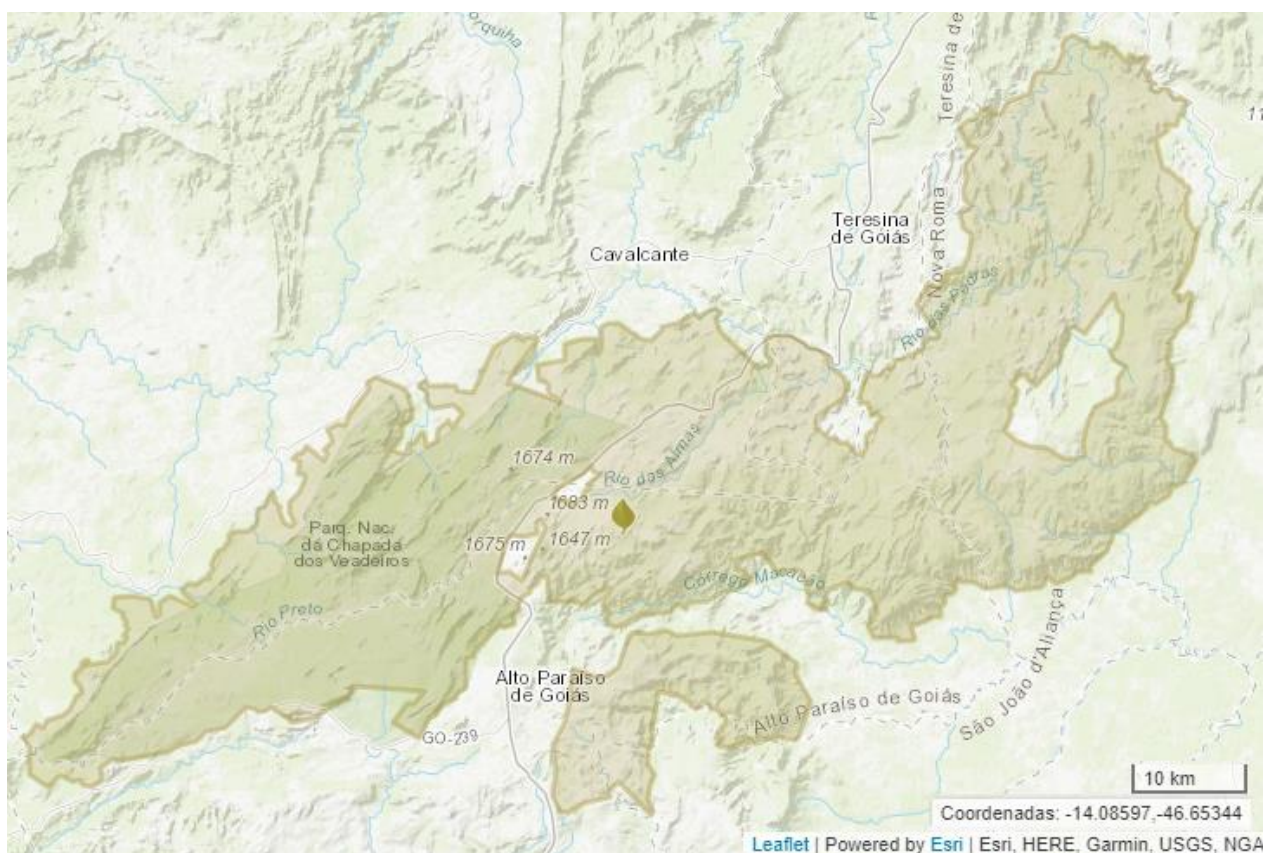
O PNCV abrange as áreas de maior altitude no bioma Cerrado, atingindo até 1650 metros de altitude. Devido a sua altitude particular, apresenta características únicas e espécies endêmicas - exclusivas de um local. Além disso, as formações florestais presentes, como cerradão e matas de galeria, são de extrema importância, pois 67% das espécies do bioma Cerrado estão associadas às florestas de galeria e matas secas. Em conjunto com suas formações predominantes de cerrado *sensu stricto* e campos rupestres e litólicos, esse mosaico proporciona ao PNCV grande diversidade de fauna. Dentro do PNCV, foram identificadas 20 espécies endêmicas da fauna, algumas delas já ameaçadas de extinção. No *Atlas da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção em Unidades de Conservação*, de 2011, vemos que o PNCV é a segunda unidade de conservação do bioma Cerrado com mais espécies registradas, com um total de 22 espécies oficialmente ameaçadas. Com a expansão de 2017, esses números devem se alterar, uma vez que a inclusão de novas áreas trará para a listagem novas espécies (SILVA, 1995 apud ICMBIO, 2009; NASCIMENTO; CAMPOS, 2011).

Há significativa heterogeneidade vegetal entre as diferentes regiões do bioma Cerrado. Assim, cada área tem espécies características. Dentre as

espécies herbáceas observadas com maior frequência na Chapada dos Veadeiros, podemos citar: Verga-Tesa (*Anemopaegma arvense*); Pé-de-Perdiz (*Cróton antisiphiliticus*); Japacanga (*Smilax spp.*); Araticum (*Anona spp.*); Angelim-Rasteiro (*Andira humilis*); Carobinha (*Jacarandá decurrens*); Capim-Barba-de-Bode (*Bulbostylis paradoxa*); Canela-de-Ema (*Vellozia spp.*). Destaca-se ainda a ocorrência das espécies arbóreo-arbustivas como: Mangaba (*Hancornia speciosa*); Pau-Terra (*Qualea spp.*); Pau-Santo (*Kielmeyer cariacea*); e Jatobá-do-Cerrado (*Hymenaea stigonocarpa*). Vale ressaltar que essas são classificações anteriores à ampliação de 2017 e, portanto, não inclui as áreas ampliadas (ICMBIO, 2009).

Atualmente, o PNCV tem 240.586,56 hectares demarcados e ocupa 0,62% do território do estado de Goiás. Abrange os municípios de Cavalcante, Alto Paraíso de Goiás, Nova Roma, Teresina de Goiás e São João da Aliança, além de estar próximo a Colinas do Sul, conforme Figura abaixo (IBGE, 2018).

Figura 7 - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com o tamanho atual, de 240.586,56 hectares

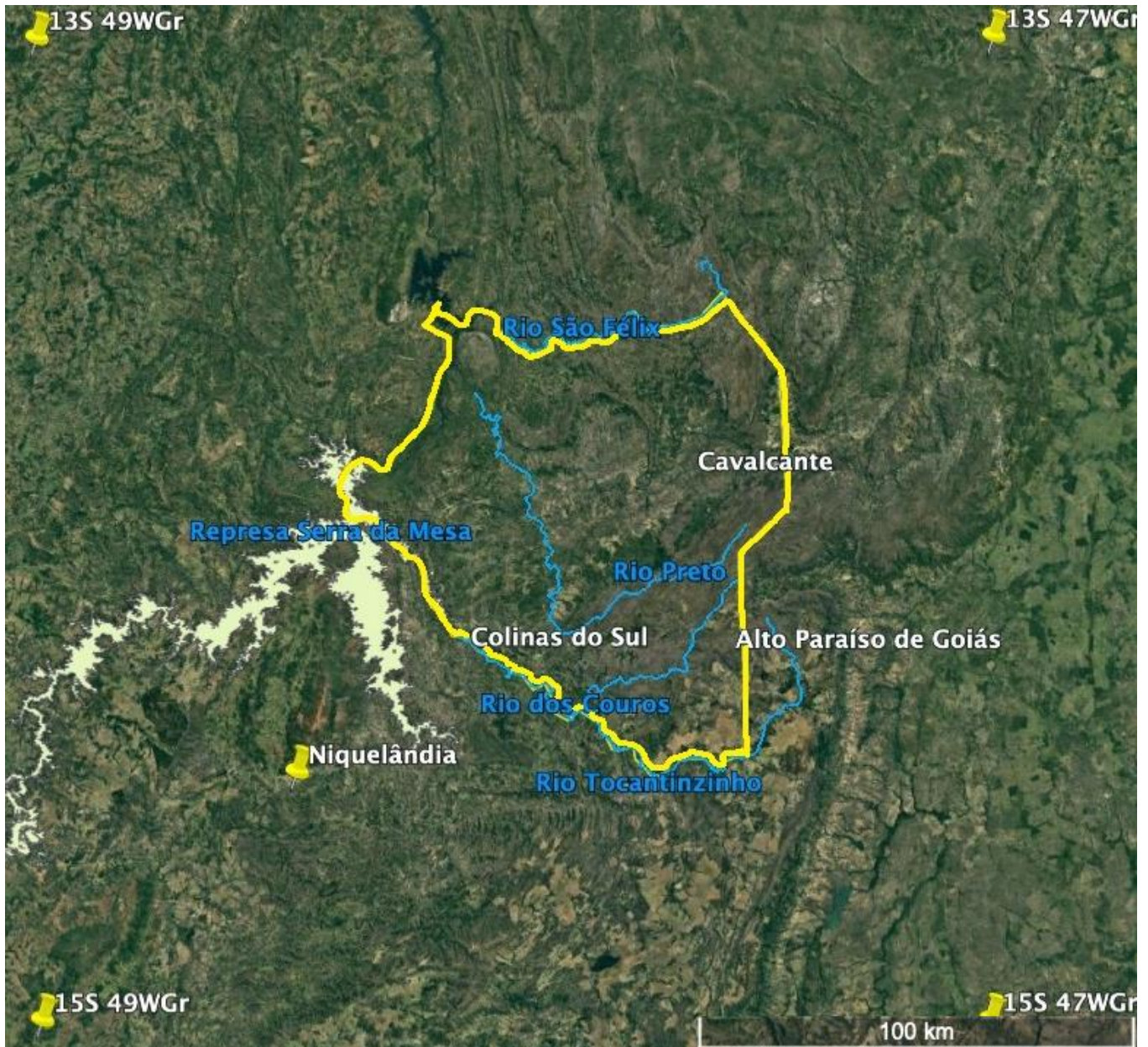


Fonte: Site do Instituto Socioambiental (ISA), 2020. Sistema Esri, HERE, Garmin, USGS, NGA

Diferentemente do seu tamanho atual, foi criado com 625 mil hectares de área protegida e sua gestão estava subordinada à Seção de Parques e Florestas Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Os objetivos iniciais de sua criação eram a proteção das cabeceiras dos formadores do rio Tocantins, a proteção dos campos rupestres das partes altas, a proteção dos cerrados e das matas ciliares e a conservação das regiões de altitude. Para fins de visualização simples, os contornos da demarcação de sua criação estão demonstrados abaixo, inseridos dentro da latitude e da longitude fisiográfica da Chapada dos Veadeiros, segundo classificação de Radambrasil (1982). Essa classificação demonstra que a demarcação do PNCV foi feita na zona *Core* da Chapada dos Veadeiros, com abrangência proporcional, mas não total.

Figura 8 - Demarcação simples dos limites de criação do atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, criado com 625 mil hectares e com o nome de Parque Nacional

do Tocantins, inserido dentro da latitude e da longitude fisiográfica da Chapada dos Veadeiros, segundo Radambrasil (1982)

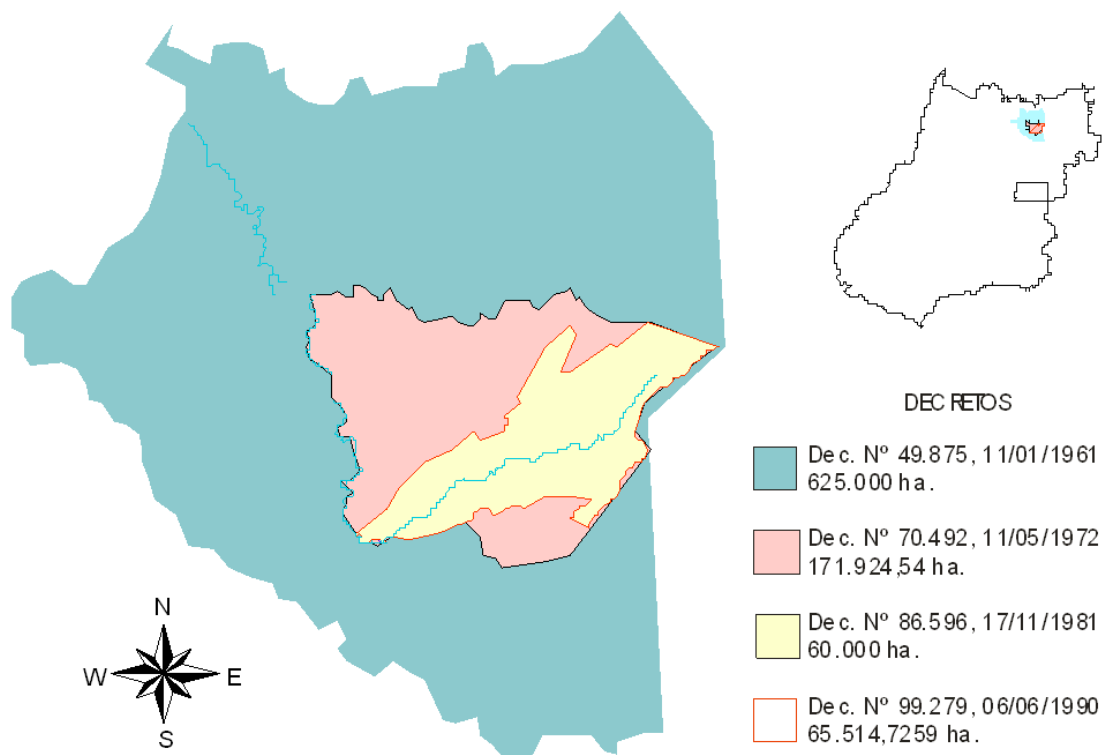


Fonte: Marcação de própria autoria em software Google Earth 7.3.3.7786, a partir da figura 3, retirada do Plano de Manejo PNCV, 2009

Na década seguinte a sua criação, o governo de Emílio Garrastazu Médici publicou o decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972, pelo qual o Parque Nacional do Tocantins ganhou o nome atual de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e foi reduzido para 171.924 hectares. Menos de uma década depois, em 1981, a área do PNCV foi novamente reduzida, chegando a apenas 60.000 hectares. Isso ocorreu por meio do decreto nº 86.173, de 2 de julho de 1981, no governo de João Figueiredo. Os detalhes das reduções serão

abordados posteriormente nesse capítulo e as sobreposições visuais entre essas diferentes fases podem ser visualizadas na figura abaixo:

Figura 9 – Sobreposições visuais do atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros em seu tamanho de criação, em azul; a redução de 1972, em rosa; e a redução de 1981, em amarelo.

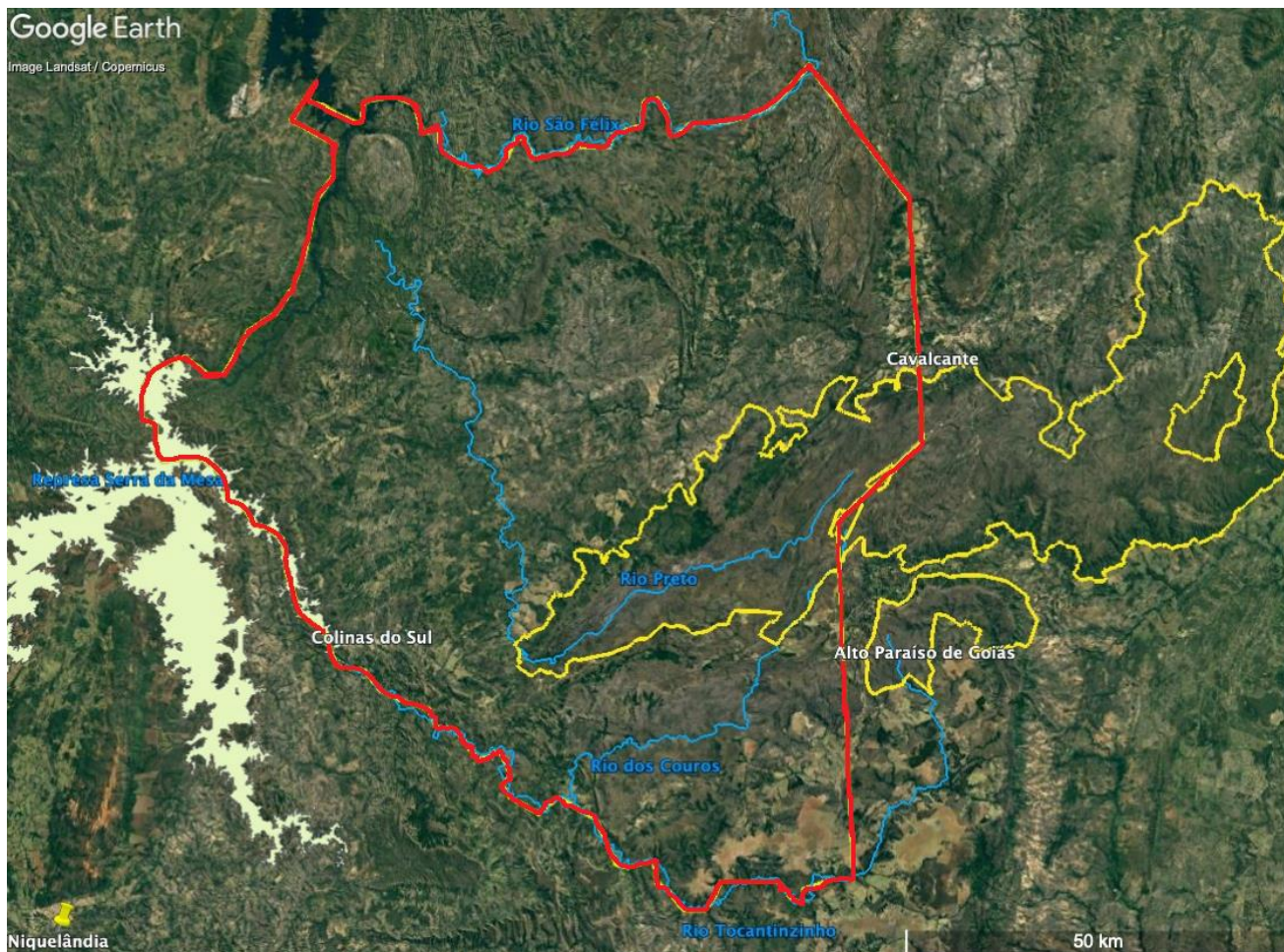


Fonte: Plano de Manejo do Parna Chapada dos Veadeiros. ICMBIO, 2009

Em 2017, o PNCV foi ampliado por meio do Decreto s.n. de 5 de junho de 2017, que aumentou o seu tamanho para aproximadamente 240.611 hectares. A ampliação teve o objetivo de aumentar a representatividade de ambientes protegidos, garantir a perenidade dos serviços ecossistêmicos, contribuir para a estabilidade ambiental da região e proporcionar o desenvolvimento de atividades de recreação e ecoturismo. Os detalhes dessa ampliação serão tratados no capítulo 3.



Figura 10 - Sobreposição entre a demarcação de 625 mil hectares, de 1961 (em vermelho) e a demarcação atual de 240.611 hectares, de 2017 (em amarelo)



Fonte: Sobreposição de própria autoria em software Google Earth 7.3.3.7786, a partir da figura 3 e de shapefile, retirada do Plano de Manejo PNCV, 2009 e disponibilizado pelo ISA, 2019.

## A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O mecanismo mais eficiente de conservação da biodiversidade é a designação de áreas protegidas, sobretudo as de proteção integral, como os parques nacionais. Conforme estudos da biologia da conservação, para que essas áreas sejam eficientes, elas precisam de um tamanho extenso o bastante para minimizar o efeito de borda, para garantir a manutenção das interações ecossistêmicas, para possibilitar a variabilidade genética das espécies, para assegurar a representatividade dos diferentes ecossistemas e a viabilidade de manutenção da fauna que precisa de grandes áreas - como os carnívoros de topo de cadeia alimentar e os grandes herbívoros. Adicionalmente a uma área

suficientemente grande, são importantes: o emprego de recursos humanos e financeiros adequados; uma gestão efetiva que leve em consideração a conservação no longo prazo; e a conectividade entre os diversos habitats, para garantir a manutenção da diversidade de espécies, ecossistemas e genes. Isso demonstra, portanto, que a quantidade de hectares de um parque nacional é um fator determinante para o seu sucesso – ou fracasso – no cumprimento de sua função primordial, que é a conservação da natureza (SOULÉ & TERBORGH, 1999; FRANCO, 2013).

A importância de áreas protegidas foi demonstrada em estudo de composição florística e de estrutura fitossociológica dentro de uma mesma unidade fisiográfica, realizado por Felfili, Rezende e Silva Júnior (2007) na Chapada dos Veadeiros. A pesquisa teve como foco áreas protegidas (dentro do PNCV) e áreas não protegidas. O resultado evidenciou que, com exceção das espécies que estavam protegidas dentro do PNCV, as demais (exclusivas ou preferenciais de outras áreas) estavam sobremaneira ameaçadas pela pressão antrópica. Sendo assim, para a proteção efetiva do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros, é importante garantir a conservação de porções significativas de todas as fitofisionomias presentes na região, pois existe grande variação na composição de cada uma delas. Assim, a diminuição da área protegida do PNCV implicou não apenas em uma diminuição numérica de hectares, mas também em uma perda significativa da representatividade das diferentes composições vegetais que compunham a biodiversidade do bioma Cerrado (FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007).

A relevância desse ponto, vale ressaltar, está no fato de que o Cerrado é um dos biomas com maior biodiversidade do planeta. Nele estão inseridos 5% de toda a biodiversidade<sup>21</sup> planetária e 30% da biodiversidade do Brasil. Porém, a devastação de suas áreas nativas foi acelerada a partir de 1960, o que resultou em uma perda de 46% da sua cobertura vegetal nativa. Na década de 2010, apenas 19,8% de sua extensão permanecia inalterada. Do ponto de vista utilitário, a perda de espécies endêmicas significa a perda potencial de substâncias com propriedades medicinais e de valor econômico e/ou alimentício

---

<sup>21</sup> Em resumo, a biodiversidade é a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres e aquáticos; compreende também a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (MMA, 1992)

agregado, além do seu papel essencial na manutenção de serviços ecossistêmicos. Estima-se que no Cerrado existem 220 espécies de uso medicinal e que esses números podem aumentar conforme avançam as pesquisas científicas sobre o bioma. Um exemplo desse valor agregado são as pesquisas que permitem utilizar os compostos bioativos do óleo de pequi (*Caryocar brasiliense*) para auxílio no tratamento de câncer de mama. Essa utilização é possível atualmente devido a nanotecnologia, que permite a produção de nanoemulsões que protegem os componentes do óleo e também possibilitam sua absorção pelas células e tecidos humanos. Desse modo, o avanço tecnológico e científico permite a utilização da biodiversidade de forma mais ampla e sustentável (SECOM UNB, 2020).

A conservação das áreas preservadas de Cerrado e a sua restauração<sup>22</sup> nas áreas já degradadas têm sido defendidas por cientistas e ambientalistas. Além das espécies de flora e fauna endêmicas e de sua rica biodiversidade, o Cerrado tem um elevado número de nascentes, que formam três das maiores bacias hidrográficas brasileiras, a do rio São Francisco, a do Araguaia (Tocantins) e a do Paraná (Platina). Na região core do Cerrado, onde está localizada a Chapada dos Veadeiros, o armazenamento de água nas rochas sedimentares depende, sobretudo, da presença do extrato gramíneo nativo, pois é essa vegetação que permite a infiltração da água proveniente das chuvas nas gretas - característica da formação geológica composta de arenitos e quartzo decomposto (FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007; ICMBIO, 2012; STRASSBURG et al., 2017; BARBOSA, 2017).

As perdas de hábitat e a devastação dos ecossistemas ocorrem, em grande parte, por um avanço da fronteira agrícola e pecuária, de maneira desordenada. Uma relação equilibrada entre a conservação e a agropecuária depende das áreas protegidas, do respeito àquela previstas no Código Florestal – as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Reservas Legais (RLs) – e da criação de unidades de conservação (UCs), previstas pela Lei do SNUC, como seu complemento. Formas alternativas de uso do Cerrado também têm

---

<sup>22</sup> O ICMBio possui projetos em andamento de restauração de gramíneas do Cerrado dentro de porções do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. As etapas iniciais demonstraram a complexidade dessa restauração, uma vez que são necessárias quantidades enormes de sementes. Logo, para estratégias viáveis de restauração, também são necessárias áreas com vegetação nativa preservadas.

sido propostas como no caso das florestas extrativistas, em que se incentiva a conservação e a produção de espécies nativas ameaçadas, a exemplo da aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), do buriti (*Mauritia flexuosa*), do pequi (*Caryocar brasiliense*), da mangaba (*Hancornia speciosa*), do cajuzinho-do-cerrado (*Anacardium humile*). A combinação entre diversidade de espécies, endemismo e alto grau de ameaça fez com que o bioma Cerrado fosse classificado como um dos *hotspots* mundiais. Esse conceito foi criado pelo ambientalista inglês Norman Myers, em 1988, e foi adotado pela Conservação Internacional (CI) no ano seguinte. O seu objetivo é o de chamar a atenção e motivar ações de conservação para áreas com alta biodiversidade e alta incidência de espécies endêmicas, que se encontram fortemente ameaçadas, com boa parte de seus ecossistemas devastados ou extremamente degradados, devido aos impactos ambientais causados pela ação humana (MYERS et al, 2000; FELFILI; REZENDE; SILVA JÚNIOR, 2007).

Segundo dados de 2020, do Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, atualmente existem 142 Unidades de Conservação de Proteção Integral no Cerrado, com um total de 6.310.111 hectares. Porém, colocando em porcentagem, isso totaliza 3,0928%<sup>23</sup> da área do Bioma. Cerca de 2/3 dessas UCs não possuem plano de manejo. Levando em consideração apenas os parques nacionais, esse número cai para 14 UCs, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Número total de Parques Nacionais do bioma Cerrado (e zonas de transição) em 2020, por nome, área (ha), ano de criação e existência de Plano de Manejo e Conselho Gestor.

<b>Nome da UC</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Ano de criação</b>	<b>UF</b>	<b>Plano de Manejo</b>	<b>Conselho Gestor</b>
Parque Nacional Do Araguaia	555.478,44	1959	TO	Sim	Sim
Parque Nacional Da Chapada Dos Veadeiros	240.583,73	1961	GO	Sim	Sim
Parque Nacional Das Emas	132.784,38	1961	GO	Sim	Sim
Parque Nacional De Brasília	42.355,54	1961	DF, GO	Sim	Sim

<sup>23</sup> Contabilizando as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o % é de

Parque Nacional Da Serra Da Canastra	197.973,39	1972	MG	Sim	Sim
Parque Nacional Dos Lençóis Maranhenses	156.561,57	1981	MA	Sim	Não
Parque Nacional Da Serra Do Cipó	31.639,14	1984	MG	Sim	Sim
Parque Nacional Da Chapada Dos Guimarães	32.646,62	1989	MT	Sim	Sim
Parque Nacional Grande Sertão Veredas	230.850,75	1989	MG	Sim	Sim
Parque Nacional Serra Das Confusões	823.837,71	1998	PI	Sim	Sim
Parque Nacional Cavernas Do Peruaçu	56.448,41	1999	MG	Não	Sim
Parque Nacional Da Serra Da Bodoquena	76.975,45	2000	MS	Sim	Sim
Parque Nacional Das Nascentes Do Rio Parnaíba	749.765,70	2002	BA, TO, MA, PI	Não	Não
Parque Nacional Das Sempre Vivas	124.155,08	2002	MG	Sim	Sim
Parque Nacional Da Chapada Das Mesas	159.951,97	2005	MA	Não	Sim
Fonte: Painel de Unidades de Conservação Brasileiras, 2020					

Segundo as Metas de Aichi para a Biodiversidade (2011-2020), a porcentagem desejável de área terrestre protegida em regiões de importante biodiversidade é de 17%. No Brasil, esse valor foi alcançado somando todos os biomas, uma vez que a Amazônia se enquadra nessa categoria e possui valores absolutos altos de áreas protegidas. Porém, levando em consideração a representatividade dos diferentes biomas e as áreas efetivamente manejadas, as metas ainda não foram atingidas e a recomendação é a efetiva gestão e ampliação das áreas de proteção ambiental.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> Esses dados podem ser consultados em: <https://www.protectedplanet.net/target-11-dashboard>

## 2.2 Conservação ambiental no mundo, na ditadura militar no Brasil e a situação dos Parques Nacionais

“Brasil ignora a conservação da natureza e abandona Parques”  
(Título de matéria do *Jornal do Brasil* (RJ), 1969)

“O Beneplácito dado, sem delongas pelo presidente Médici, à instalação do Parque Nacional do Tocantins revela seu interesse na concretização dessa iniciativa de indisfarçável transcendência para a preservação da nossa riqueza florística” (Médici, o conservacionista. Matéria do *Correio Braziliense*, 1970, um ano antes da redução do parque)

Conforme exposto no subcapítulo 1.6, que aborda a criação do PNCV, ficou demonstrado pela carta escrita pela Fundação Coimbra Bueno pela Nova Capital do Brasil, que existia uma preocupação em alinhar o Brasil com o entendimento internacional institucional sobre as medidas de conservação da natureza, por intermédio do estabelecimento de parques e reservas naturais. Essa estratégia foi utilizada posteriormente pelos grupos conservacionistas brasileiros na tentativa de persuadir os governos militares da importância das áreas protegidas. Os Estados Unidos, que investiram, no final da década de 1960, em torno de 10 bilhões de dólares na sua preservação natural, eram frequentemente citados como exemplo (*JORNAL DO BRASIL*, 1970).

Em 1959, um relatório do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, estimou a existência legal de mais de 400 parques nacionais, espalhados por 45 nações do mundo. Os Estados Unidos possuíam 180 áreas naturais protegidas, 10.800.000 hectares, sob a jurisdição do Serviço de Parques Nacionais dos EUA. No Canadá, esse valor era de 12.000.000 de hectares. Na União Soviética era de 9.700.000 hectares. Na África equatorial francesa (à época) era de 9.000.000 de hectares. No Congo Belga era de 2.700.000 de hectares.

Esses números demonstram a difusão do conceito de parque nacional e a criação deles ao redor do mundo<sup>25</sup>. O processo se dava de diferentes formas,

---

<sup>25</sup> Não é possível, é claro, ter uma conclusão precipitada e ilusória que todos possuíam características e objetivos similares. Diversos países africanos estavam passando por seus processos de independência desde a década de 1950 e parte dos Parques Nacionais criados nesses países estavam inseridos nesses processos de disputas e conflitos de terra, muitas vezes influenciados por seus antigos colonizadores.

mas se fazia presente em todos os continentes. As áreas podiam ser extensas ou não tão grandes, remotas ou mais próximas dos centros urbanos. A sua escolha focalizava os valores cênicos, como altas montanhas, cânions, bosques com árvores centenárias, regiões vulcânicas, ruínas históricas e cursos de água caudalosos e quedas d'água. A fauna e a flora consideradas carismáticas também pesavam na seleção. O turismo era incentivado, por meio de trilhas acessíveis, pontos de alojamento e serviços como centros de visitantes, restaurantes e lanchonetes. Tratava-se de conhecer para conservar (CIANCIULLI, 1975).

Visando a cooperação entre os países para o desenvolvimento de boas práticas de gestão e critérios de criação de espaços protegidos, foi realizado em Seattle, Estados Unidos, o primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1962. O congresso foi organizado pela IUCN e seu objetivo foi o de promover uma maior coordenação entre as diferentes nações para a criação e gestão de parques nacionais e reservas. Um entendimento geral foi o de que esses espaços deveriam estar salvaguardados da exploração de seus recursos naturais e que estivessem respaldados por mecanismos legais de proteção (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015; UNOSOC, 1959).

O tema passou a ser abordado de maneira mais sistemática no âmbito da ONU, por meio da publicação das Listas Mundiais de Parques Nacionais e Reservas equivalentes, a partir de 1962. Perpassaria, também, em outros Organismos Internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma vez que a ideia era aliar a conservação ambiental com questões relacionadas com o desenvolvimento. A relação entre as temáticas do meio ambiente e do desenvolvimento se firmou a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, seguida da criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no mesmo ano (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015).

Nos anos 1970 e 1980, a pressão internacional - organizações não governamentais conservacionistas, IUCN, entidades financeiras internacionais, Estado - para a tomada de medidas mais efetivas em torno da conservação ambiental no Brasil se intensificou. A aceleração do ritmo de degradação ambiental no Brasil, devido às políticas desenvolvimentistas dos governos militares, ligou o sinal de alerta. Mas, o Brasil e outros países considerados como

em desenvolvimento defendiam o direito de explorar os seus recursos naturais, o que levou a um intenso debate sobre como equacionar a conservação ambiental com o desenvolvimento econômico. Uma síntese dos debates sobre conservação e desenvolvimento se consolidou no Relatório Brundtland, em 1987, e resultou no conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A conferência de Estocolmo foi a primeira conferência da ONU dedicada exclusivamente ao meio ambiente e demarcou um importante marco de transição, de um movimento ambientalista pautado por debates quase que exclusivamente técnicos, que atingiam sobretudo pequenas parcelas de grupos conservacionistas, para um debate mais amplo, que envolvia questões sociais, políticas e globais. Um exemplo foi o Plano de Ação de Bali, de 1982, que afirmava os direitos das populações locais de participar da gestão das áreas protegidas. No Brasil, nos anos 1980, o movimento ambientalista se tornou mais politizado e atento às demandas sociais. O tema das áreas protegidas e da conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção se tornou mais complexo, na medida em que teve que incorporar questões ligadas à justiça social, ao acesso à terra e à necessidade de discutir alternativas de desenvolvimento econômico. Desenvolveu-se uma tensão entre grupos orientados mais por critérios científicos voltados para a conservação de espécies ameaçadas de extinção e de ecossistemas representativos da diversidade do patrimônio natural brasileiro e grupos mais preocupados com a situação de pobreza e desamparo de populações locais, como indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos e pescadores artesanais (FRANCO, SCHITTINI, BRAZ, 2015).

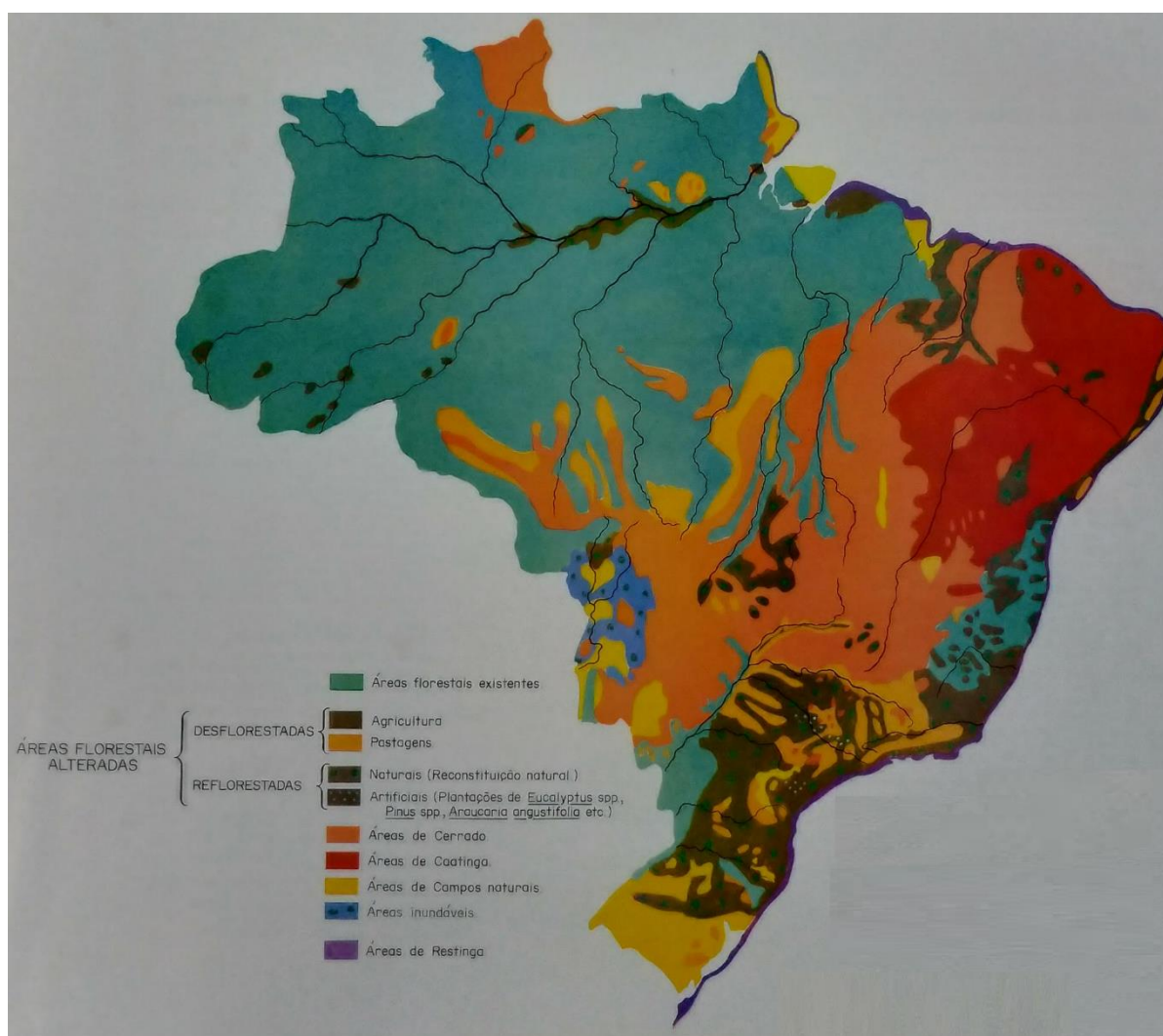
A tensão entre um grupo conservacionista/preservacionista e um grupo socioambientalista atingiu o seu ápice durante os debates sobre o Projeto de Lei para o estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), iniciados em 1987. A Lei do SNUC, devido à acirrada polêmica entre os ambientalistas, só foi aprovada no ano 2000. Quando da criação do PNCV, em 1961, um sistema integrado de gestão de UCs ainda era algo muito distante. A administração dos parques nacionais estava sob a responsabilidade do Serviço Florestal, ligado ao Ministério da Agricultura, conforme art. 10 do Código Florestal vigente desde 1934.



Art. 10. Compete ao Ministerio da Agricultura classificar, para os efeitos deste codigo, as varias regiões e as florestas protectoras e remanescentes, localizar os parques nacionaes, e organizar florestas modelo, procedendo para taes fins, ao reconhecimento de toda a area florestal do paiz [sic] (BRASIL, 1934, artigo 10 do Código Florestal).

Quando o Parque Nacional do Tocantins, atual PNCV, foi criado, o Diretor do Serviço Florestal era Manoel Carneiro de Albuquerque Filho, que permaneceu no cargo até dezembro de 1961. O Serviço Florestal foi transferido para Brasília em 1960 e o diretor da Seção de Parques e Florestas Nacionais era o engenheiro agrônomo Arlindo de França Monteiro (*CORREIO BRAZILIENSE*, 1963).

Figura 11 - Situação Florestal brasileira em 1966



Fonte: Atlas Florestal do Brasil. MMA, 1966.

Uma reforma, com o intuito de fortalecer a coerência administrativa resultou na criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em 7 de dezembro de 1966, a partir da fusão dos anteriores Instituto Nacional do Pinho, do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura e do Instituto Nacional do Mate. Diferentemente do Serviço Florestal, o IBDF era uma entidade autárquica, ou seja, ainda que integrante ao Ministério da Agricultura, foi dotado de personalidade jurídica própria. A sua função era formular, coordenar e executar a política florestal brasileira, bem como a administração dos parques nacionais e reservas. Seus princípios eram a utilização racional dos recursos nacionais, por meio da conservação destes e do desenvolvimento florestal. Porém, as principais críticas incidiam sobre a alta prioridade alocada para a silvicultura e o reflorestamento, em detrimento da conservação. O setor destinado aos parques nacionais e reservas sofria com a falta de recursos humanos e financeiros do órgão, que eram escassos para gerir e/ou fiscalizar as áreas naturais protegidas. O corpo técnico contava com um número reduzido de pessoas para administrar todas as UCs e tinha um orçamento que era notoriamente insuficiente para a compra e desapropriação de terras particulares (BRASIL, 1967; *JORNAL DO BRASIL*, 1968,1969).

Em entrevista gravada com Sérgio Brandt, servidor aposentado, que atuou no IBDF, no IBAMA e no ICMBio, as dificuldades enfrentadas pelos órgãos responsáveis pela criação e gestão das UCs ficaram evidentes. Segundo Brandt, a falta de continuidade e de investimento mais significativo no fortalecimento das instituições de meio ambiente eram problemas recorrentes. As grandes mudanças institucionais acarretavam, pelo menos temporariamente, um período de enfraquecimento organizacional, que retardava os avanços e abria brechas para retrocessos em políticas já conquistadas. Houve uma tentativa do IBDF de implementar um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, em 1979 e 1982, que resultou na criação de uma quantidade significativa de UCs, mas que foi frustrada no seu intuito de estabelecer uma gestão sistemática das UCs. No período militar, um sistema que resguardasse as UCs teria importância capital, pois o IBDF era o responsável pela gestão dos parques nacionais e das reservas biológicas que começaram a surgir. Mas, a possibilidade de contestação de ordens superiores era muito limitada. Como a Constituição Brasileira anterior a de 1988 não previa a necessidade de preservar o meio ambiente, isso fragilizava

muito as políticas ambientais, que acabavam por ser negligenciadas ou pouco prioritárias politicamente. Sendo assim, em um processo de redução da área de um parque nacional, como nos casos do PNCV e do Parque Nacional de Paulo Afonso, a autonomia decisória do órgão era bastante reduzida. A prioridade, muitas vezes, não era a tomada de decisões baseadas no interesse público e em análises técnicas. Interesses específicos e critérios duvidosos, do ponto de vista ambiental, frequentemente, prevaleciam. Na prática, isso significava que as áreas atingidas pelas reduções eram reivindicadas por indivíduos com interesses privados, que possuíam influência política e/ou econômica. As decisões eram tomadas em detrimento de critérios científicos de conservação ambiental e dos estudos técnicos realizados pelos servidores do IBDF:

Nunca foi pelo interesse público maior porque isso nem sequer foi cogitado [...] A coisa vinha de cima para baixo e tem que fazer. Um parque tal como a Canastra e Veadeiros tem histórias muito parecidas. A razão das reduções são sempre interesses de pessoas, de donos de terra e não há questão ambiental que justifique (Sergio Brandt, 2020).

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) foi criada em 1973. Dirigida por Paulo Nogueira Neto, um conservacionista reconhecido por sua atuação desde os anos 1950, a SEMA passou a atuar em paralelo com o IBDF. Ela era ligada ao Ministério do Interior e também tinha por função a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Embora a criação da SEMA e do IBDF sinalizasse a maior importância institucional dada às áreas naturais protegidas, resultando na criação, de 1974 a 1989, de 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas, num total de 144.180 km<sup>2</sup>. Por outro lado, a divisão e, por vezes, sobreposição de funções dificultava a elaboração e a execução de uma política coesa em torno da gestão das áreas protegidas. Em 1989, A SEMA e o IBDF, ao lado da Secretaria de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e da Secretaria de Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), foram fundidos em uma única autarquia, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), que se tornou o órgão responsável pela implementação das políticas públicas para o meio ambiente (BRASIL, 1973; MITTERMEIER et al, 2005).

## A SITUAÇÃO DOS PARQUES NACIONAIS NA DÉCADA DE 1960

Durante a década de 1960, houve a transferência do Serviço Florestal para Brasília, a promulgação de um novo Código Florestal, em 1965, e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1967. O IBDF ficou responsável pela gestão dos parques nacionais, porém, tinha como objetivo principal o desenvolvimento do setor florestal. Isso fica claro quando se observa a diferença de recursos financeiros e humanos destinados para a silvicultura e o reflorestamento e os destinados para o setor de parques nacionais e reservas. Para uma parcela representativa do governo, a solução para a questão ambiental passava pela utilização dos recursos naturais de forma racional e pelo reflorestamento por meio de empresas agrícolas, em detrimento da conservação. Tratava-se de um discurso apoiado na racionalidade econômica, uma vez que a plantação produtiva de áreas de reflorestamento, em São Paulo, acabaria por ter um custo-benefício menor que o transporte de madeira extraída da Amazônia. Ainda assim, em 1962, estimava-se que mais de três milhões de hectares de árvores eram derrubadas anualmente no Brasil, ao passo que apenas 20.000 hectares (6%) dessa área era replantada, normalmente com pinheiro brasileiro e eucalipto (*DIÁRIO DO PARANÁ*, 1962; *JORNAL DO BRASIL*, 1969).

No que diz respeito aos parques nacionais, os dados não eram unificados. Até 1962, os relatórios do governo federal informavam que o Brasil possuía apenas 4 Parques Nacionais em funcionamento. Eram eles: Iguaçu (PR), com 205 mil hectares; Serra dos Órgãos (RJ), com 10 mil hectares, Itatiaia (RJ), com 12 mil hectares, e Paulo Afonso (AL, BA, PE), com 16.890 hectares. Em processo de instalação: Ubajara (CE), com 5 mil hectares; Aparados da Serra (RS), com 10 mil hectares; e Araguaia, com 2 milhões de hectares, na Ilha do Bananal. Os criados, mas não instalados eram: Nacional do Tocantins (GO), com 600 mil hectares, e Xingu (MT) com 220 mil hectares. Essas informações, apesar de serem disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura, não necessariamente correspondiam aos valores oficiais informados no decreto de criação e não informavam a existência de outros parques, como o Parque Nacional de Emas (GO), que foi criado em 1961. Isso demonstra que, apesar do decreto de criação

desses parques, alguns não constavam nas informações divulgadas (*DIÁRIO DO PARANÁ*, 1962).

Após a criação do IBDF, houve uma tentativa de sistematização desses dados e de implementação dessas áreas. Porém, com poucos recursos disponíveis, a situação pouco tinha avançado até o final da década de 1960. Até 1969, tinham sido criados 14 parques nacionais, com um total de 3 milhões de hectares. Porém, apenas 300 mil hectares, ou seja, 10% dessa área, estavam de fato em posse pública. Alguns, como o do Araguaia, não possuíam nenhuma área em nome do IBDF. O diretor do departamento de conservação da natureza do IBDF na época, o engenheiro agrônomo Alceu Magnanini, criticava a falta de mentalidade conservacionista presente tanto no governo quanto na população como um dos motivos para esse “abandono dos parques”. Além de motivos logísticos, como a falta de um regime de parques nacionais, a impossibilidade de admissão de pessoal técnico e auxiliar pelo IBDF e a ausência de recursos para a compra e desapropriação de terras para a devida instalação dos parques, Magnanini argumentava que: “O IBDF é um navio sem tripulação. O IBDF, criado em 1967, não tem condições necessárias para seu funcionamento. Não há treinamento, não há pessoal e precisa disso para fazer qualquer coisa” (MAGNANINI, 1969 apud *JORNAL DO BRASIL*, 1969).

Originalmente, o objetivo da criação dos parques nacionais foi a preservação da fauna, da flora e da sua geografia física espetacular, com uso público para pesquisa e turismo. A preocupação com a sua criação e gestão estava restrita a pequenos grupos de conservacionistas, notoriamente intelectuais, engenheiros, cientistas e servidores públicos. O debate em torno do tema e/ou a participação política no processo de criação e na gestão dos parques era praticamente nula. Isso criava uma base de apoio bastante limitada junto à sociedade e dificultava a mobilização pública para a defesa dos parques nacionais. Um artigo publicado no boletim número 4 da FBCN, em 1969, estimava a área total dos parques nacionais brasileiros em 3.142.200 hectares, no entanto, só 295.948 hectares eram efetivamente propriedade do IBDF. Para o Parque Nacional do Tocantins, a área efetiva era de apenas 2.140 hectares. Tratava-se de uma situação fundiária que colocava os parques nacionais em situação frágil e quase fictícia do ponto de vista administrativo (FBCN, 1969).

Na prática, com a possibilidade de desapropriação em consequência da criação de um parque nacional, o que ocorria era uma aceleração da exploração dos recursos naturais e da especulação imobiliária. Foi o que ocorreu, por exemplo, no Parque Nacional de São Joaquim (SC), área representativa de bosques de araucárias, criado em 1961. Passada quase uma década, as terras não tinham sido desapropriadas e ocorreu um aumento da exploração da madeira existente por serrarias, que buscavam exportar a maior quantidade de toras o mais rapidamente possível. Isso era fruto de uma mentalidade de utilização imediatista dos recursos naturais, presente “de forma quase unânime na realidade nacional”, conforme o diretor do Departamento de Conservação da Natureza do IBDF, Alceu Magnanini. Ele defendia que as mentalidades agrícola, florestal e conservacionista poderiam coexistir a partir de um planejamento aplicado, ou seja, da definição de quais áreas eram próprias para plantar, para extrair madeira e reflorestar, e de quais eram importantes para a preservação. Para o conservacionista Magnanini, o principal empecilho para a aplicação da preservação não era de origem material, como falta de verbas, mas sim a falta de uma “mentalidade em torno da preservação”, tanto social quanto governamental. Ele argumentava que a solução dos problemas da conservação só seria possível com uma atuação regulatória do governo, uma vez que essa é a entidade incumbida de determinar a utilização dos recursos nacionais. Porém, isso não ocorria, uma vez que a principal mentalidade do governo girava em torno da conquista de novas áreas para a agricultura. Sendo assim, ainda que os problemas logísticos e administrativos - como a falta de técnicos, de pesquisadores e de guardas florestais, uma administração inoperante com dotações orçamentárias insuficientes e com pouca continuidade, o pungente problema em torno da compra e expropriação das terras particulares fossem pungentes, a raiz da questão, para Magnanini estava na falta de interesse público e governamental (*JORNAL DO BRASIL*, 1969).

Essas questões foram abordadas em relatório da Comissão de Levantamento Nacional das condições dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, nomeada pelo Ministério da Agricultura, publicado pelo IBRA (RJ), em 1969. Esse relatório concluía que nenhum parque possuía a totalidade de sua área integrada e em posse da administração pública e que em muitos casos a existência dos parques se limitava ao seu decreto de criação. A maioria dos

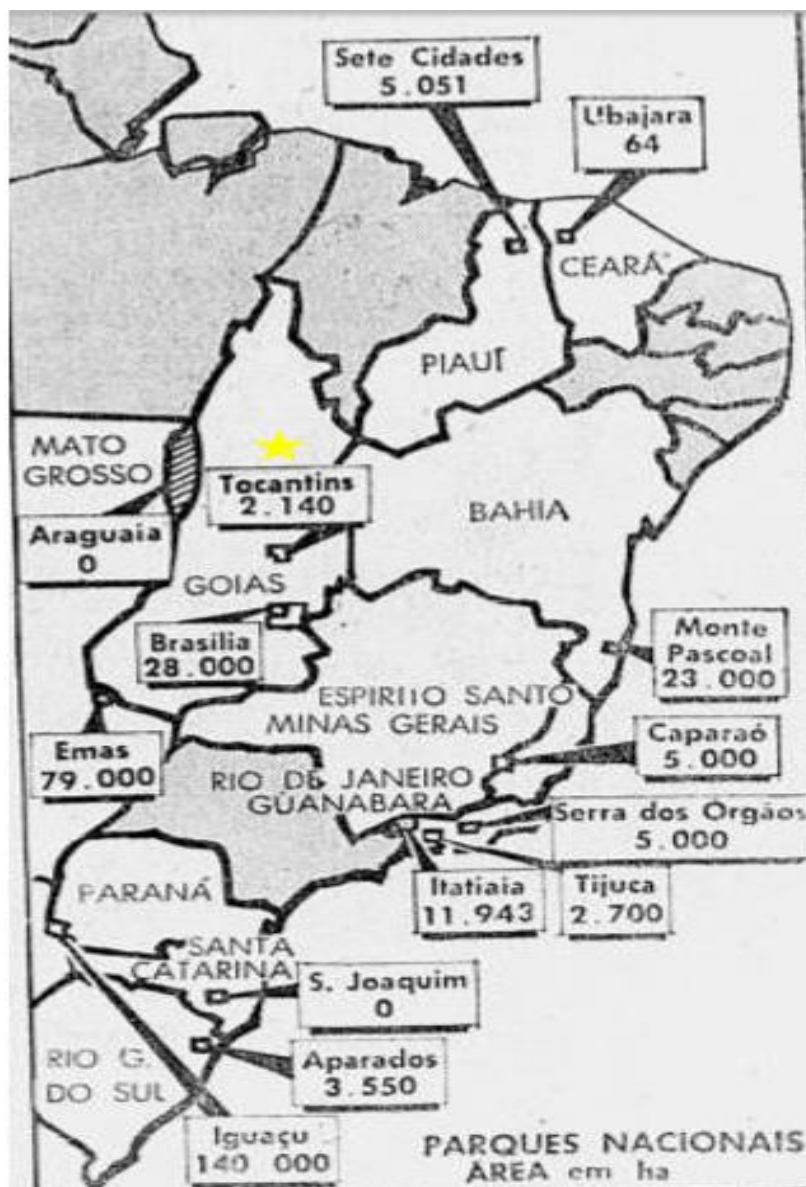
parques não possuía existência mínima de funcionamento e os problemas eram similares em quase todos: necessidade de demarcação, desapropriação de terras, construção de sedes, aparelhamento para atendimento de turistas, instalação de equipamentos para pesquisas e falta de administradores, pessoal técnico e auxiliar. Os 14 parques nacionais foram divididos, no relatório, em três classes: A – Fase de implantação, de desenvolvimento e de manutenção; B – Intermediária de programação e implantação inicial; C – Aqueles que estão em fase inicial de planejamento e projeto.

Tabela 2 - Lista de Parques Nacionais divididos por fase de implantação, desenvolvimento e manutenção (A); intermediária de programação e/ou implantação inicial (B) e inicial de planejamento e projeto (C), em 1969.

<b>Parque Nacional</b>	<b>Classe</b>	<b>Localização</b>	<b>Criação</b>	<b>Área Original (hectares)</b>	<b>Área Efetivadas (hectares)</b>
<b>Brasília</b>	A	Noroeste do DF	29/11/1961	30.000	28.000
<b>Iguaçu</b>	A	Sudoeste do PR	10/01/1939	205.000	140.000
<b>Itatiaia</b>	A	Noroeste do RJ e Sudeste de MG	14/06/1937	11.943	11.943
<b>Serra dos Órgãos</b>	A	Centro do RJ	30/11/1939	10.000	5.000
<b>Tijuca</b>	A	Sudeste do RJ	06/07/1961	3.200	2.700
<b>Aparados da Serra</b>	B	Nordeste do RS e Sudeste de SC	17/12/1959	13.000	3.500
<b>Caparaó</b>	B	Leste de MG e Sudoeste do SC	24/05/1961	10.500	5.000
<b>Monte Pascoal</b>	B	Sudeste da BA	29/11/1961	22.500	12.500
<b>Sete Cidades</b>	B	Nordeste do PI	08/06/1961	7.700	5.051
<b>Araguaia</b>	C	Centro-Oeste de GO	31/12/1959	2.000.00	0
<b>Das Emas</b>	C	Sudoeste de GO e Leste de MT	11/01/1961	150.000	79.000
<b>São Joaquim</b>	C	Sudeste de SC	06/07/1961	49.300	0
<b>Tocantins</b>	C	Centro de GO	11/01/1961	625.000	2.140
<b>Ubajara</b>	C	Noroeste do CE	30/04/1959	4.000	64

A representação gráfica dessas áreas pode ser encontrada na Figura abaixo:

Figura 12 - Figura dos Parques Nacionais em 1969, com destaque da autora para o Parque Nacional do Tocantins, atual Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, constando 2.140 hectares.



Fonte: Jornal do Brasil, 1969

Pode-se observar que o atual PNCV, então Parque Nacional do Tocantins, não estava isolado no que diz respeito aos problemas que enfrentava. As suas questões não eram apenas regionais, mas características da gestão dos parques nacionais em um âmbito mais amplo. Os problemas eram comuns a quase todos os parques nacionais criados até então. Parques próximos aos grandes centros, como Itatiaia e Serra dos Órgãos, ou o Parque Nacional do Iguaçu, com as suas cataratas, que já atraíam considerável visitação turística, tinham questões geopolíticas e fronteiriças específicas, mas, mesmo eles



sofriam com questões como regularização fundiária. A falta de condições de plena atuação institucional do IBDF aliada a uma falta de interesse político e social colocava os parques nacionais em situação de fragilidade, o que, em muitos casos, resultava na sua drástica redução. Foi o que ocorreu com o Parque Nacional do Tocantins, atual PNCV.

### 2.3 Os Conflitos Sociais, fundiários e a primeira redução de 1972

“A natureza não é conveniente estragar, mas também a gente precisa de um cantinho, não vem do princípio do mundo? O que é que Deus fez, segundo a história? Mandou o homem trabalhar, não é? Comer o pão ganho com o suor do seu rosto e teve que estragar ela, já começou daí. O homem cresceu e multiplicou e vem estragando com a natureza; e se não tiver um meio de evitar acaba e não pode acabar” (Visão de morador da Vila de São Jorge, Silveira, 1997)

O contexto político, econômico, social e fundiário que resultou na primeira redução do Parque Nacional do Tocantins, de 625 mil hectares para 171.924,54 hectares, e a mudança para o nome de Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros serão abordados a seguir.

Como vimos, a criação de parques nacionais e a sua gestão institucional, embora fossem assuntos de interesse eventual da imprensa e de grupos seletos da sociedade brasileira, não atraíam uma participação social mais efetiva. A consulta e a informação para as populações locais sobre a criação dos parques nacionais ou o interesse e/ou a participação de setores mais amplos da população no debate público a respeito da questão estavam ausentes. Nesse ponto, o PNCV não foi uma exceção e a sua criação teve pouca notoriedade, mesmo nos meios de comunicação. Em pesquisa em mais de 246 jornais de todo o Brasil, das décadas de 1950 e 1960, o tema específico da criação do parque<sup>26</sup> só foi mencionado duas vezes, em pequenas notas e junto com outros decretos, no jornal *Última Hora* e no *Correio Braziliense*.

---

<sup>26</sup> A pesquisa foi feita na Hemeroteca digital brasileira, em 2019 e com os seguintes termos: Veadeiros, Viadeiros, Parque Nacional Tocantins, Parque Nacional do Tocantins, Parque Nacional de Tocantins e Parque Nacional Veadeiros.

É curioso notar que o tema não foi abordado em nenhum dos jornais pesquisados no estado de Goiás. Mesmo o Parque Nacional do Araguaia, que era um parque abordado de forma profusa nos meios de comunicação, aparecia em maior quantidade em matérias publicadas nos jornais do Rio de Janeiro e, em menor quantidade, no Correio Braziliense. Isso demonstra que o tema possuía baixa capilaridade fora dos nichos específicos e a população em geral pouco tinha acesso - ou interesse - a essas informações. Ainda não encontrei registros de interlocução entre o Serviço Florestal, responsável pela gestão dos parques nacionais em 1960, e a população da atual Vila de São Jorge, povoamento imediatamente ao redor do PNCV e que passava por períodos intermitentes de *boom* de exploração de cristal seguidos por um declínio na demanda.<sup>27</sup>

Às limitações institucionais abordadas no subcapítulo anterior e à falta de vontade política e motivação econômica para a criação e implementação dos parques nacionais, somava-se uma situação muito desafiadora do ponto de vista social. A falta de controle fundiário da área, a existência de conflitos entre posseiros, fazendeiros, garimpeiros e guardas florestais constituíam a realidade do início da existência legal do PNCV.

Um levantamento do Distrito de São Jorge, feito em junho de 1969 pelo Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, indicava a existência de 63 casas na vila, com um total de 268 residentes. Em uma parte desse relatório, o administrador substituto do PNCV, Eptácio Figueira Gervásio, argumentava que:

E, como conhecemos a região, seus habitantes, suas dificuldades sócio-econômicas e culturais, aquela gente simples busca nos garimpos do cristal de rocha, em franca decadência um primitivo meio de ganhar rústicos sustentos. E, neles, arraigaram-se firmemente. Neles está a fonte única e perene, embora selvagem e decadente, da subsistência diária e da própria vida dos habitantes de São Jorge. Não alegamos que não haveria meios para uma solução permanente do problema. Há. Ela, e a única, seria a indenização e a retirada progressiva de todos os habitantes da Vila São Jorge, para fora da área do Parna Tocantins e, posteriormente a demolição total da Vila (SILVEIRA, 1997).

---

<sup>27</sup> Ver subcapítulo 1.4 que explica como se deu os diferentes períodos de exploração de cristal na região.

Existia na região uma identificação simbólica e histórico-cultural com o garimpo, ainda que essa atividade estivesse em franco declínio e tivesse pouca viabilidade econômica para os moradores. Com a mudança da sede do parque, de Pouso Alto para a atual localização, próxima da Vila de São Jorge, a fiscalização aumentou e os conflitos entre a administração e os moradores também. Essa tensão resultou em um abaixo-assinado encaminhado ao presidente Costa e Silva, com 322 assinaturas, em 1968 (SILVEIRA, 1997).

Em 1970, centenas de pequenos e grandes fazendeiros de Alto Paraíso e de Cavalcante demonstraram insatisfação com o parque e se organizaram no Sindicato Rural de Alto Paraíso, com o intuito de se fazerem ouvir pelo ministro Cirne Lima e solicitar que o governo liberasse suas terras que estavam localizadas dentro da demarcação do Parque Nacional do Tocantins. O principal argumento era de que o IBDF ainda não tivera sucesso em oficializar e indenizar a desapropriação dessas terras e, ao mesmo tempo, não era possível utilizá-las para agricultura, roçagem, garimpagem ou qualquer outra atividade de exploração que garantisse o sustento ou alguma renda. Nesse momento, conforme abordado no subcapítulo 1.3, havia um entendimento de que a Chapada dos Veadeiros pudesse se tornar um grande celeiro para a produção de trigo de alta qualidade e de arroz com alta produtividade, conhecido como YR-5, que era uma semente híbrida e que produziria colheitas em menos tempo e com menos recursos. Porém, para os pequenos fazendeiros, a maior parte da produção era utilizada para o próprio sustento e para o comércio local (*O JORNAL*, 1968; *JORNAL DO BRASIL*, 1970).

No ano seguinte, em 1971, esses argumentos foram corroborados pelo prefeito de Alto Paraíso, Pereira Barbosa, que dirigiu uma carta ao ministro da agricultura, na qual colocava a situação dos fazendeiros como calamitosa. Ele argumentava que, decorridos dez anos da criação do parque, não tinha havido medidas de desapropriação das terras e ressarcimento dos agricultores. O discurso estava alinhado com as reclamações expressadas pelo Sindicato Rural. Barbosa alegava que as incertezas quanto às condições e normas a serem adotadas, juntamente com a rigorosa fiscalização por parte do IBDF, em relação ao desmatamento e às queimadas, provocava um desestímulo da produção e o abandono das terras. Pretendia-se levar o ministro Cirne Lima até a Chapada dos Veadeiros para demonstrar a crise econômica e social que assolava a

região, sobretudo na parte mais ao norte da área demarcada pelo parque. Na medida em que a região da Chapada dos Veadeiros era percebida como virtual produtora de milhares de toneladas de milho, arroz, batata, feijão, trigo e cevada, o abandono das terras era mais sensível. O descontentamento dos fazendeiros com o fato de que as terras no interior do parque não podiam nem ser utilizadas por eles e nem ocorria a desapropriação pelo governo levou à solicitação para a diminuição do parque. Ou as terras ficavam de fora da área protegida ou se fazia a desapropriação e indenização imediatas (*JORNAL DO BRASIL*, 1970, 1971).

O ministro Cirne Lima, empossado em 1969, permaneceu até o final do governo de Garrastazu Médici, em 1973. Durante esse período e depois, até 1978, foi membro do *Board of Trustees* do Centro Internacional de Melhoramentos de Milho e Trigo. A sua política girava em torno da valorização da agricultura, do homem rural, da colonização da Amazônia e de uma maior distribuição de terras, por meio do INCRA e do programa Proterra. Esse último ponto também era defendido pelo senador Coimbra Bueno, que desempenhou um papel fundamental na criação do parque na Chapada dos Veadeiros (abordado no subcapítulo 1.5) e que, em 1963, havia proposto o projeto de lei da Reforma Agrária sugerido pela Confederação Rural Brasileira. A proposta recomendava o levantamento de utilização e aproveitamento de áreas públicas e privadas. Atingido 50% de aproveitamento das áreas públicas, poderia ocorrer a desapropriação das terras privadas, de acordo com o seu grau de aproveitamento. A ordem de prioridade de desapropriação seria: áreas privadas inexploradas, áreas privadas com menos de 20% de utilização, áreas privadas entre 20% e 50% de aproveitamento. Nessas porcentagens poderiam ser incluídas até 10% de áreas cobertas por florestas e destinadas a reservas. Isso significava uma maior dificuldade para proteger áreas abertas de Cerrado e mesmo áreas demarcadas como florestas e parques nacionais. Elas também poderiam ser utilizadas como estratégia de ocupação e refreamento da especulação imobiliária em terras rurais (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1964; *FOLHA DE SÃO PAULO*, 1972; FGV, 2009).

O boletim número 4 da FBCN informou que já existiam estudos para a redução do Parque para 176 mil hectares, em 1969. Porém, o presidente do IBDF, em 1970, Newton Carneiro, defendia a preservação integral dos 16 parques nacionais e, que, portanto, não seriam cedidas as áreas do Parque

Nacional de Tocantins a particulares. Ele argumentava que essa posição também era compartilhada pelo ministro Cirne Lima e que o entendimento era a favor da preservação das reservas ambientais nacionais, pois estas eram partes fundamentais da política de defesa das riquezas naturais brasileiras. Defendia medidas mais contundentes de desapropriação dos residentes ilegais da região interna do parque, pois apenas assim seria possível desenvolver uma política de turismo. Porém, isso era dificultado em grande parte pela falta de condições institucionais para realizar a desapropriação, bem como pela falta de pessoal e restrições orçamentárias. Essa posição também era defendida por grupos conservacionistas brasileiros, que alegavam que a preservação dos recursos ambientais era de interesse vital para o Brasil, pois envolvia a própria sobrevivência futura do país, uma vez que o desmatamento descontrolado e a agricultura nômade por queimadas extensas eram utilizados largamente, destruindo grandes porções de matas que deveriam ser protegidas. Esses argumentos eram respaldados por grupos conservacionistas estrangeiros voltados para a defesa da preservação da natureza. Além disso, havia denúncias de que parte dos fazendeiros e madeireiros reclamantes haviam ocupado a área após a sua demarcação, como meio de reivindicar indenizações (*JORNAL DO BRASIL*, 1970a; CARNEIRO, 1970 apud *JORNAL DO BRASIL*, 1970b).

A lavoura nômade com utilização de fogo era corrente em Goiás e o cálculo oficial era de 300 km<sup>2</sup> de floresta destruídas a cada ano no estado. Pela falta de controle estatístico, tanto pelos particulares quanto pelo governo, esses números representam cálculos mínimos, uma vez que a prática de aceiros era rara. Outros problemas eram a extração desordenada de madeira e a falta de reflorestamento, além do pouco reaproveitamento do solo. O IBDF realizou um programa inicial de orientação para os agricultores de Goiás, que estimulava o uso de áreas de cerrado para plantio de arroz e algodão, reservando-se as áreas verdes de mata, uma vez que prevalecia o entendimento de que as áreas de mata eram mais importantes para a preservação do que as áreas campestres e/ou savânicas. As áreas de mata abrangiam cerca de 28% do território de Goiás, o equivalente a 179.769 km<sup>2</sup>. Isso representava uma perda de quase 30% dessas áreas em uma década, que antes cobriam 243.973 km<sup>2</sup> do território

estadual. Perdas importantes estavam associadas com o desmatamento das reservas de mogno<sup>28</sup> (*JORNAL DO BRASIL*, 1968).

## QUESTÕES FUNDIÁRIAS

A questão em torno da propriedade da terra na Chapada dos Veadeiros foi, de fato, o problema central para a implementação do PNCV nas suas duas primeiras décadas de existência. Porém, diferentemente de outros parques, como o do Iguaçu, os interesses em jogo eram relacionados com as demandas de pequenos grupos. A implementação do parque não era interessava aos grandes latifundiários da Chapada dos Veadeiros, pois estes possuíam a posse e não a titularização das terras. Desse modo, a materialização da conservação poderia significar a perda de possíveis ganhos financeiros. Ou seja, em muitos casos, a questão não era nem de desapropriação efetiva, no sentido de remover moradores locais, e sim questões de indenização de terras que não tinham titulação. Isso abria brechas para questões como declarações de posse de áreas muito mais extensas do que as efetivamente ocupadas, que recaíam sobre terras que eram de posse pública e não particular. Esses interesses e não a utilização direta dos recursos naturais pela população local é que estavam na raiz do conflito. Para esses pequenos grupos, a manutenção do conflito era mais interessante do que a resolução da situação. Logo, a oposição em relação ao parque acabava sendo utilizada para insuflar a população da região e conquistar apoio político local em torno da polêmica sobre os limites do parque (SÉRGIO BRANDT, 2020).

Dos 625 mil hectares originais do parque, apenas 2.140 eram propriedade efetiva do IBDF no final da década de 1960. A maior parte dessa área foi adquirida em 1963 e era parte de regiões de garimpo no entorno da atual localização da administração do parque. Os registros dessa transação informam que foram adquiridos 726 hectares de Delfino Szerwinski e 1.326 hectares de Roland Steyloerts. Szerwinski, que era tabelião do cartório em Alto Paraíso. A

---

<sup>28</sup> Nesse momento o estado de Tocantins ainda não havia sido criado e era, portanto, parte integrante do estado de Goiás. Atualmente o mogno está em extinção e as reservas nacionais se concentram nas áreas protegidas na região Amazônica. A exploração, o transporte e a comercialização do mogno brasileiro estão suspensos no Brasil desde outubro de 2001, por meio de Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (WWF, 2020).

posse legal de grandes porções de terras por estrangeiros foi observada como tendência em outros casos envolvendo a região de mineração da Chapada dos Veadeiros e até 1/5 do território nacional, sobretudo na Amazônia. Em CPI instaurada em 1968, o Ministério da Justiça classificou a Chapada dos Veadeiros como uma das áreas prioritárias para investigação. Verificou-se que terras do Parque Nacional do Tocantins haviam sido compradas por Stanley Selig, nascido nos Estados Unidos, e que essa mesma área foi loteada e vendida por ele de forma fraudada para três mil compatriotas, o que explica, entre outras coisas, que a dificuldade com a regularização das terras do parque não era meramente por conflitos locais (*CORREIO DA MANHÃ*, 1969; *JORNAL DO COMMERCIO*, 1968 SILVEIRA, 1997).

Sonia Wiedmann (2020), que atuou diretamente como Procuradora Federal na regularização fundiária do PNCV, após a primeira redução de 1971, em entrevista para a presente pesquisa, explicou que os problemas vinham desde a sua criação e permearam ambos os processos de redução. A regularização fundiária das UCs era trabalhada dentro da Diretoria de Ecossistemas (DIREC), no IBDF, e os processos de regularização eram imensamente complexos, uma vez que havia superposição de títulos de propriedade em vários níveis. Mais de 20 títulos de propriedade tinham registros oriundos da Bélgica, com proprietários estrangeiros e áreas superpostas que também tinham sido vendidas para políticos em Brasília e pessoas de outras partes do Brasil com influência política e econômica. A região das veredas de Buritis, atual Jardim de Maytrea, havia sido comprada por árabes que possuíam um projeto de construção de um haras no local. Existiam ainda outros títulos superpostos ou antepostos no mesmo local, o que demonstrava uma série de irregularidades dos documentos lavrados em cartório, incluindo registros que ocorreram após a criação do parque.<sup>29</sup>

Conforme Wiedmann (2020), os títulos de terra eram baseados no princípio de *ad corpus*, ou seja, os limites da área da propriedade eram dados por pontos no terreno, como uma árvore, uma porteira ou qualquer ponto que

---

<sup>29</sup> Wiedmann informou que os registros desses títulos, incluindo os títulos belgas e árabes, ficaram arquivados no IBAMA. Porém, como já informado aqui e confirmado por Brandt, grande parte da documentação foi perdida tanto na mudança das instituições, quanto no incêndio do Serviço Florestal, que provocou a perda dos arquivos dessa instituição.

pudesse servir como marco. A descrição das propriedades na Chapada se dava toda por *ad corpus* e isso, na prática, significava uma série de títulos cujos limites coincidiam entre si. O poder e a influência política dos que reivindicavam terras no interior do parque acabou por impedir judicialmente o avanço do processo de regularização fundiária e por forçar a exclusão das áreas em litígio. Maria Tereza Jorge Pádua, diretora da Seção de Parques Nacionais e Reservas do IBDF, era radicalmente contra a diminuição do parque. Ela acabou por sair do IBDF em 1982, um pouco depois da segunda redução do PNCV, em 1981, por discordar da construção de uma estrada planejada para cortar a Ilha do Bananal, no Parque Nacional do Araguaia. A oposição dos servidores técnicos era bastante limitada, afirmou Wiedmann. As deliberações eram tomadas como decisão de cúpula e, nesses casos, existia pouco efeito prático em relatórios técnicos. Para Wiedmann, ainda que a revisão do parque fosse necessária em alguma medida, isso poderia ser feito salvando outras partes ou utilizando diferentes categorias de UC que se aplicassem, sem precisar recorrer a reduções drásticas e impostas.

Na esfera nacional, o debate sobre a redução do parque se dava de forma localizada em alguns periódicos, sobretudo do Rio de Janeiro, que possuíam maior espaço para pautas conservacionistas e criticavam a falta de ação e descaso governamental em torno da situação dos parques nacionais. Esses jornais defendiam a necessidade de implementação e a não redução do Parque Nacional do Tocantins. Em pronunciamentos oficiais, o presidente Médici se colocava como “imbuído do espírito conservacionista” e defensor do “patrimônio florestal brasileiro”. Ele argumentava, inclusive, que estaria permeável a todas as sugestões do IBDF e do Ministério da Agricultura em favor do aumento das reservas florestais e da imediata implementação do Parque Nacional do Tocantins. Como abordado anteriormente, a posição do presidente do IBDF, Newton Carneiro, era pela não redução do parque. Adicionalmente, a responsável pelo setor de Parques Nacionais e Fauna Silvestre era a engenheira agrônoma Maria Tereza Jorge Pádua, que foi responsável de 1968 a 1981 por esse setor e que promoveu uma ampliação da área protegida por UCs de 2 milhões de hectares, em 1968, para 10 milhões de hectares, em 1982. Além disso, ela foi responsável por iniciar importantes projetos na área de proteção da



fauna silvestre, como o Projeto TAMAR – Tartarugas Marinhas (CESAR, 2010; *O JORNAL*, 1970).

Ainda assim, em 1970, foi instaurada uma comissão para efetuar estudos sobre a necessidade de alteração dos limites do Parque Nacional do Tocantins, por meio da Portaria 1492/70<sup>30</sup>. Newton Carneiro saiu da presidência do IBDF em 1971. Logo em seguida, por meio da exposição de motivos de número 84, o ministro da agricultura, Cirne de Lima, decidiu pela redução do parque, argumentando que a área demarcada foi considerada excessiva e que a redução ocorreria sem prejuízos às finalidades da sua criação. O decreto 70.492 de 11 de maio de 1972 (anexo) reduziu a área do parque para 171.924 hectares e mudou o seu nome para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (FERREIRA E GALANTE, 1986 apud SILVEIRA, 1997).

#### **2.4 O turismo, o Cerrado como celeiro do mundo e a redução de 1981**

Estamos iniciando, agora, os serviços de infra-estrutura, dentro do Projeto Alto Paraíso. Vamos transformar o chamado “corredor da miséria” em “corredor do desenvolvimento” (Ary Valadão, Governador do Estado de Goiás, em 1981)

“Agroindústria é a solução” (Walter José Rodrigues, candidato a deputado estadual pelo Goiás pelo PMDB, em 1982)

Na última parte desse capítulo, serão abordadas as diferentes visões acerca da importância dos parques para a conservação, para o turismo e para a economia, de 1970 até 1981. Será abordado o projeto Agropecuário Alto Paraíso

---

<sup>30</sup> Essas informações foram retiradas de fontes secundárias e não foi possível sua verificação na documentação original. Solicitei nos arquivos do Ministério da Agricultura e do IBAMA (sucessor do IBDF) acesso à Portaria 1492/70 e a Exposição de Motivos n° 84, para consultar o teor original da comissão e da justificativa. Porém, no boletim do IBDF acessado não foi encontrada essa Portaria, ainda que conste da 1393/70 a 1502/70, entre os dias 15 de maio de 1970 a 26 de maio de 1970. No Ministério da Agricultura também não foi encontrada. A resposta oficial da Coordenação De Gestão Da Informação Ambiental foi a seguinte: “Após diversas buscas realizadas tanto em sites de Órgãos Oficiais, quanto manualmente nos Diários Oficiais arquivados no IBAMA, não foi possível localizar a referida Portaria. Os diários oficial da época não continham índice e tão pouco uma ordem lógica de publicações por órgãos, sendo publicadas por data e ordem de envio, o que dificulta a busca, tanto que foram encontradas as portarias anteriores a numeração solicitada e também as posteriores (Sei nº 7982985 e nº 7982995) em anexo.”

e a conseqüente redução do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros para o seu menor tamanho em toda a sua história.

A década de 1970 foi um período de ampliação do entendimento sobre a importância e a possibilidade do turismo em áreas naturais. Nacionalmente, esse discurso se voltava para as áreas de preservação e considerava que um dos meios mais eficientes para a proteção da flora, da fauna e das riquezas naturais era a criação de parques nacionais e estaduais. Eles nasceriam com o intuito de proteção e seriam, portanto, intangíveis. Por serem dotados de excepcional beleza e condições naturais privilegiadas, poderiam ser utilizados para o turismo e para a pesquisa científica (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1967).

O artigo do Engenheiro agrônomo Pedro Luiz Cianciulli, do Instituto Florestal de São Paulo, publicado nos maiores veículos de comunicação do país, se constituiu em inflamada defesa dos parques nacionais. Ele chamava a atenção para o fato de que a proteção do solo fornecida por essas áreas era essencial tanto para a manutenção das chuvas - essencial para a agricultura - quanto para a prevenção da erosão do solo e de subseqüentes enchentes, além de servirem como reduto de animais silvestres em vias de extinção. Seu argumento se estendia não apenas para a conservação e para as pesquisas científicas, mas também para a economia. Defendia que o turismo praticado nesses locais aumentava consideravelmente a quantia desembolsada para viagens, como demonstrado na América do Norte, Europa e na África. As particularidades naturais de cada local seriam um atrativo para os turistas estrangeiros. Os parques nacionais funcionariam, também, como distribuidores de renda, pois transfeririam dinheiro dos centros urbanos para as áreas rurais e interiores do Brasil. O turismo seria um desenvolvedor natural dessas regiões, pois alavancaria as mais diversas atividades, desde os pequenos comércios e serviços locais até as grandes indústrias de automóveis, estradas e energia. Cianciulli via os parques como locais de regeneração física e mental. Demonstrava que isso era amplamente observado na Europa e nos Estados Unidos, onde a urbanização estaria mais avançada e onde havia uma tendência clara de melhoramento de nível de renda e busca de turismo de natureza. Ao invés de limitar o acesso, os parques abririam as suas áreas para utilizações múltiplas, públicas e baseadas em um investimento para as futuras gerações,

uma vez que o Brasil passava pelo seu acelerado processo de desmatamento e urbanização:

Concluindo, [...] a forma de preservar tais lugares por anos e séculos somente será conseguida com a criação de jurisdição e administração governamental dos parques, sejam eles nacionais, estaduais ou municipais. Eventualmente, essas áreas serão os únicos lugares em que o público encontrará verdadeiro descanso, podendo gozar e ser inspirado pelo cenário intacto da natureza em seu sadio meio ambiente (CORREIO BRAZILIENSE, 1975).

Em Goiás, o entendimento do turismo como uma importante alternativa econômica começou a ser construída a partir do início da década de 1970, como uma política estadual. O Governador do Goiás, de 1971 a 1975, Leonino Caiado, acreditava que o turismo pudesse ser um caminho adicional de desenvolvimento econômico e social em Goiás. Esse entendimento era compartilhado pelo secretário da Indústria e do Comércio, o engenheiro Antônio Fábio Ribeiro, que colocava o turismo como gerador de uma crescente e contínua absorção de mão-de-obra. Um grupo de trabalho, liderado por Nelson Bose, fez um planejamento turístico para viabilizar essa nova mentalidade em todo o estado. Bose defendia que o turismo seria um gerador de riquezas, estimulador da cultura e distribuidor de ordem social, pois é capaz de criar uma demanda contínua de bens de consumo, tanto nos arredores do local turístico como nos centros urbanos, que são os provedores dos bens de consumo individuais que viabilizavam as viagens. A diferença seria a superação do turismo improvisado em direção a um estímulo direcionado e racional, orientado por uma política turística desenvolvimentista e baseada em estudos técnicos, divididos em grupos de geografia histórica, geoeconômica, folclórica e paisagística. Teria como alvos regiões históricas, como Goiás Velho e também regiões naturais como a Chapada dos Veadeiros, por meio do então Parque Nacional do Tocantins e de outros parques como o de Emas e o do Araguaia (GARCIA apud *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1971).

Com a ascensão de Ary Valadão ao governo de Goiás, com mandato de 1979 a 1983, escolhido por Geisel, o paradigma seria o desenvolvimentista, baseado na melhoria da infraestrutura, construção de estradas, fontes energéticas e na revolução da agricultura, que viria a ser o modelo do

agronegócio na região. Ele partia da visão da vocação econômica natural do estado como produtor de alimentos e da transformação do Cerrado em celeiro do mundo. Priorizou, assim, a implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado Alto Paraíso, a partir de 1981 (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1980).

Esse projeto derivava diretamente do Plano de Diretrizes do governo estadual, concentrando recursos e buscando o desenvolvimento acelerado da área do “nordeste meridional goiano”, abrangendo o rio Tocantins, o rio Paranã e o rio Maranhão. Compreendia uma área de 58 mil km<sup>2</sup>, 140 mil habitantes e envolvia os municípios de Alto Paraíso, Campos Belos, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Niquelândia, São João D’Aliança e Uruaçu. Essa área era descrita como uma das regiões mais pobres e desassistidas do estado de Goiás e o objetivo do projeto era prover infraestrutura de apoio na área econômica, no transporte, na energia, na comunicação, na área social, na saúde e na educação, de maneira a estimular o desenvolvimento regional por meio da iniciativa privada. A construção da malha rodoviária fazia parte também de um projeto do governo estadual com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja finalidade era a de promoção de trechos rodoviários, com um total de 1.306 quilômetros de “rodovias alimentadoras”, que deveriam ser implantadas até o final da gestão Valadão (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1980, 1981).

No Programa de Desenvolvimento Integrado Alto Paraíso, a área da Chapada dos Veadeiros foi descrita como tendo 100 mil hectares [sic] e como própria para a agricultura “motomecanizada” de produtos como trigo, centeio, cevada, aveia e arroz. O projeto de triticultura seria implantado em 50 mil hectares, com alternância trigo/soja, com produção prevista de 200 mil toneladas/ano. O polo tritícola seria na parte de altiplano da Chapada dos Veadeiros, devido ao clima temperado. Outros projetos seriam a plantação de cafeicultura em 10 mil hectares (200 mil toneladas/ano), produção de batata-mente em 1.000 hectares (100 mil toneladas/ano), rizicultura irrigada nas baixadas dos rios e projetos de lavouras de cana-de-açúcar nas várzeas dos rios Maranhão e Palmas. Esses valores foram alterados posteriormente e não necessariamente implementados (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1980, 1981).

O projeto envolveria investimento de mais de 220 milhões de dólares [sic] ao longo de quatro anos e teria as seguintes etapas: desenvolver o polo urbano

de Alto Paraíso<sup>31</sup>, implantar um polo hortigranjeiro em Alto Paraíso formado por mil glebas de terra, com áreas de 5 a 15 hectares, para produção intensiva de maçã, oliva e frutas nobres como nectarina, pêsego, figo, caqui, framboesa e similares<sup>32</sup>, além de produtos da olericultura como alcachofra, aspargo, cogumelos e similares. A ideia era a produção de 100 mil toneladas/ano. Vale a pena destacar que não há qualquer menção de utilização, investimento ou pesquisa em torno das espécies nativas do Cerrado, o que demonstra que o conceito de valorização do bioma e de suas espécies nativas, defendido nas primeiras décadas do século XX<sup>33</sup>, havia praticamente desaparecido - ao menos no discurso oficial - e cedeu lugar a um conceito de alteração do Cerrado, por meio de maquinário e correção calcária do solo, com produções baseadas unicamente na valorização econômica, sem levar em consideração as particularidades do bioma. Ainda, os altos valores do projeto demonstram que existiam possibilidades orçamentárias disponíveis, a depender da prioridade (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1980).

Para a área florestal, a previsão era de implantação de um parque florestal, em uma área de 100 mil hectares, para a produção de frutos exóticos e de madeira para combustível e carvão vegetal. O extrativismo mineral também seria incentivado, com prioridade para materiais de construção como mármore, ardósias, granitos, quartzitos e fertilizantes como salitre, calcário, óxido de manganês e outros. O local desse parque florestal não foi especificado, mas a descrição é da presença de águas térmicas, que poderiam ser utilizadas para turismo e com residentes de nacionalidade belga que já praticavam a agricultura do trigo. A parte turística aparece na menção de apoio de infraestrutura em áreas como Brasília-Posse-São Domingos, Brasília-Alto Paraíso-Cavalcante, Brasília-Niquelândia-Uruaçu. Essa infraestrutura cobriria trechos prioritários rodoviários como a GO-327 (Niquelândia-colinas-Alto Paraíso-Nova Roma) e a GO-440 (Flores de Goiás-Nova Roma). Incluiria também a construção de 1.500 km de rodovias rurais e pontes de concreto armado na GO-327, sobre os rios Bagagem e Tocantins. Não há menção de plano de cooperação com o governo federal,

---

<sup>31</sup> A estratégia adotada seria a de Espinha Dorsal, com acesso à rodovia na vertical e eixos horizontais de desenvolvimento (que são observados até hoje em Alto Paraíso (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1981).

<sup>32</sup> Essas frutas seriam tidas como nobres e seriam priorizadas no abastecimento do mercado interno como forma de reduzir as importações.

<sup>33</sup> Ver subcapítulo 1.6

relativo ao PNCV ou de incentivo do turismo em torno dele (*JORNAL DO TOCANTINS*, 1980, 1981).

O início da execução do Projeto Alto Paraíso deu-se em abril de 1981, com a chegada do maquinário a ser utilizado nos trabalhos de infraestrutura, por meio do Consórcio Rodoviário Intermunicipal, presidido por Osório Santana. Os custos do projeto giravam, nesse momento, em torno de 32 bilhões de cruzeiros<sup>34</sup> e contavam com a coordenação de Ary Ribeiro Valadão Filho<sup>35</sup>, engenheiro e filho do governador. Esse montante também seria utilizado para desapropriações de terra. O objetivo, porém, era a compra dessas terras para posterior valorização, a partir da construção de estradas e rodovias. Um dos seus delineamentos era a implantação do sistema rodoviário de escoamento da produção regional e a criação de um eixo de integração Uruaçu – Campos Belos - área que corta diagonalmente a região noroeste do PNCV, conforme figura ilustrativa abaixo (*CORREIO BRAZILIENSE*, 1981).

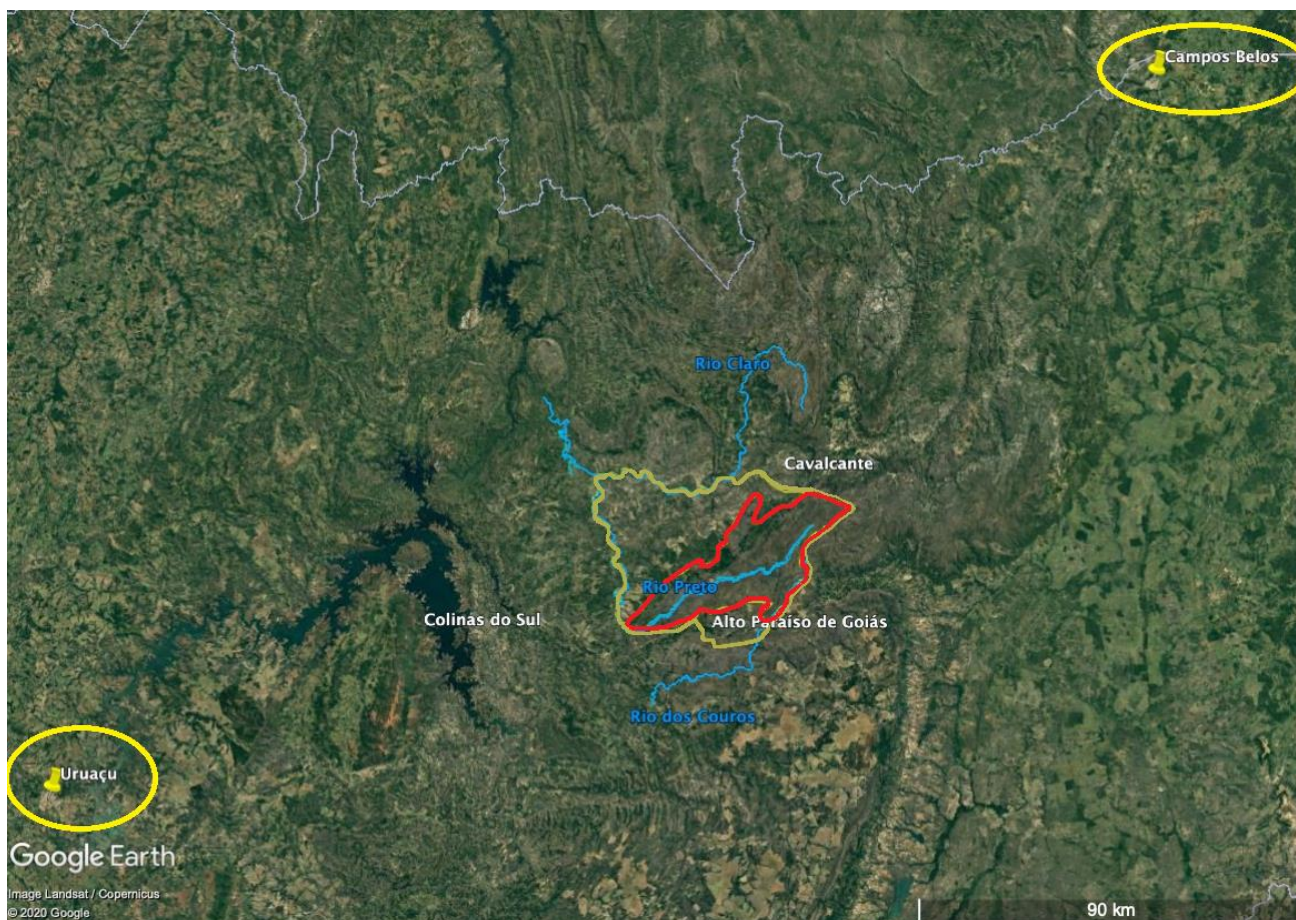
Figura 13 - Cidades de Uruaçu e Campos Belos em perspectiva com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros com o tamanho do decreto de 1972, de 171.924 hectares

---

<sup>34</sup> Para fins de comparação, um liquidificador na época equivalia a Cr\$ 7.850; um rádio portátil Cr\$ 7.840 e um fogão semer 04 bocas Cr\$ 14.990. Triangulando os valores de forma grosseira

<sup>35</sup> Em acidente trágico de avião, Ary Ribeiro Valadão Filho veio a falecer em novembro do mesmo ano, em 1981. Isso provocou a paralisação das obras.

(em amarelo) e sua posterior redução pelo decreto de 1981, para 60.000 hectares (em vermelho)



Fonte: Sobreposição feita pela autora com software Google Earth 7.3.3.7786, a partir da figura disponível no Plano de Manejo do Parque, de 2009.

Priorizando os aspectos político-econômicos e ignorando, em grande medida, o objetivo inicial de sua criação, o PNCV foi novamente reduzido, menos de três meses depois do início da execução do projeto. Conforme entrevista com a Procuradora Federal que trabalhava com a regularização fundiária da região<sup>36</sup>, Sônia Wiedmann (2020), a área reduzida - noroeste do parque - já estava bastante degradada e pouco permanecia do Cerrado. Porém, essa deliberação foi alinhavada entre o governo do estado e o governo federal como decisão de cúpula, sem comissão, sem discussão com os técnicos do IBDF e sem considerar outras categorias de proteção ou estudos de compensação em outros

<sup>36</sup> Ver “Questões fundiárias”, subcapítulo 2.3.

locais que poderiam ser protegidos. Sendo, portanto, uma redução excessiva. Baseada em decisões políticas pouco equilibradas, a redução foi oficializada por meio do decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981, e posteriormente alterado pelo decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981, pelo qual a área do PNCV foi reduzida para 60.000 hectares. Área essa que não chegava a 10% do seu tamanho original e que seria insuficiente para a conservação da sua biodiversidade, conforme demonstrado no capítulo seguinte.



## CAPÍTULO 3 – DA [re]AMPLIAÇÃO

### 3.1 Socioambientalismo, o SNUC e o movimento Rumo ao Sol



Diversidades. @cerraodemquadrinhos. ALVES, 2018

Neste subcapítulo serão tratados aspectos relacionados com a tensão entre as perspectivas do socioambientalismo e as dos preservacionistas-conservacionistas e como essa tensão resultou no atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Além disso, será abordado como se deu o movimento inicial de contracultura na região da Chapada dos Veadeiros.

Paralelo ao conservacionismo, o socioambientalismo emergiu a partir de uma visão que integra o contexto ambiental com as lutas sociais. Baseia-se em princípios de justiça, igualdade social, mudança na estrutura econômica, valorização de comunidades tradicionais<sup>37</sup> e do seu modo de vida. O movimento

<sup>37</sup> De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 2007, os povos e comunidades tradicionais são definidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua

socioambientalista emergiu, desse modo, em consonância com os movimentos sociais. Significativo desse contexto e de grande repercussão em todo o Brasil foi a luta de Chico Mendes nos seringais da Amazônia. Sua atuação como sindicalista enfocava questões de posse da terra, melhoria das condições de vida dos seringueiros, mas também denunciava o desmatamento acelerado da Amazônia e defendia a floresta em pé. Para isso, organizava a resistência física e política frente à construção de estradas e derrubadas de árvores. A sua liderança como sindicalista e ambientalista foi a causa de seu assassinato a mando de pecuaristas, em 22 de dezembro de 1988. A militância de Chico Mendes resultou na criação das Reservas Extrativistas<sup>38</sup>, regulamentadas nos anos seguintes, por meio do decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e posteriormente pela Lei 9.985/00, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Mais tarde, foi nomeado em sua homenagem o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) - criado em 2007 - que é o órgão responsável pela gestão das UCs no Brasil (BRASIL, 1990; ECO, 2015; VICENTE, 2018).

O artigo 18 do SNUC, define a Reserva Extrativista (RESEX) como uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais. A utilização da terra poderá ser feita de forma direta para atividades de extrativismo (como coleta de açaí e castanhas, por exemplo) e, complementarmente, para a agricultura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte. O objetivo da Resex é de proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. Existem atualmente sete categorias de UCs de Uso Sustentável descritas no SNUC. São elas: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA) – Estadual ou Municipal, Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O objetivo dessas unidades de

---

reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição". Exemplos: quilombolas, seringueiros, ciganos, matriz africana, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, ribeirinhos, sertanejos e outros (BRASIL, 2007).

<sup>38</sup> Segundo art. 18 do SNUC, a Reserva Extrativista (RESEX) é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade

conservação é o de conservação da natureza em conjunto com a utilização direta dos seus recursos naturais, desde que essa utilização seja feita de forma sustentável. Por sua vez, as Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias: Reserva Biológica, Estação Ecológica, Parque Nacional – Estadual ou Natural Municipal, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Note-se que as RPPNs, embora constantes do grupo de uso sustentável, não permitem o uso direto dos recursos naturais.

A inclusão e classificação dessas categorias foi objeto de inúmeras polêmicas quando da sua definição. Até a Constituição Federal de 1988 (CF88), não havia uma previsão constitucional de proteção à natureza. A partir da CF88 - que assegura em seu art. 225, um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” – ocorreram disputas entre diferentes setores quanto à aprovação do SNUC. Vale lembrar que, conforme exposto por Brandt (ver subcapítulo 2.2), um sistema unificado de unidades de conservação já havia sido proposto pelo IBDF em duas etapas, 1979 e 1982, com enfoque técnico e científico sobre as UCs. Esse sistema, porém, não foi aprovado por falta de interesse político. Com a redemocratização e a inserção do meio ambiente como parte da CF88, o IBDF solicitou novamente a elaboração de uma lei que regeria de forma unificada as diferentes unidades de conservação. Isso se deu a partir de anteprojeto da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), com anuência do Conselho Nacional do Meio Ambiente em 1992 e encaminhado em seguida ao Congresso Nacional para aprovação e sanção (ISA, 2015; BRANDT, 2020).

Os debates se polarizaram em torno de questões ambientais e sociais, uma vez que os conservacionistas defendiam a proteção da natureza como objetivo principal das unidades de conservação. Por outro lado, os grupos socioambientalistas defendiam a proteção e os interesses de populações tradicionais, como indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outros. A polarização ficou clara pelas alterações no texto original, realizadas pelo deputado Fábio Feldmann, em 1994, e pelo deputado Fernando Gabeira, em 1995. As revisões alteravam de forma significativa o texto original e, portanto, levantavam polêmicas e divergência acerca da dicotomia entre conservação estrita e utilização sustentável por populações tradicionais. A cisão entre conservacionistas e socioambientalistas resultou em diversas revisões do texto, que culminaram no atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação da

Natureza, assinado em 18 de julho de 2000, Lei 9.985 (BRASIL, 2000; ISA, 2015).

Quanto à gestão, como vimos, a partir de 1989, ocorreu a junção da SEMA e do IBDF no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>39</sup>, que ficou responsável pela gestão das UCs. O IBAMA reunia as funções de criação e gestão das UCs; de fiscalização de caça, pesca, tráfico de animais e plantas, desmatamento, garimpo ilegal; tratava de questões como atropelamento e reabilitação de fauna; execução de políticas de preservação da fauna e da flora ameaçadas de extinção; e do licenciamento ambiental. Essas funções demandaram a ampliação da área técnica e a estruturação de um órgão dotado de robustez institucional (BRASIL, 1989).

Após a aprovação da Lei do SNUC, em 2000, a próxima mudança na gestão de UCs se deu pela criação do ICMBio, em 2007, que ficou responsável pelas UCs. O desmembramento do IBAMA, com a criação do ICMBio trouxe um foco institucional para a questão das UCs. Porém, em um primeiro momento, ocorreram protestos por parte dos servidores do IBAMA, que demandavam um processo mais participativo e argumentavam que a questão precisava ser conduzida por meio de amplo diálogo (BRASIL, 2007; CAMARGOS, 2020).

O SNUC trouxe uma distinção clara entre as UCs de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Os dois grupos de UCs representam as perspectivas diferenciadas dos conservacionistas e dos socioambientalistas em relação à conservação da biodiversidade. O SNUC dá um direcionamento para que elas sejam geridas como um sistema, de forma que se complementem. Terras Indígenas e de Quilombos, Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente podem e devem cumprir um papel na conservação da biodiversidade, embora não sejam regidas pelo SNUC. Políticas públicas visando a integração desses diversos tipos de áreas protegidas, como mosaicos, reservas da biosfera e corredores ecológicos, têm sido promovidas, com base na participação e construção de estratégias conjuntas de ação.

Muitas questões estão estruturadas nos instrumentos internacionais, como no caso do artigo 8 da CDB e dos últimos Congressos da IUCN, que reafirmam o direito e o desenvolvimento das comunidades locais em conjunção

---

<sup>39</sup> O IBAMA agregou também outros dois órgãos. A Superintendência da Pesca (Sudepe) e a Superintendência da Borracha (Sudhevea).

com a proteção ambiental. A necessidade de participação da população local na preservação de um sítio declarado como patrimônio natural, cultural ou misto também foi delineada nos objetivos estratégicos da UNESCO, em 2001. O relatório Brundtland, de 1987 – que popularizou o termo desenvolvimento sustentável – também enfoca a preservação do meio ambiente em conjunto com o desenvolvimento humano (BRUNDTLAND, 1991; ONU, 1992, ROCHA, 2018).

### **O movimento social e ambiental na Chapada dos Veadeiros**

Conforme abordado nos capítulos anteriores, a população da região da Chapada dos Veadeiros apresentou densidade e permanência variável ao longo do tempo, com ciclos e ocupações econômicas específicas, como a exploração de ouro, garimpo, gado, trigo e soja. A conservação da natureza não esteve sempre presente como um conceito ou até mesmo como algo desejável, conforme subcapítulo 2.3. A relação econômica da população local com a região era de utilização direta dos recursos ambientais e as restrições impostas por um parque nacional foram, frequentemente, percebidas como impedimento às atividades econômicas. De fato, no interior do PNCV as atividades que implicavam no uso direto de recursos naturais estavam vedadas. Porém, esse cenário se modificou a partir da emergência do turismo como alternativa econômica e da promoção de políticas públicas e de ONGs para realocar a população em novos setores da economia, como o turismo de natureza. Essa mudança ocorreu, principalmente, a partir de 1991, com a reabertura do PNCV para visitação e o início de um processo organizado de turismo na vila de São Jorge. Para isso, ocorreu o primeiro treinamento e a criação da Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros, também em 1991. O treinamento visava, sobretudo, realocar antigos garimpeiros para a atividade de guiamento de natureza. Esse momento representou um marco na construção de uma confluência entre o poder público e os antigos garimpeiros de São Jorge. Além disso, foram promovidas ações de educação ambiental e compreensão do papel do PNCV, como o projeto “Janela para o Mundo”, promovido pelo IBAMA, e o Projeto Veadeiros, da WWF-Brasil (MMA, 2009; ANDRADE, 2014).

Em termos econômicos, assim como os antigos garimpeiros, os Kalunga – povos do território quilombola na região norte, próxima de Cavalcante - também

puderam absorver o turismo na região e fazer disso a sua fonte de renda. Porém, nem todos foram inseridos nessa nova economia ou nessa nova característica da Chapada, que mudou não apenas o aspecto econômico, mas também o modo de viver, a cultura e trouxe a convivência entre indivíduos com visões de mundo e experiências de vida diferentes. Isso pode ser observado no uso de expressões como “nativos” e “chegantes”, que são utilizadas para diferenciar as pessoas que são da região das que começaram a chegar, sobretudo, a partir de 1980. Ainda, dentre os chegantes, há uma diferenciação entre os chegantes da primeira leva e os da segunda leva. Os da primeira leva são os que vieram para a Chapada com a ideia de formar uma nova comunidade, baseada no ideal de convívio harmônico com a natureza e em um modo de vida diferente do existente nas cidades, como os que vieram no movimento Rumo ao Sol. Apelidados de “dinossauros”, muitos desses primeiros chegantes acabaram por se tornar figuras importantes e militantes na política ambientalista local, por meio do desenvolvimento de conexões desenvolvidas com instituições e centros de pesquisa, como universidades e ONGs. Quanto aos da segunda leva, são criticados pelos nativos como atraídos pelo crescimento econômico e turístico da região. São visto, em boa medida, como competidores. De fato, as levas de chegantes se sucedem e se confundem, atraídas para a Chapada dos Veadeiros por motivações muito diversas: esoterismo, comunidades alternativas, proximidade com a natureza, inserção no *trade* turístico etc.

Atualmente, a Chapada dos Veadeiros tem forte influência do turismo de natureza, do movimento ambientalista e do meio esotérico. Essa nova visão de mundo teve como uma de suas bases a Fazenda Escola Bona Espero. A Bona Espero é uma fazenda escola esperantista, localizada próxima da GO-239, Alto Paraíso-GO. Essa escola agrícola foi fundada em 1957, com a ida de seis pessoas à procura de um local com clima ameno e campos aráveis para fundar uma fazenda-escola baseada na educação rural e na divulgação do idioma do esperanto e de uma filosofia de fraternidade universal (*CORREIO DA MANHÃ*, 1959).

A Bona Espero serviu, ainda, como base para o acolhimento de pessoas “chegantes” do movimento Rumo ao Sol. O Rumo ao Sol foi um movimento

alternativo, ocorrido durante a chamada “segunda onda hippie”.<sup>40</sup> No Brasil, esses grupos ganharam corpo no final da década de 1970, quando da organização do Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA), realizado em 1978. O projeto Rumo ao Sol foi uma das ideias surgidas a partir desses encontros. Baseava-se em uma nova proposta civilizatória, fundamentada na valorização da natureza e na autonomia da comunidade em termos de produção de alimentos, energia, construções e educação. A ideologia também se inspirava em preceitos não materialistas e de cunho filosófico-espiritual, como a busca da terra prometida a partir de profecias<sup>41</sup> astrológicas, religiosas e culturais diversas (MOVIMENTO, 2016; RUMO AO SOL, 2015).

O local escolhido para a realização desse projeto foi o Planalto Central, imbuídos também pela construção de Brasília e a idealização de uma nova terra que surgia a partir de uma visão de futuro<sup>42</sup>. Para o estabelecimento, especificamente na região da Chapada dos Veadeiros, havia as particularidades naturais e outros fatores como a baixa densidade populacional, a disponibilidade de terras para estabelecer povoamentos, o clima ameno, a beleza cênica e o apelo místico. Embora o Rumo ao Sol tenha tido uma existência curta, a ideologia que o motivou se estabeleceu de forma definitiva na Chapada dos Veadeiros e continuou a atrair pessoas de todo o Brasil e do exterior, muitas vindas de um ambiente urbano, com educação universitária e formações as mais variadas. Vale destacar que a vinda dessas pessoas coincidiu com o projeto desenvolvimentista da década de 1980 (ver subcapítulo 2.4), o que colocava em evidência as diferentes visões de desenvolvimento e progresso presentes na política local e regional.

A construção de um movimento ambientalista na Chapada dos Veadeiros tem como base as ideologias e a mentalidade difundida por iniciativas como a Bona Espero e o Rumo ao Sol. Porém, o seu ponto de inflexão é a consolidação

---

<sup>40</sup> O movimento hippie e de contracultura ficou conhecido a partir da década de 1960, com ideologias baseadas na mensagem de paz, amor e união, popularizadas a partir de músicos famosos, como os Beatles e o Festival de Woodstock, em agosto de 1969.

<sup>41</sup> Um dos movimentos que impulsionaram a ida de pessoas para a região foi a profecia escatológica de Nostradamus para o ano 2000.

<sup>42</sup> A profecia de Dom Bosco foi largamente associada à construção de Brasília, tanto no imaginário social quanto nos meios de comunicação. A sua profecia dizia o seguinte: “Entre o grau 15 e 20, havia uma enseada bastante extensa, que partia de ponto onde se formava um lago. Disse então uma voz repetidamente: – quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza inconcebível.” (UCB, 2013).

do turismo, a partir de 1991, que provocou um aumento do número de turistas de natureza e o fomento de uma cadeia produtiva com base na visitação turística. Além do ambientalismo e, por vezes em consonância com ele, o esoterismo se consolidou, a partir dos anos 1980<sup>43</sup>. Movimentos religiosos e espirituais também são desdobramentos do movimento de contracultura e atraem pessoas que acreditam que a região possui um grande poder energético, por estar em cima de uma imensa jazida de quartzo e pela localização no paralelo 14, mesma latitude de Machu Picchu, no Peru. Sendo assim, todos esses movimentos adicionaram uma nova face para a região, que passou a ser conhecida pelo ecoturismo, o ambientalismo, a valorização do Cerrado e seus povos tradicionais, além do misticismo. Pontos esses que são distantes da característica social do local até 1980 e que ainda estão em processo de assimilação.

### **3.2 A ONU, a UNESCO e o título de Patrimônio Natural da Humanidade**

Essa Convenção enseja que estes bens tenham um valor universal e um interesse excepcional que justifique que toda a humanidade se empenhe em sua preservação (Convenção do Patrimônio Mundial. UNESCO, 1972)

O processo de ampliação do PNCV foi justificado, em boa medida, pela sua designação como Patrimônio Natural da Humanidade. A partir da Conferência de Estocolmo de 1972 (Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente), o debate sobre as questões ambientais se intensificou. O Relatório Brundtland (Nosso Futuro Comum), que sedimentou o conceito de desenvolvimento sustentável e a dimensão social nas questões ambientais já foi um resultado do amadurecimento do debate. A Eco 92 (Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), realizada no Rio de Janeiro, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, foi um marco para o movimento ambientalista pela repercussão midiática, pela atenção e acompanhamento da sociedade civil e pelo estabelecimento de duas

---

<sup>43</sup> Em 1989 há o registro de criação de uma vila rural em Alto Paraíso voltada para o esoterismo e práticas energéticas. Criada por Orlando Cariello do grupo Órion (JORNAL DO BRASIL, 1989).



convenções para tratar das questões ambientais mais urgentes: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção do Clima. Além disso, a Eco 92 fortaleceu, sobretudo, por meio da Agenda 21, uma visão de integração entre participação social, desenvolvimento humano e meio ambiente, que foi reforçada na Assembleia Geral da ONU de 2000, no Relatório de Avaliação Ecosistêmica do Milênio, em 2005, e no 6º Congresso Mundial de Parques da IUCN de 2015 (IUCN, 2015; FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015; MMA, 2015).

No âmbito da ONU, a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA), em 1972, estabeleceu um espaço a parte para as questões ambientais, que até então eram tratadas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Ainda assim, a UNESCO continua desempenhando um papel importante para a conservação da natureza. A agência, criada em 1946, possui caráter multidisciplinar e atua na área da educação, pesquisa científica, cultura e direitos humanos. Abarcando esses temas. A UNESCO organizou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que ocorreu de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, quatro meses após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Seu papel seria o de catalisar e aperfeiçoar a conservação e a gestão de bens, fortalecendo a capacitação e reunindo países em nome da promoção do valor da conservação.

A ideia de um Patrimônio Natural da Humanidade (PNH) passa pelo entendimento de que o local designado com esse título seja imbuído de um Valor Universal Excepcional, ou seja, possui importância natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Uma vez que já existia a preocupação com a progressiva alteração e degradação ambiental em caráter global, deveriam ser adotadas medidas que assegurassem um sistema adicional de proteção, para além dos recursos e interesses de cada país. A identificação e proteção desses locais é de competência das políticas nacionais de cada Estado, que também é o responsável por enviar a candidatura de possíveis sítios para o título de PNH. A análise da candidatura, por sua vez, é de responsabilidade do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO e deve possuir ao menos 1 dos 10 critérios fundamentais, sendo 4 critérios relativos aos sítios

naturais, que estão listados abaixo conforme Manual de Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, p.17 (WHC, 2011):

- Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
- Ser exemplos excepcionais dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, de processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos;
- Ser exemplos excepcionais de processos ecológicos e biológicos em curso, significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais;
- Conter os habitats mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Atualmente, existem 360.489.427 hectares de áreas naturais e mistas no mundo, espalhadas por 213 patrimônios naturais, em 96 países. O Brasil possui 7 PNHs no total e 1 misto natural/cultural, totalizando 6.874.914,88 hectares, ou seja, 1,9% do total mundial, conforme tabela abaixo:

Tabela 3- Lista dos Patrimônios Naturais da Humanidade e Patrimônios mistos no Brasil

Nome	Ano de Inscrição	Estado e Bioma	Área protegida
Parque Nacional do Iguaçu	1986	PR	169.695,88 ha
		Mata Atlântica	
Costa do Descobrimento – Reservas de Mata Atlântica	1999	BA, ES	111.930 ha
		Mata Atlântica	
Reservas de Mata Atlântica do Sudeste	1999	PR,SP	468.193 ha
		Mata Atlântica	
Complexo de Conservação da Amazônia Central	2000 <sup>44</sup>	AM	5.323.018 ha
		Amazônia	
Área de Conservação do Pantanal	2000	MT	187.818 ha

<sup>44</sup> Originalmente foi inscrito como Parque Nacional do Jaú, em 2000. Em 2003 foi ampliado para um conjunto de áreas de conservação que inclui a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, a Estação Ecológica de Anavilhanas e parte da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá.

		Pantanal	
Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas	2001	PE, CE	42.270 ha
		Marinho Costeiro	
Áreas de Proteção do Cerrado: Parques Nacionais Chapada dos Veadeiros e Emas	2001	GO	367.356 ha
		Cerrado	
Paraty e Ilha grande – cultura e biodiversidade (misto)	2019	RJ	204.634 ha
		Mata atlântica; área montanhosa	

Fonte: World Heritage Convention, 2020

As vantagens de um local possuir um título de Patrimônio Natural da Humanidade envolvem questões materiais e simbólicas. Do ponto de vista financeiro, um sítio designado como PNH passa a ter acesso ao Fundo do Patrimônio Mundial. Esse fundo é gerenciado pelo Comitê e pode ser utilizado para assistência internacional nos locais designados como PNH, como também para programas e projetos específicos. Além da assistência financeira, um país participante pode ter acesso a cooperação em estudos, equipamentos e na formação de especialistas e pessoal qualificado junto aos membros do Comitê e organizações como a IUCN. A IUCN possui 1,4 mil membros em todo o mundo e promove o estabelecimento e a gestão efetiva de uma rede representativa de áreas protegidas terrestres e marinhas. Além das vantagens materiais, o título concede também um valor simbólico<sup>45</sup> a nível mundial, ou seja, concede o status de um lugar especial ou “um dos lugares mais importantes do mundo”. Logo, atesta a existência do alto valor universal que deve ser protegido. Portanto, ter parte do acervo natural e cultural reconhecido e inscrito na lista do patrimônio mundial tem efeitos positivos para o orgulho nacional, a autoestima das comunidades, o incentivo ao turismo, além do acesso a financiamentos

<sup>45</sup> A teoria de valor simbólico não será tratada nesse trabalho. Porém, vale lembrar das grandes teorias acerca desse conceito no campo da sociologia de Durkheim, na antropologia com Lévi-Strauss, na linguística com Saussure e na psicanálise de Lacan. Isso demonstra que valor simbólico não é apenas um conceito simplista e descolado de valor real.

internacionais. Vale destacar que a Convenção do Patrimônio Mundial se tornou o mais importante instrumento internacional catalisador para o reconhecimento dos lugares naturais de valor especial (LANARI, 2003; WHC et al., 2016).

A análise do local não é feita apenas para a concessão do título, mas também para o monitoramento do estado de conservação ao longo do tempo. Para o acompanhamento das áreas que apresentem alguma preocupação quanto a sua integridade, são utilizados mecanismos de monitoramento como o Relatório de Estado de Conservação e, caso as recomendações deste não sejam seguidas, a inclusão na Lista de Patrimônio Natural em Perigo. Esse monitoramento é feito no âmbito da UNESCO, por meio do Centro do Patrimônio mundial, e também pela IUCN. Esses órgãos analisam os relatórios enviados pelos Estados responsáveis pela gestão de seus patrimônios e fazem verificações relacionadas com possíveis ameaças à integridade do PNH e, em casos de maior gravidade, realizam missões *in loco* para averiguação e, ao final, fazem possíveis recomendações para solucionar o caso específico (IUCN, 2017).

Do ponto de vista da gestão, a utilização da Lista de Patrimônio Natural em Perigo serve aos propósitos de abordar possibilidades de administrar a possível ameaça ao valor universal excepcional, além de viabilizar a alocação de assistência imediata do Fundo do Patrimônio Mundial. Do ponto de vista simbólico, a inclusão serve como alerta para a comunidade internacional, seja ela civil, privada ou pública, de que a área designada está em risco de integridade do seu valor universal e que o governo nacional não possui capacidade de gestão – ou interesse - na gestão de seu patrimônio. Comumente isso se dá em países que passam por instabilidade política, social e situações de guerra, e a inclusão de determinado patrimônio na lista em perigo permite a implementação de programas de monitoramento e medidas corretivas, ocorridas com a anuência do Estado-parte. Essa inclusão ocorre normalmente por recomendação do Centro do Patrimônio Mundial e pela IUCN, ainda que em alguns casos isso possa ocorrer por solicitação do próprio Estado-parte, como meio de chamar atenção para determinada situação e acessar programas de pesquisa e financiamento. Isso, porém, não é a forma mais usual, uma vez que a inclusão na lista significa uma perda de status para o país envolvido. Em alguns

casos, até a existência de sanções e pressão internacional em outras áreas, como perda de acordos de assistência ambiental ou comercial (LANARI, 2003).

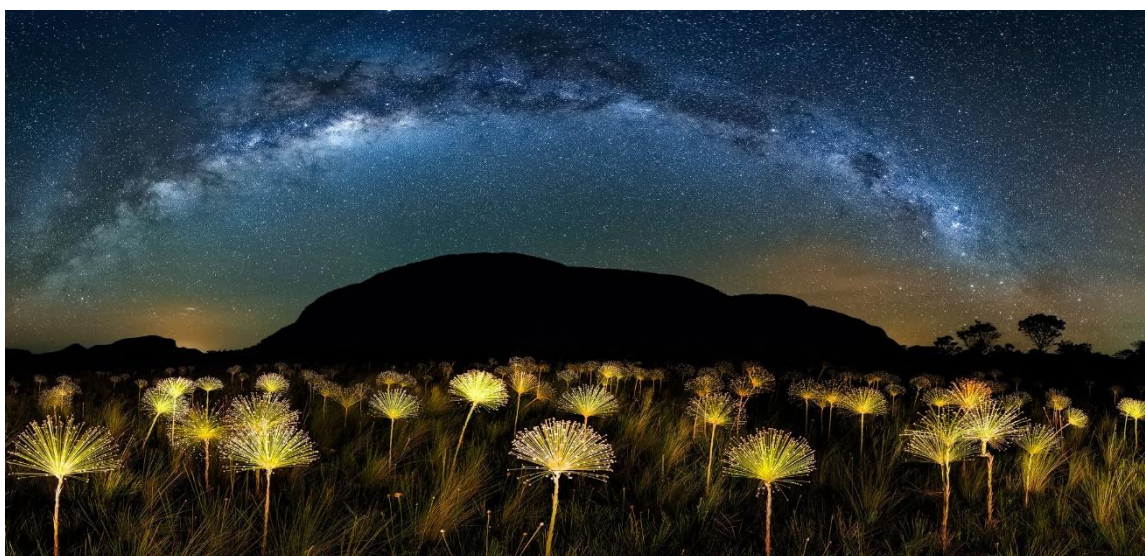
O único local a perder o título de PNH foi o Santuário do Oryx Árabe, no Omã, que perdeu o título em 2007 por redução de sua área protegida em 90%. Em outros casos, relativos à inclusão na lista em perigo, os governos nacionais tomaram as medidas necessárias para que isso não ocorresse, como no caso do Parque Nacional de Simien, do norte da Etiópia (2009), e do Santuário de Baleias de El Vizcaino, no México. Em outros casos, esse mecanismo foi utilizado tanto para formar uma coalização internacional para salvaguardar os patrimônios naturais, como para mediar conflitos internos baseados em questões territoriais, como nos cinco PNHs da República Democrática do Congo, durante a guerra civil neste país, na segunda metade da década de 1990. Em outro caso, a possibilidade de inclusão na lista em perigo foi utilizada como dissuasão política pelos partidos trabalhistas e ambientalistas em torno da construção de uma mina e de um projeto de exploração de urânio em área de impacto sobre a bacia hidrográfica e populações autóctones na região de Jabiluka, no Parque Kakadu, Austrália. Mediante a recomendação do comitê quanto a suspensão e interrupção da construção da mina, os governantes australianos que autorizaram essa operação acabaram por sofrer desgastes políticos em torno da questão ambiental e social, pois envolvia regiões habitadas pelos povos aborígenes. Sendo assim, mesmo que o parque não tenha sido incluído na lista, o alto custo político e a possibilidade dessa inclusão foi o bastante para evitar que esse projeto ocorresse sem uma avaliação ambiental criteriosa e sem a participação decisória de representantes dos aborígenes australianos (LANARI, 2003).

No Brasil também ocorreram questões envolvendo a lista de perigo. Em 1999, o Parque Nacional do Iguaçu – primeiro patrimônio natural brasileiro – foi incluído na Lista em perigo devido a reabertura ilegal da estrada do Colono e da construção de uma hidrelétrica em Salto das Caixas. Essa estrada encurtava a distância entre as comunidades ao sul e norte do parque e, portanto, era apoiada por parcela significativa da população. Porém, ameaçava a preservação de carnívoros de topo de cadeia (essenciais para a manutenção da cadeia trófica), provocava um aumento do assoreamento de rios e a alteração de sistemas de drenagem. Apesar do apoio da população e do governo estadual, foi decidido o

fechamento da estrada, em decisão do STF, em 2001, e a UNESCO retirou o local da lista em perigo, condicionado a um monitoramento (LANARI, 2003).

Essa perspectiva sobre o que significam e como funcionam os PNHs é importante para a compreensão do processo de designação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros como Patrimônio Natural da Humanidade, em 2001, e a sua influência nos processos de ampliação, em 2001 e em 2017, que serão tratados no subcapítulo a seguir.

### 3.3 A primeira ampliação, o Mandado do STF e a ampliação de 2017



*Paepalanthus Galactic*, Márcio Cabral

@marciocabralphotography

Foto premiada em 2015 com espécie conhecida como “chuveirinho” em primeiro plano e o Morro da Baleia ao fundo, emoldurados pelo arco da Via Láctea.

Nesse subcapítulo serão tratados os dois momentos de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 2001 e em 2017, bem como a sua suspensão em 2003. A abordagem será a partir dos atores envolvidos, do processo da gestão administrativa, das consultas públicas e, em item à parte, a influência do título de Patrimônio Natural da Humanidade na primeira tentativa, em 2001, e na segunda ampliação, em 2017.

A primeira tentativa de ampliação do PNCV ocorreu em 2001. Conforme entrevista com Bernardo Brito, servidor técnico do ICMBio que participou do processo de ampliação, essa proposta ocorreu a partir de iniciativa técnica do

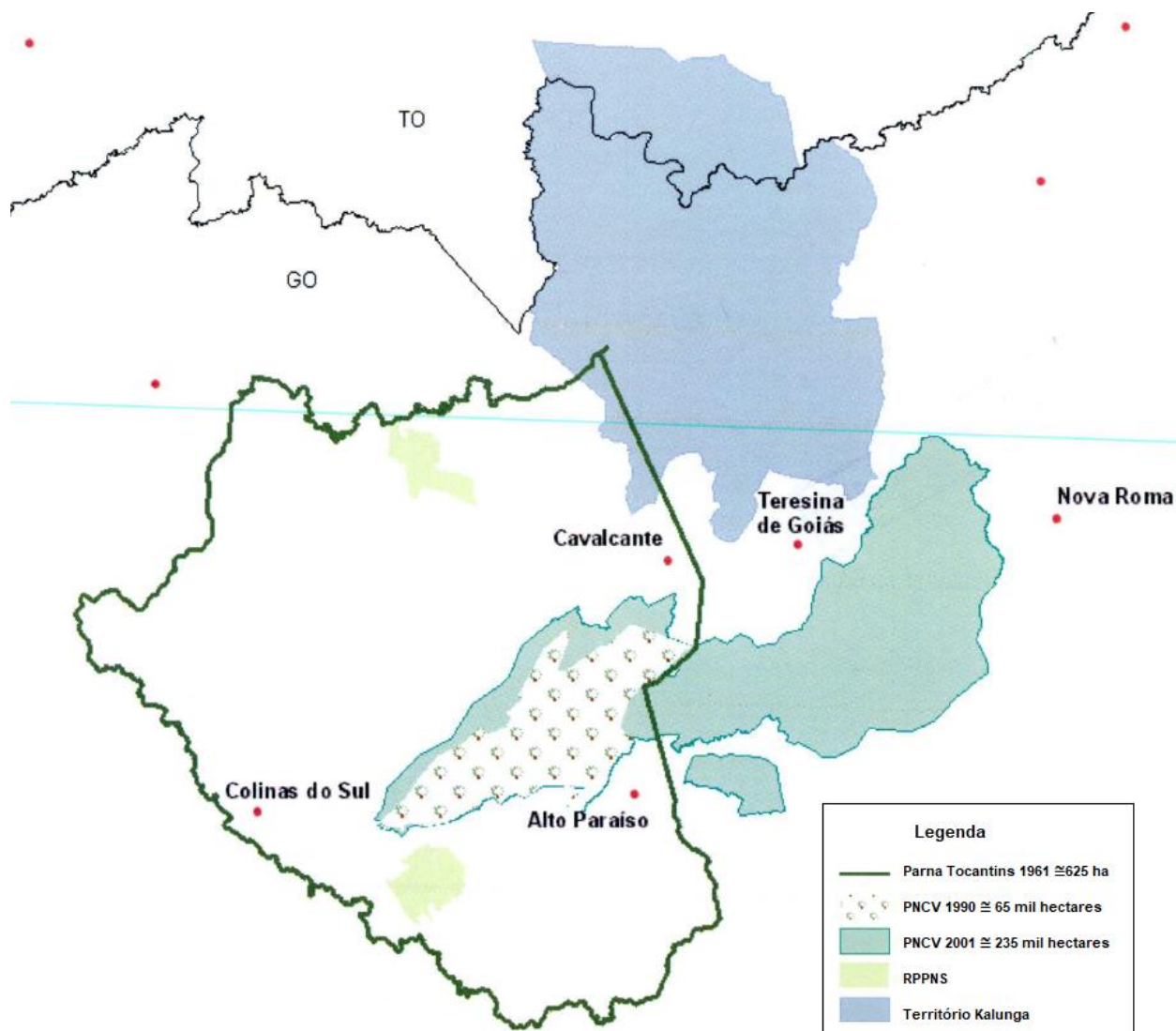
setor de Unidades de Conservação do IBAMA, conduzida por Sergio Brandt. A partir de então, foi organizada uma comissão mista entre técnicos do IBAMA e pesquisadores da área, composta por Bernardo Brito, Sergio Brandt, Reuber Brandão e outros. Essa comissão fez os estudos técnicos preliminares quanto às áreas que seriam ampliadas, com o objetivo não apenas de aumento na quantidades de hectares, mas também de maior representatividade dos diferentes ecossistemas. Paralelamente, a comissão da UNESCO também estava realizando pesquisa de campo na área relativa à inscrição do PNCV como Patrimônio Natural da Humanidade (BRITO, 2020).

O decreto de ampliação foi assinado por Fernando Henrique Cardoso, em 27 de setembro de 2001, e ampliava os limites do PNCV para aproximadamente 235 mil hectares<sup>46</sup>. O SNUC tinha sido instituído no ano anterior, porém, ainda não havia sido regulamentado, o que ocorreu pelo decreto 4.3420 de 22 de agosto de 2002. Esse decreto viria a discriminar os processos necessários para a criação de uma UC, como as consultas públicas, o plano de manejo e outros detalhamentos necessários. O processo da ampliação do PNCV foi feito com base em parâmetros anteriores à regulamentação do SNUC, que não cobriam as exigências feitas a partir de 2002, como o processo de consulta pública. A ampliação foi assinada, portanto, sem que a consulta pública fosse realizada (BRASIL, 2001, 2002; CONPARQUE, 2011).

---

<sup>46</sup> Segundo relatório do ICMBlo em 2012, 235.970 hectares.

Figura 14- Indicação gráfica da área de ampliação em 2001, com marcações da área do PNCV criada em 1961, localização do território Kalunga e RPPNs existentes.



Fonte: Adaptação de própria autoria a partir de figura de Ampliação em 2011, processo público 02070.000116/2011-10, Regularização de Área, volume 1, pg. 42.

A ampliação foi objeto de contestação por parte de atores ligados aos setores produtivos e do Sindicato Rural, que entraram com um mandado de segurança, tendo como impetrantes Aluisio Enéas Xavier de Albuquerque e outros. A ampliação foi suspensa a partir de Mandado de segurança 24.184-5/DF, aprovado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2003. Essa suspensão se deu pelo não cumprimento dos artigos 4º e 5º, §1º e §2º do Decreto Nº 4.340/2002 (que regulamenta o SNUC). O único vício foi a ausência de consulta pública formal, pois não foi aceito como válido o processo realizado por meio do Conselho Consultivo da Unidade. A justificativa era que, ainda que



colegiado, esse conselho era um órgão administrativo, ou seja, era uma representação indireta, o que acabava por comprometer o processo democrático. Expunham, ainda, que o processo havia sido feito de forma precoce, pois ainda faltava a regulamentação da norma primária (que foi assinada em 2002). Apesar da decisão do STF, essa suspensão era relativa ao processo de consulta pública e não ao mérito da ampliação, ou seja, o que deveria ser revisto era a forma como foram feitas as consultas públicas, bem como novos estudos socioeconômicos, e não a invalidação da ampliação como objeto. A Relatora do processo, Ministra Ellen Gracie e o Presidente do STF à época, Ministro Maurício Correia, manifestaram a possibilidade da reedição do decreto, desde que fossem feitas as devidas correções (STF, 2003).

A ampliação se manteve suspensa e sem alterações até 2009, quando do envio de Moção do então Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)<sup>47</sup>, para o ICMBio. Esse documento – Moção nº 107, de 26 de novembro de 2009 - solicitava que fossem tomadas as providências necessárias à reedição do decreto de ampliação do PNCV. Destacava, ainda, a extrema importância biológica da região da Chapada dos Veadeiros, como sendo uma das áreas mais importantes para a biodiversidade do Cerrado e que, ao mesmo tempo, enfrentava graves ameaças aos seus ecossistemas e espécies nativas. Segundo dados do MMA, o Cerrado, em 2001, apresentava taxa de 20.000 km<sup>2</sup> ( $\cong$  3,5 vezes toda a área do Distrito Federal) de área desmatada por ano, o dobro da taxa de desmatamento da Amazônia. Nesse ritmo, as áreas nativas de Cerrado poderiam desaparecer completamente até 2030 (CONAMA, 2009; SACCONI, 2011).

A partir de então, iniciou-se nova movimentação para a retomada e execução do processo de ampliação, dessa vez levada adiante pelo ICMBio. Essa retomada, quase uma década depois, demandou novos estudos técnicos, socioeconômicos e articulação política municipal, estadual e federal. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás (CONDEMA), representado pelo seu presidente, à época Jerson Paulo Nagel, recomendou por

---

<sup>47</sup> O CONAMA é um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente que serve para estudar e propor as linhas de direção que devem tomar as políticas governamentais para a exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Foi criado em 1981 pela Lei nº 6.938/81 (OECA, 2014).

meio de Ofício 01/2010, a proposição de jornadas de discussão pública nos municípios abrangidos, com ampla participação da sociedade. Além de considerar distintas alternativas que englobassem as comunidades rurais e populações tradicionais, uma vez que existia também o objetivo de estabelecimento de um mosaico de unidades de conservação no território (CONDEMA, 2010).

A criação de um mosaico de proteção seria uma estratégia adotada pelo ICMBio como forma de garantir a maior cobertura de proteção ambiental na região, pois a inclusão de todas as áreas importantes e representativas de Cerrado como parque nacional seria inviável do ponto de vista social e político, tendo em vista que a criação de uma unidade de conservação de proteção integral é um processo extremamente desgastante e moroso. Sendo assim, um mosaico de áreas protegidas, com diferentes categorias de proteção, viria a ser uma forma viável de lidar com os aspectos conflituosos e impeditivos do processo, sem prescindir da conservação. O objetivo era criar uma maior participação em múltiplos níveis, envolvendo a população local, por meio das consultas públicas; o setor privado, por meio das RPPNS; o município, por meio da participação do CONDEMA; o governo estadual, por meio da APA Pouso Alto e do projeto *Global Environment Fund* (GEF), denominado Cerrado Sustentável, que estabelecia meta de ampliação de unidades de conservação estaduais em mais de 80.000 hectares, a exemplo da Estação Ecológica de Nova Roma com uma área de 6.940,56 hectares<sup>48</sup>; e o terceiro setor e universidades, com parcerias de estudos, como a sugestão de áreas para UCs com base nos trabalhos com o pato-mergulhão<sup>49</sup> da Funatura e da UnB (SEMARH, 2011; BRITO, 2020).

Em relatório da Diretoria de Criação e Manejo de UCs do ICMBio, de 2012, o Mosaico foi apresentado como uma alternativa para lidar com questões reconhecidas pelo poder público como desafios para a gestão do PNCV na região. Essas questões foram listadas, resumidamente, da seguinte forma: Falta

---

<sup>48</sup> A Estação ecológica da Chapada de Nova Roma (ESEC CNR) foi criada somente após a ampliação do PNCV em 2017, por meio do decreto 9.023/2017, de 11 de agosto de 2017.

<sup>49</sup> Ave em extinção. Importante bioindicador que atesta o equilíbrio e pureza hídrica. Além disso, foi parte de diversas campanhas de educação ambiental que despertou o interesse da população para a conservação da região a partir da estratégia de utilização de fauna carismática. As discussões foram extensas ao ponto de afetarem projetos de construção de hidrelétricas e regiões com ocorrência do pato mergulhão.

de diálogo entre as UCs e a comunidade, baixa consolidação das UCs, ausência do poder público federal e estadual, descontinuidade de projetos, falta de programa de educação ambiental no ensino, desconhecimento e desvalorização da biodiversidade, desobediência civil deliberada e por desinformação, preconceito com os ambientalistas e com os programas ambientais, choque cultural, baixa representatividade política e falta de regularização imobiliária (DIMAN, 2012).

A partir de então, o ICMBio fez novos estudos técnicos e socioambientais, estabelecendo canais de comunicação prévios, por meio de oitivas com a população e com setores específicos, com o registro de reuniões feitas, ao longo de 2012, com o Conselho Consultivo do PNCV (Conparque), com o Sindicato Rural, com o Superintendente de Desenvolvimento Agrário e Fundiário (SEAGRO-GO), com a associação das RPPNs DF/GO, com os proprietários rurais de Alto Paraíso/GO, com os moradores das proximidades do rio dos Couros e demais interessados. O objetivo dessas reuniões era o alinhamento em relação à estratégia de mosaico e sanar dúvidas relacionadas ao processo de ampliação. Essas reuniões prévias foram feitas antes das consultas públicas, como forma de ter uma maior flexibilidade quanto às necessidades de redefinição dos limites da ampliação, uma vez que o processo de consulta pública possui diretrizes próprias estabelecidas em decreto regulamentador e, portanto, possui um escopo de ação mais delimitado (ICMBIO, 2012a; 2012b; 2012c).

Nesse momento, os setores que ofereciam maior resistência à ampliação do PNCV eram os setores ligados a agroindústria, à especulação imobiliária e a setores específicos de turismo, como a construção de resorts e locais de grandes áreas de lazer. As áreas a serem ampliadas possuíam baixa habitação e, portanto, a oposição da população local se dava por vezes por insuflamento dos setores contrários ou pela falta de esclarecimento quanto ao processo, uma vez que existia uma preocupação, disseminada, com a zona de amortecimento do PNCV e com as restrições que ela representaria, ou seja, a falta de informação ou a notícia baseada no “boca a boca” acabava por colocar a população contra a ampliação, por receio de quais seriam os desdobramentos. Em relatório de 2012, as principais ameaças foram descritas como: mineração, avanço da fronteira agrícola, especulação imobiliária, incêndios florestais, crescimento

desordenado, poder político da bancada ruralista, caça, desmatamento ilegal e parcelamento ilegal do solo (DIMAN, 2012).

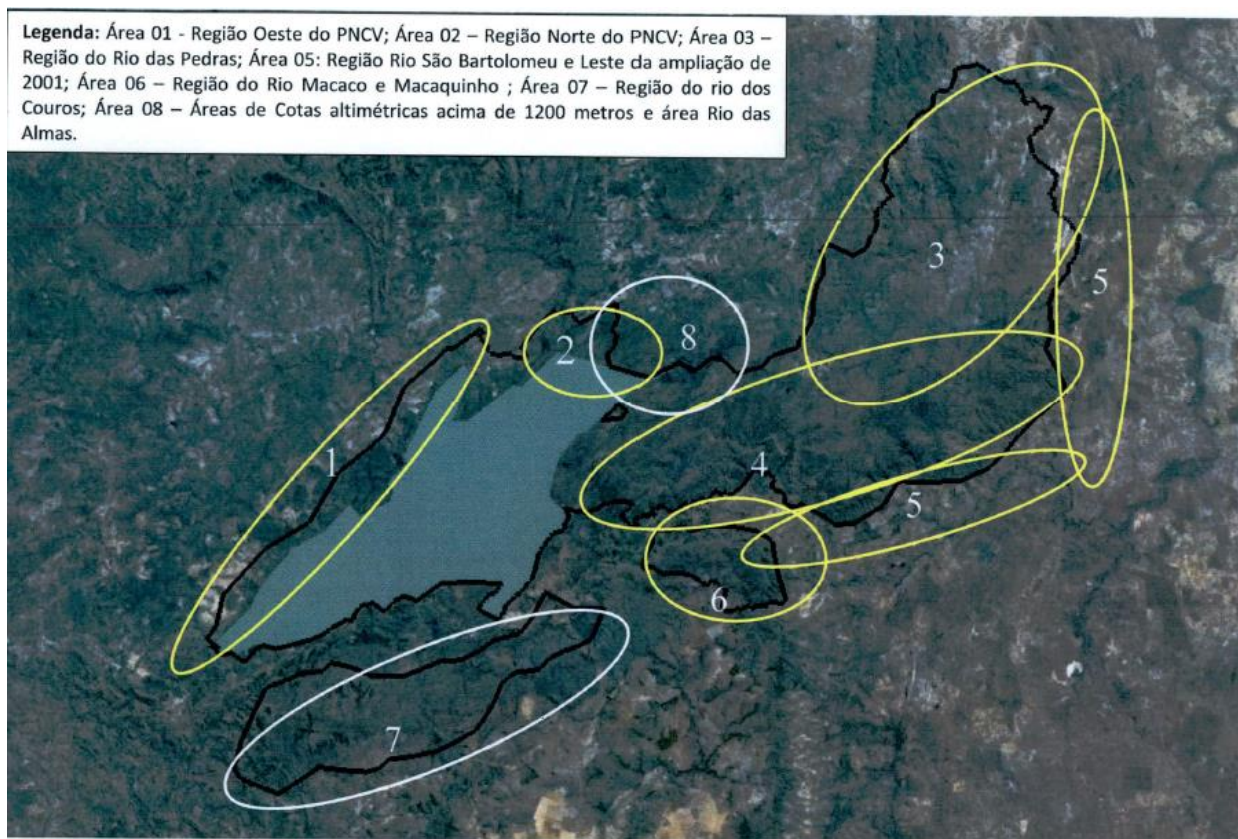
Para Brito (2020), parte das dificuldades e polêmicas nos processos de consulta pública diziam respeito não à desapropriação de moradores, mas sim à regularização fundiária referente à posse e títulos não regularizados de grandes proprietários. Isso se dava, como exposto anteriormente, porque existia na região uma sobreposição de títulos e posses que dificultavam a regularização. Em alguns casos, o título contava com 100 hectares, mas a posse contava com 1.000 hectares, e a área discrepante não seria indenizada. Por causa disso, para os grandes proprietários, o objetivo era de postergar o processo para que seus interesses fossem atendidos. Brito explica que existia um grande fluxo de contra-informação junto à população, pois muitos acreditavam que um grande número de pessoas seria desapropriado. De fato, as áreas com ocupação consolidada seriam deixadas de fora da ampliação e, portanto, existiam poucas casas habitadas na área de ampliação e não milhares, como divulgado para a população. Essas informações eram espalhadas a partir de “boatos” de que as pessoas que moravam dentro da zona de amortecimento do PNCV, denominada na região como “Parcão”, também seriam desapropriadas e não poderiam continuar com suas atividades produtivas. Isso gerava, naturalmente, grande insegurança entre a população e insuflava a resistência à ampliação. Para resolver essas questões, foram feitas reuniões com os moradores, sindicatos e associações para explicar quais eram as áreas ampliadas, o que era a zona de amortecimento e as atividades que poderiam ser desenvolvidas nela. Após a apresentação, abria-se um canal de comunicação para solicitação de informações, no período de 15 dias a 1 mês.

Os processos de consulta pública, ainda que abertos para toda a população, dependeram muito das lideranças locais, que funcionavam como porta-vozes, uma vez que já possuíam experiência ou influência pública. Essas lideranças eram variadas e dependiam das características de cada local. Porém, em alguns casos, também estavam ligadas à política e os seus posicionamentos acabavam por se entrelaçar com questões locais e interesses de grupos com maior força política, como a bancada ruralista. Sendo assim, os pequenos proprietários tinham pouca voz e as questões mais polêmicas acabavam por serem pautadas por interesses específicos ou em desinformação, o que gerava

uma polarização entre quem tinha como maior interesse a proteção de sua propriedade e quem tinha interesse na proteção ambiental (BRITO, 2020).

Para Camargos (2020), a necessidade de integração econômica é um fator relevante para o apoio da população nativa da região, pois uma vez que ela se vê integrada em um novo modelo econômico e dentro do processo decisório, há, também, uma maior convergência e apoio em relação ao PNCV. Segundo a servidora do ICMBio, existia um “*momentum* político” favorável para o processo de ampliação. Esse *momentum* se dava tanto por questões institucionais, como o aumento do corpo técnico, como pelo fator político e social favorável à proteção ambiental. Em outras palavras, isso representava uma janela de oportunidade temporária e, portanto, deveria ser aproveitada antes que o cenário se invertesse. Isso é exposto no documento de Memória da Reunião entre a Coordenação de Criação de UCs e a equipe do PNCV, realizada no dia 11 de Julho de 2011, que expõe que o objetivo era de abarcar todas as áreas importantes de proteção, mesmo que em outras categorias de UCs. As áreas importantes para a ampliação em si, eram as próximas ao PNCV, como a parte oeste (Chiqueirinho, Fazenda Gavião e Catingueiro) e norte (Cavalcante). Na parte leste (região de Pouso Alto), seria necessária avaliação quanto a criação de outra categoria de UC, bem como no rio das Pedras e no rio Macacos.

Figura 15 - Demonstração gráfica de áreas prioritárias estudadas para o processo de ampliação e criação de outras categorias de UC, com área de 65 mil hectares em destaque.



\* A área 4 não consta na legenda do Relatório original.

Fonte: ICMBio, Relatório sobre o estado de conservação das Áreas protegidas do Cerrado para a UNESCO, 2012, p.15.

Conforme Brito (2020), a região de Couros, mesmo prioritária, acabou por ficar de fora da ampliação final pois, apesar da aprovação do INCRA municipal, também havia a necessidade de aprovação do INCRA nacional, com sede em Brasília. Essa aprovação era necessária pois a área da cachoeira de Couros faz parte da reserva legal do assentamento. Devido a questões políticas da época, essa ampliação não foi aprovada. Já para a área do rio das Pedras, foi proposta a categoria de Refúgio de Vida Silvestre, onde seria restrito o uso das cabeceiras e ordenado o uso agropecuário da área. O Refúgio de Vida Silvestre tem por objetivo a proteção para garantir as condições de existência ou reprodução de espécies da fauna (residente ou migratória) e da flora. Porém, apesar de ser uma UC de proteção integral, pode ser constituída por áreas particulares, ao contrário de um Parque Nacional (O ECO, 2015; BRITO, 2020).

As consultas públicas foram realizadas de maneira formal nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2015, nas áreas de maior influência populacional, como os municípios de Nova Roma, Cavalcante e Alto Paraíso de Goiás. Essas consultas foram abertas para a participação da população e mantidas como canal de comunicação para retirada de dúvidas gerais posteriores. Nesse momento, vários particulares compareceram às consultas públicas para reivindicar a retirada de suas RPPNs do polígono de ampliação do PNCV. Há, também, um processo de desgaste junto à população que, conforme descrito anteriormente, passa por períodos de incertezas e instabilidade quanto à possibilidade de suas propriedades estarem localizadas dentro da área de ampliação. Conforme fala de Eduardo Estelita Pessoa<sup>50</sup> (conhecido como “Dada”, Vereador e da primeira leva de chegantes) na consulta pública em Alto Paraíso, em 18/09/2015:

Chega no povo. [...] se me tirarem aquela terrinha, o que eu vou fazer? Então, eu acho que a gente tinha que ter uma perspectiva de criar um novo modelo de gestão de unidade de conservação. Que poderia ser replicado em outros lugares, que têm, mais ou menos, essas mesmas dificuldades de implantação dessas unidades de conservação. Então, um dos instrumentos em que nós temos discutido seriam as RPPN's. Da possibilidade dessas pessoas que têm essas áreas protegidas, que não percam o direito de propriedade, mas que tenham por outro lado a responsabilidade efetiva de cuidar daquele pedaço. Seria uma forma, de uma área tão grande assim, ser gerida por todas essas pessoas, porque todos aqui, de uma certa forma, tem esse olhar de preservação. Então, eu acho que, se se criasse uma coisa de cima para baixo, intempestiva, pode causar um trauma muito grande que vai inviabilizar, inclusive...Eles tocam fogo, aqui na Chapada tocam fogo, deliberadamente [...].

No âmbito estadual, foi enviada anuência<sup>51</sup> do governador do estado de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior, em junho de 2016, que expressou o apoio à proposta de ampliação apresentada pelo ICMBio. Porém, posteriormente, o Secretário de Meio Ambiente de Goiás, Vilmar Rocha, solicitou o adiamento do processo de ampliação para cumprimento de condicionantes para a desapropriação da área. Rocha informa que, apesar da necessidade de

---

<sup>50</sup> Conhecido como “Dada”, ex-Vereador, fez parte da primeira leva de chegantes na Chapada dos Veadeiros. Faleceu em 05 de junho de 2020, três dias após a conclusão da construção do Centro de Estudos Avançados do Cerrado, da Universidade de Brasília (UnB Cerrado). A UnB Cerrado, criada em 2011, foi um dos projetos apoiados por Dada, que idealizava o fomento da educação ambiental na região. Como homenagem simbólica, o prefeito de Alto Paraíso solicitou que o campus fosse nomeado em homenagem à Eduardo Estelita Cavalcanti Pessoa (Naborfazan; Veloso, 2020).

<sup>51</sup> Ofício nº 704/2016 – GAB-Goiás, de 28 de junho de 2016

ampliação para atender compromissos assumidos internacionalmente pela União e também da importância para a preservação do bioma Cerrado, seria do entendimento do órgão (SECIMA) que a expansão do PNCV deveria se restringir à área das nascentes dos rios Tocantins e do Macaco, que seriam protegidos por RPPNs (GOIÁS, 2016; SECIMA, 2016).

Esses impasses continuaram, uma vez que a quantidade de proprietários afetados e as áreas a serem ampliadas eram divergentes entre o ICMBio e o Governo Estadual. Além disso, o governo de Goiás apresentou uma proposta de ampliação em 90 mil hectares. Porém, essa área apresentaria grande fragmentação, o que prejudicaria a efetiva conservação da biodiversidade, inviabilizaria os processos ecológicos e aumentaria o efeito de borda em cada um dos fragmentos, conforme figura abaixo. Quanto ao número de proprietários, foi instaurado um procedimento de acompanhamento junto ao Ministério Público Federal, que visava, entre outras coisas, averiguar as informações relativas ao número de proprietários declarados pelo governo do estado. Por outro lado, a prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, na gestão de Alan Gonçalves Barbosa (2010 a 2016), também se apresentava como uma janela de oportunidade para a ampliação do Parque, tendo em vista que Alan Gonçalves tinha afinidade com as pautas ambientalistas (LIMA, 2017).



Figura 16 - Divergências de áreas a serem ampliadas entre o ICMBio, governo Federal e a SECIMA, Estado de Goiás, em 2016



Fonte: LIMA, 2017

Nesse momento, o processo entra na parte mais especificamente política e administrativa, pois foram iniciadas as tramitações burocráticas para a assinatura do Decreto. A consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>52</sup> entendia que todas as questões relativas ao Mandado de Segurança do STF de 2003 – que levou a suspensão da ampliação – haviam sido sanadas. Esse processo passou por uma Exposição de Motivos (EM), que foi aprovada por órgão jurídico do MMA e encaminhada às instâncias superiores, como a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil e a Presidência da República. Essa EM, nº 00035/2016-MMA, foi enviada por José Sarney Filho para a Presidência da República, em 30 de maio de 2016, solicitando a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na área (descontínua) da Serra Geral do Paranã na bacia do rio Macaco, onde há predominância de formações florestais (Cerradão e Matas de Galeria) associadas a formações savânicas, com os seguintes argumentos (MMA, 2016):

<sup>52</sup> Parecer nº 014/2016/CONJUR/MMA

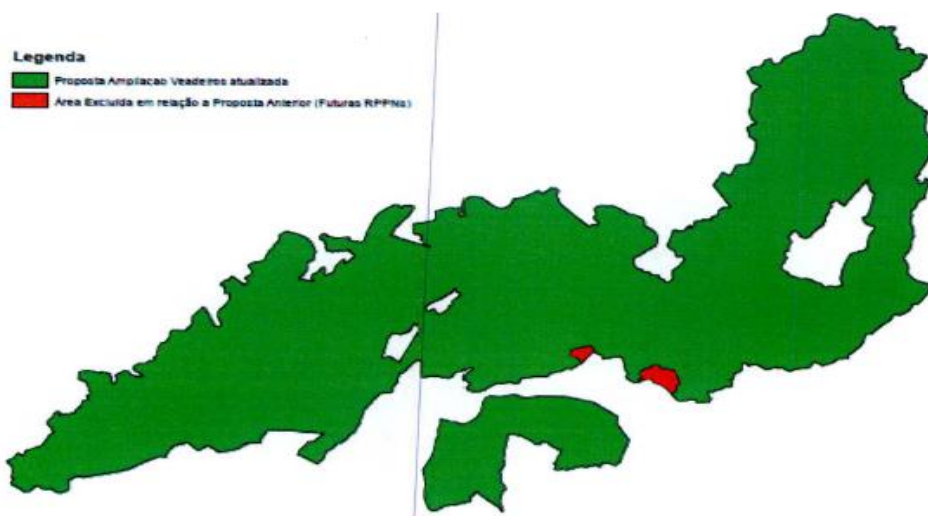
- Conservação de campos de altitude e de outras fitofisionomias não contempladas nos limites anteriores, como áreas de formação florestal e manchas de mata seca;
- Contínuo de vegetação nativa íntegra, o que permite uma maior proteção a espécies terrestres de médio porte como o lobo guará e a onça pintada;
- No contínuo de vegetação existente na região, foram identificados pelo menos nove tipos de fitofisionomias típicas do Cerrado: matas de galeria, mata seca, cerradão, cerrado sentido restrito, parque cerrado, vereda, campo sujo, campo limpo e campo rupestre;
- Na área da proposta foram registradas 34 espécies ameaçadas de extinção, sendo 15 espécies de aves, 18 de mamíferos e uma espécie de abelha nativa. Além de ocorrência do pato-mergulhão (*Mergusoclosetaceus*), espécie considerada criticamente em perigo de extinção;
- Ocorrência dos mamíferos de grande porte, ameaçados de extinção, tais como *Blastocerus dichotomus* (cervo-do-pantanal); *Chrysocyon brachyurus* (lobo-guará); *Myrmecophaga tridactyla* (tamanduá-bandeira) e *Panthera onca* (onça-pintada);
- Manutenção do título de Patrimônio Natural da Humanidade, pois o sítio estava sob risco de ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo;

Essa proposta, porém, foi devolvida para esclarecimentos adicionais, inclusive relacionados com a questão com o Estado de Goiás e sobreposições de outras UCs (RPPNs, por exemplo). Sendo assim, após as notas técnicas emitidas, foi expedida nova proposta, pela Nota Técnica Conjunta nº 01/SBIO/ICMBIO/MMA, em 19 de maio de 2017. Nessa nova proposta, foram inseridos dois novos artigos que versam sobre a utilização de recursos da compensação ambiental (art. 36 da Lei do SNUC) para regularização fundiária e o mecanismo de compensação de reserva legal previsto no novo Código Florestal. Esses artigos foram incluídos como meio de acordar os impasses com o Governo do Estado de Goiás, cuja principal preocupação eram as questões fundiárias. Houve a retirada de uma área de 1.300 hectares do polígono de ampliação, devido à existência de três RPPNs em fase final de criação. Foi enfatizada, ainda, a urgência quanto à manutenção do título de Patrimônio Natural da Humanidade e a possibilidade da inclusão na Lista em Perigo, caso ocorresse novo adiamento. Tudo isso ainda estava sendo tramitado pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, em 02 de junho de 2017 (MMA, 2016; MMA, 2017; SAJ, 2017).

Finalmente, foi assinado pelo presidente Michel Temer o Decreto s.n. de 5 de junho de 2017, que ampliou o PNCV para aproximadamente 240.611 hectares. O texto oficial estabeleceu como objetivos a representatividade de ambientes protegidos, a garantia da perenidade dos serviços ecossistêmicos, a

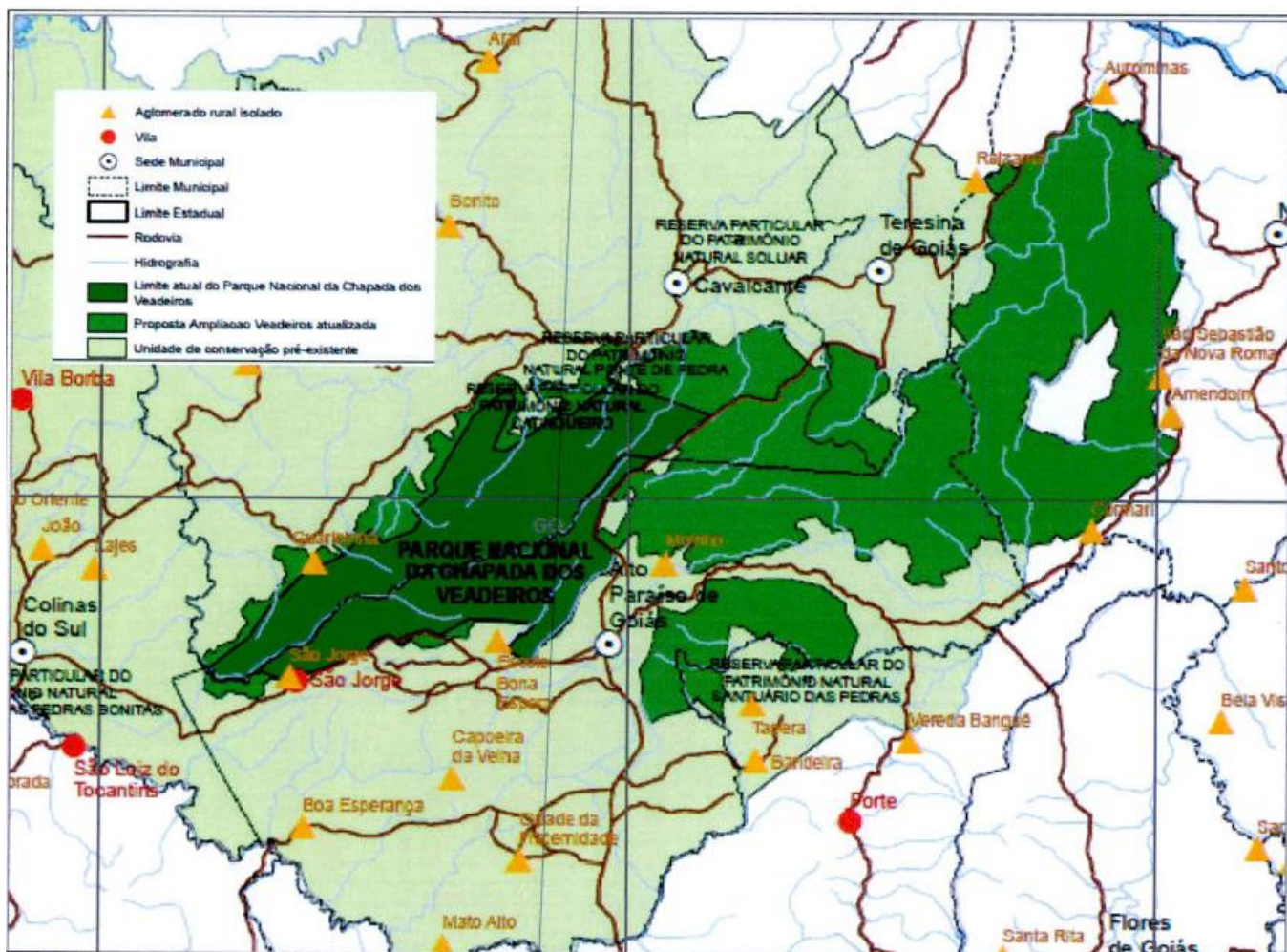
contribuição para a estabilidade ambiental da região e o desenvolvimento de atividades de recreação e ecoturismo. Ficando permitidos na zona de amortecimento atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e as atividades de mineração, desde que com o devido licenciamento ambiental. A urgência da ampliação foi influenciada fortemente pela proximidade da reunião do Comitê de Patrimônio Mundial, de 2017, que será o tema abordado no próximo, e último, item desse trabalho (BRASIL, 2017; ISA, 2017).

Figura 17 - Em vermelho, as áreas retiradas da proposta de 2016



Fonte: Nota Técnica Conjunta nº 01/ SBIO/ICMbio/MMA. Processo Volume 8, p. 1441.

Figura 18 - Área final de ampliação de 2017 do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, com 240.611 hectares.



Fonte: Nota Técnica Conjunta nº 01/ SBIO/ICMBIO/MMA. Processo Volume 8, p. 1441.

## A INFLUÊNCIA DO TÍTULO DE PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE

O PNCV recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade em 2001. Esse título, porém, foi concedido apenas após a devida ampliação proposta naquele mesmo ano. A inscrição original brasileira contava com a área de 65.515 hectares. A avaliação inicial foi feita em maio de 2001 e, em reunião realizada em junho desse mesmo ano, a IUCN recomendou ao Comitê do Patrimônio Mundial que a área seria insuficiente e que, portanto, deveria ser explorada a possibilidade de nomear sítios adicionais e que pudessem representar de forma mais abrangente a complexidade dos ecossistemas de proteção do Cerrado. Essa seria uma exigência feita devido a inscrição dessas áreas de Cerrado no critério X, que fala dos habitats mais importantes e mais representativos para a

conservação *in situ* da diversidade biológica. Sendo assim, ao contrário de um sítio inscrito apenas por beleza cênica, esses critérios demandam uma área suficiente para a conservação (ver subcapítulo 2.1) (WHC, 2011).

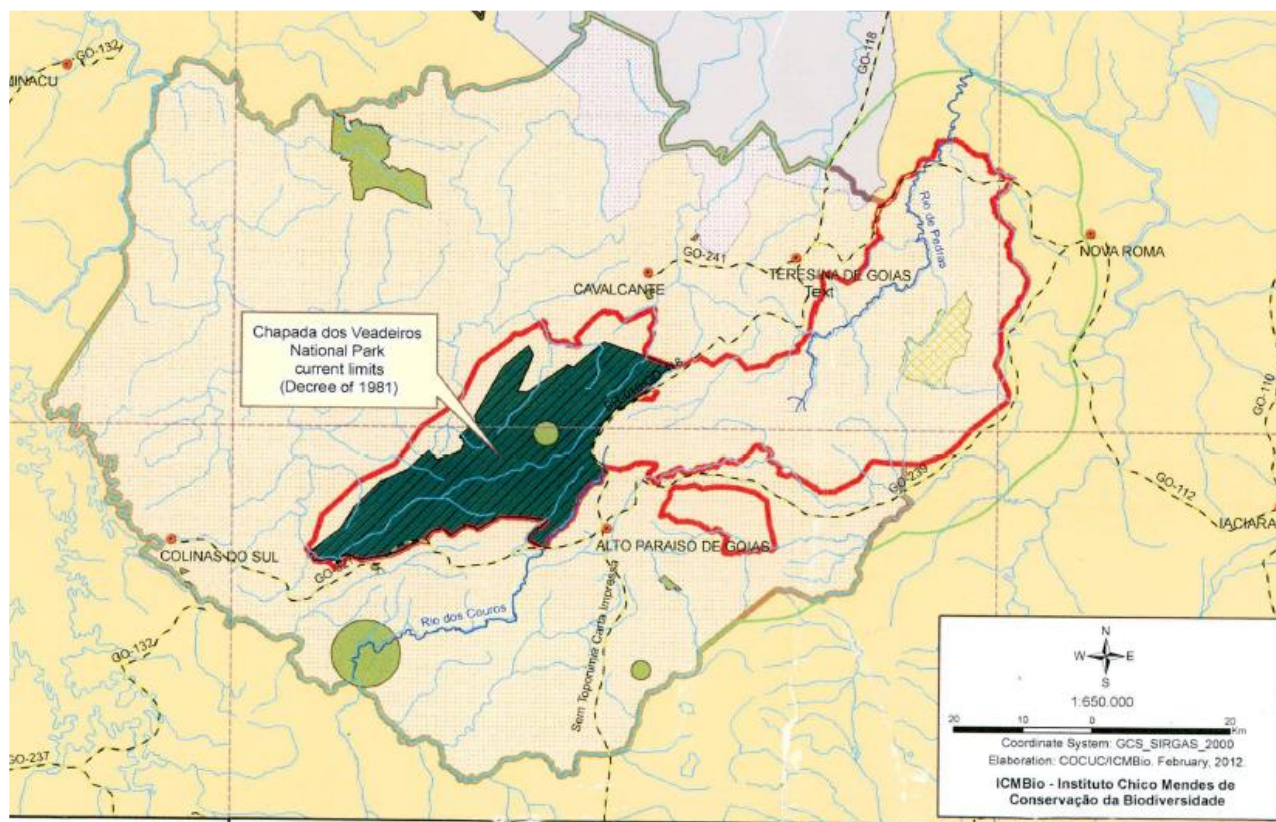
Após essa recomendação, feita na reunião de junho de 2001, uma nova nomeação foi feita, que incluiria também o Parque Nacional de Emas. Para avaliação da área, foi enviada uma missão da IUCN para a vistoria do local, em agosto de 2001. Essa missão aconselhou também a previsão de uma zona de amortecimento ao redor do PNCV, que viria a coincidir em grande parte com a APA Pouso Alto, criada em maio de 2001. A partir de então, o PNCV foi rapidamente ampliado para 235.970 hectares, por decreto de 27 de setembro de 2001. Assim, o PNCV passava a contar com uma área representativa da ecorregião do Cerrado. Com base na ampliação do PNCV e na subsequente recomendação da IUCN de que o sítio possuía um tamanho suficiente para abranger as áreas importantes para a sobrevivência no longo prazo de espécies-chaves, particularmente grandes predadores, o local se tornava passível de receber o título em 2 critérios (ver subcapítulo 3.2). São eles (WHC, 2001):

- **IX:** Ser exemplos excepcionais de processos ecológicos e biológicos em curso, significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais;
- **X:** Conter os habitats mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Com essa questão sanada, o título de Patrimônio Natural da Humanidade foi concedido em 2001, em conjunção com o Parque Nacional de Emas, compondo a Área de Proteção do Cerrado, com um total de 367.356 hectares, conforme exposto na 25ª reunião anual do Comitê em Helsinki, Finlândia, no final de 2011:

BRAZIL. Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks (N ii, iv) The two sites included in the designation contain flora and fauna and key habitats that characterize the Cerrado – one of the world's oldest and most diverse tropical ecosystems. For millennia, these sites have acted as refuges for different species during periods of climate change and will be vital for maintaining the biodiversity of the Cerrado region during future climate fluctuations (WHC, 2001).

Figura 19 – Representação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e os limites de sua área designada como Patrimônio Natural da Humanidade, além da Zona de Amortecimento, APA Pouso Alto, proposta da Estação Ecológica Estadual Nova Roma e limites com o território quilombola dos Kalunga.



- Limits of the World Heritage Natural Site: Cerrado Protected Areas - Sector I
- Buffer Zone of the World Heritage Natural Site: Cerrado Protected Areas - Sector I
- Goiás State
- Sustainable Use UC: APA Pouso Alto
- Proposal for creation of a state full protection UC: Estação Ecológica Estadual Nova Roma
- Kalunga Quilombola Territory

Fonte: Adaptação a partir do Mapa 3 do Relatório sobre o estado de conservação das Áreas protegidas do Cerrado para a UNESCO, ICMBIO, 2012, mapa 4, p.36

Porém, em 2010<sup>53</sup>, o Centro do Patrimônio Mundial recebeu relatos de que o PNCV havia sido reduzido de seus 235.970 hectares inscritos no Comitê do Patrimônio Mundial, para 65.515 hectares, representando uma redução de 72%. Como já exposto aqui, essa redução na verdade foi uma suspensão da ampliação. Porém, para fins administrativos da UNESCO, como o PNCV foi

<sup>53</sup> Vale destacar que a reunião do Comitê de Patrimônio Natural da Humanidade de 2010 ocorreu em Brasília.

inscrito com 235.970 hectares, a suspensão da ampliação representava uma redução. Até então, o orçamento disponibilizado pela UNESCO foi de US\$ 100.000 para o sítio e US\$ 30.000 dólares para programas de resposta rápida na prevenção de incêndios na área. Em reunião de Paris, ocorrida de 19 a 29 de junho de 2011, o Comitê decidiu que o Brasil precisaria submeter um relatório do estado de conservação e a confirmação do reestabelecimento legal do PNCV até 01 de fevereiro de 2012. Caso contrário, o local poderia ser considerado para inscrição na lista de patrimônios mundiais em perigo (WHC, 2001).

Dessa forma, o Brasil, por meio do ICMBio, enviou um relatório de 27 páginas para a UNESCO, em 2012, detalhando o estado de conservação das áreas do PNCV que deveriam ser ampliadas e as questões legais e administrativas em curso. A resposta do Brasil para a decisão do Comitê do Patrimônio Nacional Mundial – 35 COM 7B.28, procurou esclarecer que as áreas permaneciam conservadas e que o processo de ampliação se encontrava em análise. Essa análise era relativa à situação fundiária da região e ao estudo do mosaico de áreas protegidas, que permitiria um maior alinhamento entre as diferentes realidades e possibilidades da Chapada dos Veadeiros. O argumento foi o de o mosaico se mostrava como uma boa estratégia, uma vez que o número de RPPNs saltou de cinco para dezesseis, desde a inscrição do PNCV como Patrimônio Mundial. Além disso, a região estaria inserida dentro do Corredor Ecológico Paranã-Pireneus<sup>54</sup>, do Corredor Ecológico Tombador-Veadeiros<sup>55</sup>, da Reserva da Biosfera do Cerrado fase II<sup>56</sup>, do Corredor Ecológico Emas-Taquari, e incluía o Território Quilombola dos Kalunga (ICMBIO, 2012).

Sob a chefia de Leonard Schumm, conforme esquema exposto no mesmo relatório, ainda seriam necessárias as seguintes etapas para a devida ampliação, a partir da etapa analítica:

---

<sup>54</sup> Abrange 17 UCs federais, 12 estaduais e a terra indígena avá-canoeiro, envolvendo os estados de Goiás, Tocantins e o Distrito Federal.

<sup>55</sup> Projeto em parceria com a Fundação O Boticário que visa um corredor ecológico entre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a Reserva Nacional do Tombador, passando pelo território quilombola dos Kalungas.

<sup>56</sup> Programa também inserido no escopo da UNESCO, em conjunção com o Programa das Ações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Dentro deste programa, o PNCV está inserido como zona-núcleo da Reserva da Biosfera Cerrado, Fase II.

c) Etapa Analítica

- Estudos em campo que englobam o ambiente natural, socioeconômico, aspectos culturais e de uso e ocupação do solo;
- Consulta aos órgãos fundiários;
- Consulta a outras instituições para alinhar estratégias e evitar sobreposições de ações governamentais. (Governos Estaduais, Municipais, Ministérios, etc).

Como resultado desta etapa, define-se uma proposta preliminar de categoria e de limites para a unidade de conservação

d) Etapa Consultiva

- Consultas Públicas
- Estruturação, divulgação e realização das reuniões públicas
- Sistematização e análise de demandas geradas nas Consultas Públicas

Como resultado desta etapa, define-se a proposta final de categoria e de limites para a unidade de conservação

e) Etapa Propositiva

- Instrução do Processo;
- Minuta de Decreto, Memorial Descritivo e Exposição de Motivos;
- Encaminhamento ao Ministério do Meio Ambiente e para a Casa Civil da Presidência da República;
- Publicação do Decreto de Criação da Unidade no Diário Oficial da União.

O relatório garantiu que o PNCV não fosse incluído na lista em perigo imediatamente. Porém, ainda assim, as mesmas questões foram reafirmadas, em 2012 e em 2013, pela UNESCO. Mesmo que o processo estivesse em curso, as principais questões eram relacionadas a “modificações importantes dos limites” e “modificação do estatuto jurídico que protege o bem”, parágrafos 165 e 180, respectivamente, das Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial de 2013. A modificação dos limites foi a motivação, por exemplo, da única exclusão de um título de PNH até então, conforme exposto anteriormente. Esses relatórios, feitos com base em missões de monitoramento reativo da IUCN, ainda afirmavam a necessidade de:

- Asseguramento da consulta pública
- Criação de RPPNs
- Aplicação do Plano de manejo
- Inclusão das áreas do Rio das Pedras, de São Bartolomeu, do Rio dos Couros e a área do Rio Macaco e Macaquinhos (dentro e fora da propriedade).



As consultas públicas, as RPPNs e a exclusão na área do rio das Pedras e dos Couros foram abordadas previamente nesse capítulo e não serão retomadas aqui. Porém, vale lembrar que elas ficaram excluídas da ampliação de 2017. Conforme colocado no processo administrativo da ampliação do PNCV, os impasses ainda não estavam plenamente resolvidos e o Comitê expressou de forma mais enfática a possibilidade de inscrição do patrimônio na Lista em Perigo, tanto no relatório de 2015 quanto no de 2016, mesmo com as respostas brasileiras demonstrando que o processo estava em curso. Além do reestabelecimento dos limites, as recomendações eram de incentivar a participação da população local nas decisões e preservação do sítio, pois o entendimento era de que isso era essencial para a manutenção do local. Outras questões específicas eram a implementação do plano de manejo da APA Pouso Alto e a regularização fundiária (UNESCO, 2001, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017).

Por fim, a partir da assinatura do decreto de ampliação – assinado no mês anterior à reunião do Comitê do Patrimônio Mundial – ficou clara a correlação entre as “recomendações enfáticas” da UNESCO e uma maior argumentação política para a resolução expedita da questão da ampliação do PNCV. Ainda que, conforme demonstrado previamente, os estudos e o processo de ampliação do PNCV ocorressem paralelamente (ou seja, a ampliação não era unicamente pelo título de Patrimônio Natural da Humanidade), o respaldo por um órgão internacional de grande influência de *soft power*<sup>57</sup> teve papel decisivo no desenlace da situação.

---

<sup>57</sup> O Soft Power faz parte de uma teoria publicada por Joseph Nye em 2004 e é descrito como uma ferramenta de poder que não está restrita apenas aos Estados e tem a sua principal característica de acordo com conceitos ideais e culturais mais próximos com o que prevalece como uma norma global. Atualmente, conceitos como democracia, paz, liberdade, pluralismo, autonomia, liberalismo, igualdade, sustentabilidade, desenvolvimento (e proteção ambiental) são vistos como globalmente positivos e, portanto, fazem parte do que é entendido por Soft Power (MARTINELLI, 2016).

Figura 20 - Placa localizada na Sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, na vila de São Jorge, Alto Paraíso de Goiás. Com destaque para o título de Patrimônio Natural da Humanidade.



Fonte: Adaptação feita a partir de foto publicada no site: [www.umviajante.com.br](http://www.umviajante.com.br)

## CONCLUSÃO

A região central do Brasil já foi ocupada por diferentes grupos humanos desde o início do Holoceno (cerca de 12 mil anos atrás), coincidindo também com a extinção da megafauna da região e modificação da vegetação desse bioma. Sendo assim, mesmo antes do início da ocupação para exploração de garimpo na região, já existiam povos que habitavam a região e que foram gradualmente desaparecendo e/ou sendo expulsos do local pela chegada de grupos exploradores. Esses grupos pós-colombianos, a exemplo dos bandeirantes, tinham como objetivo a utilização direta da região para mineração. Isso influenciou, em boa medida, as características de como se dariam a exploração econômica e os primeiros povoamentos “brancos”. Na Chapada dos Veadeiros, essas características foram incorporadas na fundação de Cavalcante, São Félix e Nova Roma, erguidas para incorporação do efêmero ciclo do ouro, que após esgotado, permaneceram algumas poucas vilas, que passaram a praticar a pecuária e agricultura de pequena escala, basicamente para subsistência local. Com pouco crescimento populacional, pouca expressão comercial e com o isolamento geográfico e logístico da região, a região da Chapada dos Veadeiros era largamente desconhecida e considerada pouco habitável e de pouco crescimento até o século XX.

Isso demonstra que as incursões de garimpo de cristal na região a partir do século XX também se inserem em um contexto de exploração econômica baseada na utilização direta da terra de forma a se extrair a maior quantidade, no menor período de tempo possível, uma vez que esse consumo dependia amplamente de demandas internacionais sazonais. O povoamento intermitente e a utilização imprevidente dos recursos eram a regra geral, pois não havia interesse ou planejamento de longo prazo para a região por parte do poder público. Aliado a isso, grandes extensões dessas terras foram cedidas ou vendidas para quem pudesse arcar com os custos da exploração mineral da região, a exemplo de companhias internacionais. Porém, pela dificuldade logística, muitas dessas terras não logravam resultados e culminava em abandono, cessão ou vendas pouco reguladas.

Assim como outras partes do Brasil, que já tinham passado por seus próprios ciclos de exploração econômica concentrada, que não raro deixaram

um rastro de pobreza, desigualdade social e devastação da natureza, a região central do Brasil também estava inserida nesse modelo de exploração econômica concentrada. Sendo assim, o que proporcionou que a Chapada dos Veadeiros mantivesse boas porções de Cerrado nativo até a metade do século XX foram, em boa medida, as dificuldades logísticas e a limitação de cultivo agrícola pré-revolução verde e não um plano de conservação ou uso sustentável dos recursos naturais. O garimpo, feito de maneira artesanal, fazia parte de uma realidade a qual a maior parte dos garimpeiros que ocuparam a região da atual Vila de São Jorge eram homens vindos de regiões empobrecidas do país e que buscavam, da forma possível e como conheciam, um meio de enriquecer e mudarem suas vidas. Partiam de suas cidades natais com o objetivo de alcançar um meio de vida melhor para suas famílias, na esperança de retornarem “bamburrados”.

Porém, a realidade é que muitos acabavam por trabalhar em condições precárias e não tinham direito à terra pois o investimento ou as autorizações necessárias eram feitas por meio de financiadores. Ainda assim, o garimpo era o meio possível de sobreviver e uma parte permaneceu e assentou-se na região, mesmo com o declínio na demanda de cristal. Com a criação do Parque, o acesso aos recursos naturais foi restrito sem algum tipo de contrapartida que permitisse uma adaptação por parte dos moradores. Nas décadas posteriores, parte dos conflitos existentes com os garimpeiros da região passava por uma questão simbólica e histórico-cultural de identificação com o garimpo, mais do que propriamente por questões econômicas. A falta de diálogo e a inexistência de políticas voltadas para a educação ambiental na época, tornaram a situação bastante desafiadora e acabou por colocar os moradores locais em oposição à criação do Parque, ainda que economicamente a transição para uma economia baseada no turismo pudesse trazer maior sustentabilidade ambiental e financeira para a região.

Com a construção de Brasília, todo esse caldeirão de realidades é revirado, pois a vinda da nova Capital do país acelera todos esses processos. Se por um lado proporcionou o peso político necessário para a criação do Parque, conforme demonstrado na carta de Coimbra Bueno. Por outro lado, intensificou a especulação imobiliária que cresceria exponencialmente e agravaria toda a questão fundiária na região, que foi uma constante conflituosa

em toda a história do Parque, conforme demonstrado ao longo dos capítulos. Na década de 1960 e 1970, a conservação ambiental se dava de forma institucional e era debatida e divulgada em fóruns especializados internacionais e, no Brasil, sobretudo por um pequeno grupo de intelectuais conservacionistas. Esses conservacionistas comumente estavam ligados ao serviço público e possuíam alguma capilaridade com o Governo, ainda que o esforço técnico não fosse suficiente para sobrepujar a falta de vontade política. Em sua maioria, os parques eram criados por iniciativas e esforços individuais de figuras específicas, a exemplo de Coimbra Bueno. No entanto, essas criações, feitas por meio de decretos, raramente eram acompanhadas por debates públicos (com exceção de Parques polêmicos como o Xingu e o Parque do Araguaia, na Ilha do Bananal) e a população local não era consultada e não participava do processo de discussão, o que colocava essas populações em muitos casos como opositores da instalação dos Parques e apoiadores/demandantes de suas reduções.

Os desafios de gestão do PNCV ocorreram por uma multiplicidade de fatores, que em boa parte ocorriam em outros Parques Nacionais em maior ou menor medida. Diferentemente do que se imaginava, o fator decisivo para a tardia implementação girava em torno da questão fundiária e não necessariamente dos conflitos sociais. Essa questão era oriunda da falta de ação política em oferecer condições viáveis para a devida administração dos Parques por parte das instituições responsáveis, a exemplo do IBDF, que foi criado em 1967, mas não foram dadas as condições necessárias para que o órgão pudesse realizar o complexo trabalho de administrar as extensas (e ainda insuficientes) áreas dos Parques Nacionais. Parques esses que nasceram com o desafiador intuito de conservar as áreas naturais que sofriam crescentes e ininterruptas pressões antrópicas como um todo. Por isso, a primeira redução do PNCV foi feita a partir de um argumento que isso era necessário para a sua devida implementação e utilização para o turismo. Com um discurso que o Parque não estava sendo diminuído, mas sim “implementado” porque até então era uma área desnecessariamente grande e que existia apenas no papel. Do ponto de vista da conservação, a redução da área não era o cenário ideal. Porém, a dificuldade de gestão era notória, sobretudo pela influência dos grandes proprietários em relação à questão fundiária. Logo, uma redução, feita a partir de um planejamento técnico, pudesse ser a solução viável naquele momento.

A segunda redução, por sua vez, deixa clara a visão de um projeto civilizatório que priorizava o desenvolvimento imediatista, focado em grandes empréstimos de dinheiro e investimentos em obras de porte faraônico. Se por um lado houve um elevado crescimento econômico e desenvolvimento logístico, esse modelo acabou por se mostrar insustentável e desdobrou-se na manutenção das desigualdades sociais e em um aumento incontável da dívida externa, agravada a partir de 1973 por uma das ondas internacionais de crise do Petróleo. A partir de então, uma das maneiras pensadas para equilibrar a balança comercial seria a de aumentar as exportações brasileiras, utilizando de grandes aportes de recursos financeiros na agroindústria, a exemplo do projeto Agropecuários Alto Paraíso, descrito no subcapítulo 2.4. Demonstrado, também, na visão do “Cerrado como celeiro do mundo” e no planejamento de plantação de trigo e soja em vastas áreas da Chapada dos Veadeiros, em detrimento do turismo de natureza. Fica clara que a visão de investimento e aceleração da agroindústria, com o objetivo de tornar o Brasil um grande exportador de *commodities*, era hegemônica e bem aceita, tanto politicamente quanto socialmente. Porém, pelo foco imediatista, viria a ocorrer às custas dos recursos naturais e sem parâmetros de sustentabilidade, sejam eles ambientais, econômicos ou sociais. Isso demonstra, também, que os maiores influenciadores das reduções foram as questões políticas, econômicas e fundiárias. Ainda que as questões sociais também fizessem parte da discussão, elas eram utilizadas muito mais como um argumento de dissuasão do que consideradas como fator decisório para a materialização da redução.

Com a redemocratização e uma maior inserção brasileira nos debates ambientais internacionais, a exemplo da Rio 92, as questões sociais e ambientais ganham força no cenário nacional. Na Chapada dos Veadeiros, o crescimento e apropriação do turismo pelos moradores, aliado a um movimento social pró-ambientalista, fomentou a implementação da vocação turística do Parque. O fortalecimento institucional também foi decisivo para a guinada em direção à ampliação do PNCV. Porém, a primeira ampliação foi feita de forma precipitada para que o título de Patrimônio Natural da Humanidade pudesse ser concedido no mesmo ano, o que provocou sua suspensão. A partir dos anos 2000, com a criação de um sistema nacional de gestão das unidades de conservação e, em seguida, a criação de um órgão específico para a gestão

dessas áreas de proteção, há um maior foco nesse âmbito, que passa a ocorrer por meio de um processo mais unificado e institucional, com regras e parâmetros claros. Isso fortalece tanto a autonomia institucional, quanto a participação social, uma vez que as consultas públicas passam a ser uma obrigatoriedade no processo administrativo. Nesse momento, há a adoção de novas estratégias na região, como a criação de um polígono de um mosaico de proteção, que cria uma participação e gestão multinível envolvendo o setor público na esfera nacional, estadual e municipal; e também o setor privado, as ONGS, as universidades e a população local. A criação ou ampliação de um Parque Nacional é um processo extremamente desgastante e moroso. Sendo assim, essa estratégia permite criar um mosaico de proteção em uma área maior, além de ampliar o diálogo e a resiliência da proteção ambiental. Por outro lado, também ocorre uma descentralização e uma possível perda da eficácia da conservação no sentido *stricto*.

No PNCV, essa estratégia se mostrou eficaz em trazer os diferentes atores para o debate e na promoção de diferentes categorias de áreas de proteção, a exemplo das RPPNs. No entanto, para que isso ocorra, também é necessário que já exista alguma abertura na região para o debate em torno da proteção ambiental e que exista um contexto político propício. Ainda assim, o processo pode ser bastante desafiador e se arrastar ao longo do tempo, necessitando de um fator catalisador para a sua execução. No caso do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, esse catalisador foi o título de Patrimônio Natural da Humanidade e a pressão da UNESCO em torno da ampliação, uma vez que a sua não consecução poderia colocar o Parque na lista de Patrimônios em risco e até mesmo custar o seu título.

Apesar disso, esse processo demonstra que o Brasil passou, até 2017, por um amadurecimento no que tange à conservação ambiental, seja pela criação e fortalecimento de órgãos específicos para gestão das unidades de conservação, seja pela abertura do diálogo não apenas com a população local, mas também com os diferentes setores. Porém, conforme demonstrado nas reduções ocorridas durante o período militar, esse processo não é necessariamente uma garantia e precisa de elementos básicos para a sua manutenção. Os Parques Nacionais precisam de uma base tríade, fundamentada no *momentum* político, na robustez e autonomia técnico-

institucional e no apoio e participação social. Dessa forma, ainda que um desses fatores oscile, ainda há uma possível resiliência nas outras duas bases. Além disso, o aspecto econômico permeia todos esses pontos e por vezes pode ser um motivador principal.

Por fim, a história do PNCV é constituída de uma série de sobreposições de contextos sociais, políticos, econômicos e de sua constituição natural única. Esses contextos são influenciados pelos diferentes níveis, que se desdobram do contexto micro individual ao contexto macro internacional. Dessa forma, não se pode descolar a história do Parque da influência direta da visão de mundo que existia no momento do processo decisório, influenciado pelos diferentes atores. Ainda, apesar de abordar o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros especificamente, nota-se que suas dinâmicas, ainda que específicas em algum momento, estão inseridas num contexto maior de preservação nacional e internacional. O que denota, também, que a agenda ambiental e a conservação estão interligadas em uma rede complexa multifatorial que não raras estão subordinadas a outros interesses, de cunho antropocêntricos e que são agravados por processos históricos de acesso desigual a terras, falta de participação e interesse de setores da população, imposição de políticas e interesses econômicos de curto prazo.





## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### ○ BIBLIOGRÁFICAS

FARIAS, D. S. de. **Minhas aventuras na Chapada dos Veadeiros**. Goiânia: Kelps, 2009.

LIMA, L.. **Entre cimos nublados uma solidão selvagem**: uma corografia contemporânea da Chapada dos Veadeiros. Brasília: Thesaurus, 2001.

MONICCI, J. O.. **Garimpo**: Uma verdade sobre a Chapada dos Veadeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2019.

OLIVEIRA, J. R. de. **História dos Garimpos de Cristal da Chapada dos Veadeiros**. Goiânia: Kelps, 2009.

#### ○ DOCUMENTÁRIOS

**MOVIMENTO Hippy**. Produção: Luis Feitosa, Diogo Garcia, Franciely Ledesma, Heloisa Duarte. [S. l.]: UCPEL, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wt0ZMC-4vQA>>. Acesso em: 19 ago. 2020.

**RUMO ao Sol** - a saga alternativa da descoberta do paraíso. Direção: Lise Török. Canal de Agatha wTV: ABRASCA, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=acu4hyXEVmw>. Acesso em: 19 ago. 2020.

#### ○ ENTREVISTAS

BRANDT, S. **Entrevista sobre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Via digital. 1h14min37seg. 15 jun. 2020.

BRITO, B.F.A. **Entrevista sobre o processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Via digital. 1h05min22seg. 27 ago. 2020.

CAMARGOS, M.C. **Entrevista sobre o processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Via digital. 1h40min21seg. 25 ago. 2020.

WIEDMANN, S. **Entrevista sobre o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Via digital. 1h02min57seg. 25 jun. 2020.

#### ○ FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. **Approva o código florestal que com este baixa**. Decreto No 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Rio de Janeiro, 1934.

BRASIL. **Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências**.. Decreto lei N° 289, de 28 de fevereiro de 1967. Brasília, 1967.

BRASIL. **Cria, no âmbito do Ministério do Interior, a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, e da outras providências.** Decreto nº 73.030, de 30 de Outubro de 1973. Brasília, 1973

BRASIL. **Decreto Nº 49.875, de 11 de Janeiro de 1961.** Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49875-11-janeiro-1961-389180-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. [Decreto Nº 70.492, de 11 de Maio de 1972.](#): **Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências.** Brasília, DF, mai. 1972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d70492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d70492.htm)>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Decreto Nº 86.173, de 2 de Julho de 1981: **Altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Brasília, DF, jul. 1981. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86173-2-julho-1981-435573-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 out. 2018.

BRASIL. [Decreto Nº 99.279, de 6 de Junho de 1990.](#) **Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, as terras delimitadas na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, no Estado de Goiás.** Brasília, DF, jun. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99279.htm)> Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. **Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências.** DECRETO No 98.897, DE 30 DE JANEIRO DE 1990. Brasília, 1990

BRASIL. **Lei no 9.985, de 18 de Julho De 2000.** BRASÍLIA, 2000

COBRAMAB. **Relatório - RB CERRADO II.** Goiânia, 2000.

COIMBRA BUENO, A. **Sugestão para a criação imediata do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Ofício 96. Rio de Janeiro, 1960

CONAMA. **Moção nº 107, de 26 de novembro de 2009.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2009

CONDEMA. **Ofício 01/2010. Recomendação sobre PNCV.** Alto Paraíso de Goiás, 2010

CONPARQUE. **Problemas levantados com a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.** Colinas do Sul, 2011, p.1.

CRULS, L. **ATLAS: Itinerarios, Perfis longitudinaes e da Zona demarcada.** H Lombaerts, C. Impressores do observatório. Rio de Janeiro, 1894, 99f.

CURADO, F. A., **.Província de Goyaz, Municipio de Cavalcante.** AN. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112: 161-274, 1992. Rio de Janeiro, 1886, p.182

ECOSOC. **Establishment by the Secretary-General of the United Nations of a list of national parks and equivalent reserves:** (E/3190; E/C.2/517; EfL.818 and Add.I-4). 1063rd Meeting. Cidade do México, 1959.

FBCN. **Boletim Informativo nº4**. Serviço de Publicação do IBBD. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 1969

GOIÁS, 2016. **Ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Ofício nº 704/2016, de 28 de junho. Goiânia, 2016

GOIÁS. **Constitui reservas naturais na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros e dá outras providências**. Projeto de Lei. Processo 88. Goiânia, 1950

IBAMA. **Plano de Ação para a Conservação do Pato-Mergulhão**. Séries Espécies Ameaçadas – n 3. Brasília, 2006

IBGE. **Alto Paraíso de Goiás**. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/alto-paraíso-de-goias.html>. Acesso em 14 jan.2020.

IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

IBGE. **Panorama Goiás**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>> Acesso em: 10 dez. 2019

ICMBIO et al. **Plano de Manejo Parque Nacional Chapada dos Veadeiros**. MMA. Brasília, 2009.

ICMBIO, 2011. **Memória da Reunião entre a Coordenação de Criação de UCs e a equipe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros realizada no dia 11 de Julho de 2011**. Alto Paraíso de Goiás, 2011

ICMBIO, 2012. **Relatório sobre o Estado de Conservação. Resposta do Brasil para a decisão do Comitê do Patrimônio Mundial – 35 COM 7bB.28**, s.l, 2012.

ICMBIO. **Instrução Normativa Nº 08, de 18 de Setembro De 2008**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in082008.pdfv>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ICMBIO. **Parna da Chapada dos Veadeiros 2014**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/4-destaques/4600-parna-da-chapada-dos-veadeiros-bate-recorde-de-visitacao>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

ICMBio. **Relatório da Reunião para a criação do Mosaico da Chapada dos Veadeiros realizada em 03/02/2012 em Alto Paraíso —GO**. Alto Paraíso, 2012

(ICMBIO, 2012a). Data: 28 de novembro de 2012 - Memória de Reunião entre ICMBio e SEAGRO

(ICMBIO, 2012b). Memória da Palestra e Reunião da Associação das RPPNs DF/GO e ICMBio

(ICMBIO, 2012c). Para os proprietários rurais de Alto Paraíso/GO, 26 de outubro de 2012

ISA. **LEI DO SNUC**. Disponível em: [https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Decreto%20Federal%204340%20de%2022ago2002\\_0.pdf](https://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/Decreto%20Federal%204340%20de%2022ago2002_0.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2020

ISA. **Unidades de Conservação**. O que é o SNUC. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/o-que-é-o-snuc>>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

IUCN. **World Heritage Analyses**. IUCN World Heritage Programme, Gland, 2017.

MMA, 2016. **Exposição de Motivos 00035/2016-MMA**. Brasília, 2016

MMA, 2017. **Nota Técnica Conjunta nº 01/ SBIO/ICMBIO/MMA**. Brasília, 2016

MMA. **Atlas Florestal do Brasil**. 912:630.2(81)-A881a. Rio de Janeiro, 1966

NASCIMENTO, J. L.; CAMPOS, I. B. **Atlas da fauna brasileira ameaçada de extinção em unidades de conservação federais**. 2011.

OECO. **O que é um Parque Nacional**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28241-o-que-e-um-parque-nacional/>> . Acesso em 04 ago. 2020.

OECO. **O que é uma Reserva Extrativista**. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/29258-o-que-e-uma-reserva-extrativista/>>. Acesso em 10 ago. 2020.

ONU. **Convention on Biological Diversity**. Nações Unidas, 1992.

SAJ. **Minuta de decreto que dispõe sobre a ampliação do PNCV, nos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Nova Roma, São João da Aliança e Teresina de Goiás**, Estado de Goiás. Nota SAJ nº 83/2017/SASOC/SAJ/CC-PR. Brasília, 2017

SECIMA, 2016. **Ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Ofício nº 1697/2016, de 25 de agosto. Goiânia, 2016

SEMARH. **OFÍCIO 26/2011 – SUCON. Resposta ao Ofício nº 222/2011 - DIREP/ICMBio**. Goiânia, 2011.

SEMARH. **Resposta ao ofício n 222/2011 – DIREP/ICMBio**. Ofício 26/2011 – SUCON. Goiânia, 14 de junho de 2011.

SILVA, E.M; VIEIRA JÚNIOR, W. **Goyaz: Guia de Cartografia Histórica**. Arquivo público do Distrito Federal. Coordenação de Arquivo Permanente. Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso. Brasília, 2018

STF. **Mandado de segurança 24.184-5/DF**. Brasília, 2003

UCB. **Um sonho profético de Dom Bosco**. Disponível em: <<https://ucb.catolica.edu.br/portal/noticias/um-sonho-profetico-de-dom-bosco/>> Acesso em: 07 set. 2020.

UNESCO. **Unesco in Brief**. Disponível em: <<https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>>. Acesso em: 9 ago. 2020

UNESCO. **World Heritage List**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

UNESCO. **World heritage, humanity's gift to future**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/activities/487/>> . Acesso em: 9 ago. 2020.

UNESCO. World Heritage: **Action Plans**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/lac-actionplan-2014-2024/#PAAS>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

UNESCO. World Heritage: **Criteria**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/criteria/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

WHC. **Orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial**. Comitê Intergovernamental para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, Lisboa, 2011

WHC. State of conservation of World Heritage properties inscribed on the World Heritage List. **Cerrado Protected Areas: Chapada dos Veadeiros and Emas National Parks (Brazil) (N 1032)**. WHC-11135.COM/713.Add, p. 67. Paris, 2011

WHC. **World Heritage Committee Inscribes 31 New Sites on the World Heritage List. The World Heritage Committee meeting. Helsinki, 2001**

○ ARTIGOS DE JORNAIS

A DENDROCLASTIA no Brasil. **A Informação Goyana**, Goiás, 1918, n. 00008B, p. 97.

A FUNDAÇÃO da nova Capital. **A Informação Goyana**, Goiás, 1927, n. 00009, p. 66.

A INFORMAÇÃO GOYANA. **A Informação Goyana**, Goiás, 1918, n. 00004B, p. 60.

A INFORMAÇÃO GOYANA. **A Informação Goyana**, Goiás, 1920, n. 00010a, p. 117.

A INFORMAÇÃO GOYANA. **A Informação Goyana**, Goiás, 1921, n. 00010A, p. 80.

A INFORMAÇÃO GOYANA. **A Informação Goyana**, Goiás, 1922, 00007A, p. 54.

ANALYSES de minérios de Goyas. **A Informação Goyana**, Goiás, 1919, 00012A, p. 163.

BIBLIOGRAPHIA Goyana. **A Informação Goyana**, Goiás, 1921, 00006A, p. 48.

CANTIGA do Valente. **A Informação Goyana**, Goiás, 1918, n. 00012A, p. 158.

COLHEITA do trigo em Goyaz. **A Informação Goyana**, Goiás, 1933, n. 00008B, p. 63.

ESCOLAS Singulares. **A Informação Goyana**, Goiás, 1922, n. 00002A, p. 03.

NOTAS e Informações. **A Informação Goyana**, Goiás, 1932, n. 00004A, p. 32.

O RIO Araguaya. **A Informação Goyana**, Goiás, 1930, n. 00007, p. 56.

OS AUTOCTONES de Goyaz se vão. **A Informação Goyana**, Goiás, 1918, n. 00007A, p. 24.

RIQUEZAS nativas do norte de Goyas. **A Informação Goyana**, Goiás, 1929, 00005, p. 36.

SUMÉ. **A Informação Goyana**, Goiás, 1919, n. 000012A, p. 163.

HÁ em Goyaz cristal de rocha para abastecer o mundo durante dezenas de anos. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 1943, n. 00492, p. 3.

EM ORGANIZAÇÃO o Instituto Brasil-Holanda. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1944, n. 11692, p. 6.

GRÁFICOS que ilustram. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1948, n. 01010, p. 21.

NASCE uma capital no oeste brasileiro. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1942, n. 010784, p. 3.

O RIO Tocantins na ligação norte-sul do País. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1947, n. 12696, p. 7.

O TRIGO na Chapada dos Viadeiros. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1948, n. 01010, p. 21.

PARA o desenvolvimento do Brasil central. **A Noite**, Rio de Janeiro, 1949, n. 13364, p. 3.

SACCONE, R. Cerrado pode desaparecer até 2030. Agricultura. **Canal rural**. 13 de setembro de 2011.

CIANCIULLI, P.L. Parques Nacionais, uma necessidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 1975, n. 04661, p. 27.

CHAPADA dos Veadeiros. Caderno Lugares. **Correio Braziliense**, Brasília, 2004, 22/09/2004, p. 7

Esclarecimentos sôbre atividades do serviço florestal em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 1963, n. 00890, p. 8.

VALADÃO não teme desafio e aciona projeto Alto-Paraíso. **Correio Braziliense**, Brasília, 1981, n. 06609, p. 2.

A FUTURA capital do Brasil. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1948, n. 16920, p. 2.

ANTEPROJETO de conservação da natureza já está pronto e vai ser discutido. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1958, n. 20023, p. 1.

CORREIO Agrícola - Bate-papo com os leitores - Coelho Neto e as florestas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1959, n. 20329, p. 4.

ENSINO - Noticiário - Festa da Árvore. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1948, n. 17016, p. 16.

F.B.C.N. já tem patrimônio inicial. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1959, n. 20299, p. 3.

ITATUITIM, o "Pedra Dura", desconfia mas concorda.... **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1952, n. 18033, p. 1.

MUDANÇA da capital. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1953, n. 18477, p. 4.

O CASO da fotografia repercute no Senado - Outros assuntos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1958, n. 20055, p. 7.

TÓPICOS e notícias - A ilha ameaçada. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1960, n. 20599, p. 6.

CORREIO OFFICIAL. **Correio Oficial**, Goiás, 1920, 00289, p. 3.

GOIÁS na busca do turismo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1971, n. 15017, p. 7.

PARQUES - Flora e Fauna - Atrações Turísticas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 1967, n. 13835, p. 4.

DESAPROPRIAÇÃO do novo Distrito Federal. **Jornal de Brasília**, Goiás, 1956, n. 19311, p. 13.

BRASÍLIA. **Jornal de Notícias**, Goiás, 1958, n. 00354, p. 3.

TERIA saído de Goiás o minério atômico das bombas que arrasaram Hiroshima e Nagasaki. **Jornal de Notícias**, Goiás, 1958, n. 00320, p. 3.

CONTATOS Estelares no Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1968, n. 00153.

CRISE em Goiás. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1968, n. 00142, p. 29.

FAZENDEIROS vão a Cirne pedir que Govêrno libere suas terras no Tocantins. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1970, n. 00268, p. 14.

GOVÊRNO não cede área do Parque de Tocantins porque quer preservar florestas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1970, n. 00272, p. 16.

IBDF impede fazendeiros de cultivar terra próxima ao Parque do Tocantins. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1971, n. 00022, p. 17.

PARQUES e Índios. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1970, n. 00277, p. 1.

AINDA a ocupação do Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 1968, n. 00164, p. 4.

ARY mostra as máquinas do Projeto Alto Paraíso. **Jornal do Tocantins**, Goiás, 1981, n. 00098, p. 7.

PROGRAMA reflete o III PND. **Jornal do Tocantins**, Goiás, 1981, n. 00101, p. 7.

PROJETO Alto Paraíso, redenção e desenvolvimento do Nordeste. **Jornal do Tocantins**, Goiás, 1980, n. 00084, p. 6.

PROJETO Rio Formoso, mais de 2 bilhões já investidos. **Jornal do Tocantins**, Goiás, 1981, n. 00087, p. 5.

NABORFAZAN, R.; VELOSO, S. Prefeito sugere homenagem ao ex-vereador Dada no Centro de Estudos. **Jornal O Vetor** em parceria com **SECOM UnB**. 09 de junho de 2020. Disponível em: < <http://www.ovetor.com.br/portal/unb-cerrado-prefeito-sugere-homenagem-ao-ex-vereador-dada-no-centro-de-estudos/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ASSIS Chateaubriand, moderna avenida de Goiânia. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1968, n. 14450, p. 10 - 2º Cad.

LIMA, G. Após impasse, MPF fiscaliza processo de ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. **O Popular**, 2017. Disponível em:<<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/ap%C3%B3s-impasse-mpf-fiscaliza-processo-de-amplia%C3%A7%C3%A3o-do-parque-nacional-da-chapada-dos-veadeiros-1.1260270>>. Acesso em 06 ago. 2020

NANOTECNOLOGIA intensifica efeito de óleo de pequi em células de câncer de mama. **UnB Ciência**. Disponível em:<<http://www.unbciencia.unb.br/biologicas/33-biotecnologia/650-nanotecnologia-intensifica-efeito-de-oleo-de-pequi-em-celulas-de-cancer-de-mama>>. Acesso em 04 ago 2020.

- o MAPAS

JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta da provincia de Goyaz**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176010/cart176010.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.html). Acesso em: 23 ago. 2019.

GOYAZ. [Carta corographica plana da provincia de Goiaz e dos julgados do Araxá e dezemboque da provincia de Minas Geraes](#) [Cartográfico] : organizada pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos governador das Armas de Goiaz para acompanhar o seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836.

GOYAZ. **Carta corographica plana da provincia de Goiaz e dos julgados do Araxá e dezemboque da provincia de Minas Geraes**: organizada pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos governador das Armas de Goiaz para acompanhar o seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. Rio de Janeiro: Lith. de V. Larée, 1836. 1 mapa, 120 x 56 cm. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart519697/cart519697.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519697/cart519697.jpg). Acesso em: 23 ago. 2019.

GOYAZ. **MAPPA dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará**. [17--]. 1 mapa ms, col., desenhado a nanquim, 62 x 50cm em f. 63,4 x 52. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/mss1033414/mss1033414.jpg). Acesso em: 23 ago. 2019

GOYAZ. [Mappa Geografico da Capitania de Villa boa e Goyas](#)[Cartográfico] : combinado com partes de outros, que denotão as Capitancias de Minas Gerais e Maranhão mandado tirar pello Ilmo. e Exmo. Snr. Fernando Delgado Freire de Castilho Governador e Capitão General da mesma Capitania, no anno de 1819: 1 mapa ms., desenho a nanquim, 63 x 44. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart516155/cart516155.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart516155/cart516155.html). Acesso em: 23 ago. 2019.



## FONTES SECUNDÁRIAS

ALVES, E. **Diversidades**. Publicação em rede social “Cerrado em quadrinhos” de 10 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/cerradoemquadrinhos/photos/a.811748012256562/1859536477477705>. Acesso em 15 ago. 2020.

ALVES, E. **Não vou me adaptar!**. Publicação em rede social “Cerrado em quadrinhos” de 19 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/cerradoemquadrinhos/photos/a.811748012256562/2962581187173223>

ALVES, E. **Sobre o tempo**. Publicação em rede social “Cerrado em quadrinhos” de 14 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/cerradoemquadrinhos/photos/a.811748012256562/1583540285077327/>. Acesso em 15 ago. 2020.

ANDRADE, T.C. **Experiência das Visitas Guiadas e Autoguiadas: Um Ensaio Interpretativo Pelo Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília, 2014

BARBOSA, Á. G. **As estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades**. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, 2008.

BERTRAND, P. **História da Terra e do Homem do Planalto Central: Eco-História do Distrito Federal, do indígena ao colonizador**. Brasília: Paidéia. 1999

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum**. Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e desenvolvimento. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

CAPELLA, A.C.N. **Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas**. XXIX Encontro Anual da ANPOCS: GT19 - Políticas Públicas, p. 1–35, 2005.

CESAR, C.P. **Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal: um estudo evolutivo e das competências da instituição**. Monografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2010

CHAUL, N. N.F. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos históricos, v. 4, n 8, p. 177–197, 1991.

DUARTE, L.M.G.; BRAGA, M.L. de S. **Tristes Cerrados: Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

FELFILI, J. M.; REZENDE, A. V.; SILVA JÚNIOR, M. C. da. **Biografia do bioma cerrado: vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

FGV. Biográfico: **Jerônimo Coimbra Bueno**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-coimbra-bueno>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FRANCO, J. L. A. **O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação**: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. História (São Paulo) v.32, n.2, p. 21-48, jul./dez. 2013

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V.S. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral**. Historiæ, Rio Grande, v.6, n.2, p. 233-270. 2015.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J.A. **O cuidado da natureza**: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1999. Textos de História, volume 17, n 1, pgs. 59-84, 2009.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J.A. **O cuidado da natureza**: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1999. Textos de História, volume 17, n 1, pgs. 59-84, 2009.

FREITAS, Frederico Santos Soares. **Boundaries of Nature**: National Parks and Environmental change at the Argentine-Brazilian Border, 1890-1990. 2016. STANFORD UNIVERSITY, 2016. Disponível em: <<http://purl.stanford.edu/rv487dr7203>>.

GOUDIE, A. S. **The human impact on the environmental**. Past, present and future. Blackwell publishing. Malden, 1981, 1986, 1990, 1993, 2000, 2006.

KINGDON, J. (2003) [1984]. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York: Harper Collins

KOSELLECK, R. **Uma história dos conceitos** : problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, v. 5, n.10, p. 134–146, 1992.

LANARI, J.B. **Proteção do patrimônio na UNESCO**: ações e significados. Unesco, 2003.

LOEBMANN, D. G. **Classificação fitofisionômica do cerrado no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, GO** - aplicação de uma análise combinatória com filtros adaptativos em imagens TM Landsat (Dissertação de Mestrado em Geografia. Ed: Brasília: Universidade de Brasília, 2008

LOPES, M.H. **A história da criação do Parque Nacional do Araguaia**: disposições e motivações relacionadas com a conservação da natureza. Tese de Doutorado. UnB.Brasília, 2019,217p.

MARTINELLI, C. B. **O Jogo Tridimensional**: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência. Conjuntura Global, (jan/abr de 2016), ed. 5(1), P. 65-80.

MAZZETO SILVA, C.E. **Ordenamento territorial no Cerrado brasileiro**: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. in Desenvolvimento e Meio Ambiente, n.19, jan/jun, Curitiba: Editora UFPR, 2009. p. 89-109. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/16407/10887>> Acesso em: 10 fev. 2020.

MCCREERY, D. **Frontier Goiás, 1822-1889**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2006.

MEDEIROS, W.A. **Jeronimo Coimbra Bueno. Apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional**. URBANA, V.5, nº 7, out. - Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história. CIEC/UNICAMP, 2013.

MITTERMEIER, R.A.; FONSECA, G.A.B, RYLANDS, A.B. et.al. **Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil**. Megadiversidade, Volume 1, Nº 1, Julho, 2005

MYERS, N., MITTERMEIER, R., MITTERMEIER, C.. et.al. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. *Nature* **403**, 853–858, 2000. <https://doi.org/10.1038/35002501>

NEPOMUCEMO, M.A. **O papel político-educativo de A informação Goyana na construção da nacionalidade**. Goiânia: Editora de UFG.

PÁDUA, Augusto. **As bases teóricas da história ambiental**. EcoDebate, 2010.

ROCHA, R.E. **Natureza e sociedade no pensamento de Thoreau: do transcendentalismo ao ambientalismo**, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão- REDD (E-ISSN: 1984-1736). Vol.10 N.1, 2018.

SANTOS, Rodrigo. **O GÊ DOS GERAIS: Elementos de cartografia para a etno-história do Planalto Central Contribuição à antropogeografia do Cerrado**. 373 f. Dissertação (Mestrado Profissional) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB, Brasília, 2013.

SILVA, L.G. **Singrar Rios, Morar em Cavernas e furar Jatóka: Ressignificações Culturais, Socioespaciais e Espaços De Aprendizagens da Família Avá-Canoeiro Do Rio Tocantins**.331f. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016

SILVEIRA, A.R.M. **Vila São Jorge & Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o Impacto cultural de um projeto Ecológico**. SÉRIE ANTROPOLOGIA. Brasília, 1997

SOULÉ, M. E.; TERBORGH, J. **Continental Conservation: Scientific Foundations of Regional Reserve Networks**. Washington, DC: Island Press, 1999

SOUZA, J. **A arquitetura de paisagens e os parques nacionais nos EUA e no Brasil**. [s.l.]. Dissertação de Mestrado. UnB-DF, 2019.

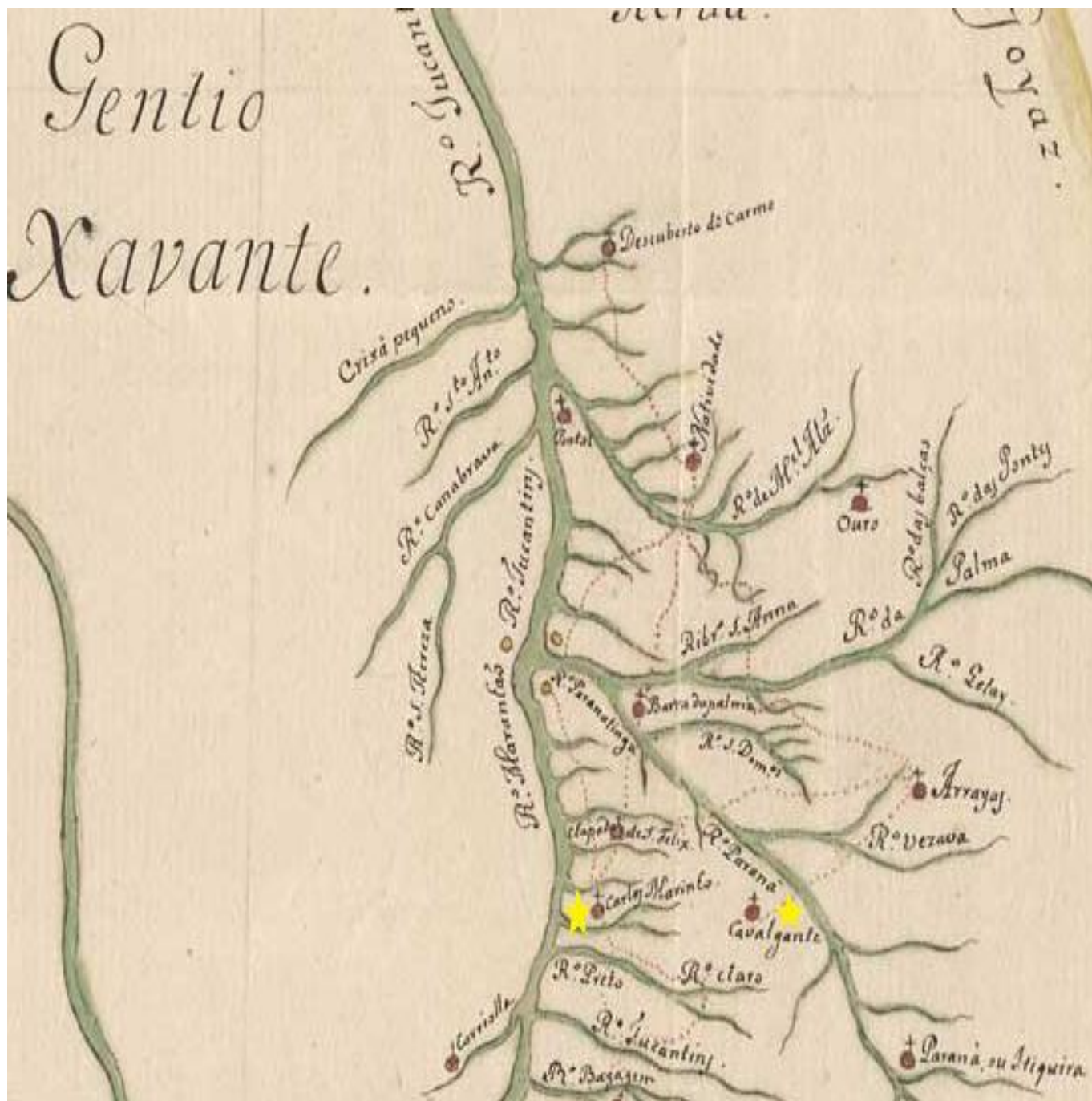
STRASSBURG, B. N. et al. **Moment of truth for the Cerrado hotspot**. *Nature Ecology & Evolution*, v. 1, n. 4, p. 0099, 2017.

VICENTE, J.P. **Legado do ambientalista Chico Mendes, morto há 30 anos, mantém-se vital para a sobrevivência da Amazônia**. National Geographic Digital, 2018

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. *Estudos Históricos*, v. 4, p. 198–215, 1991.

## ANEXOS

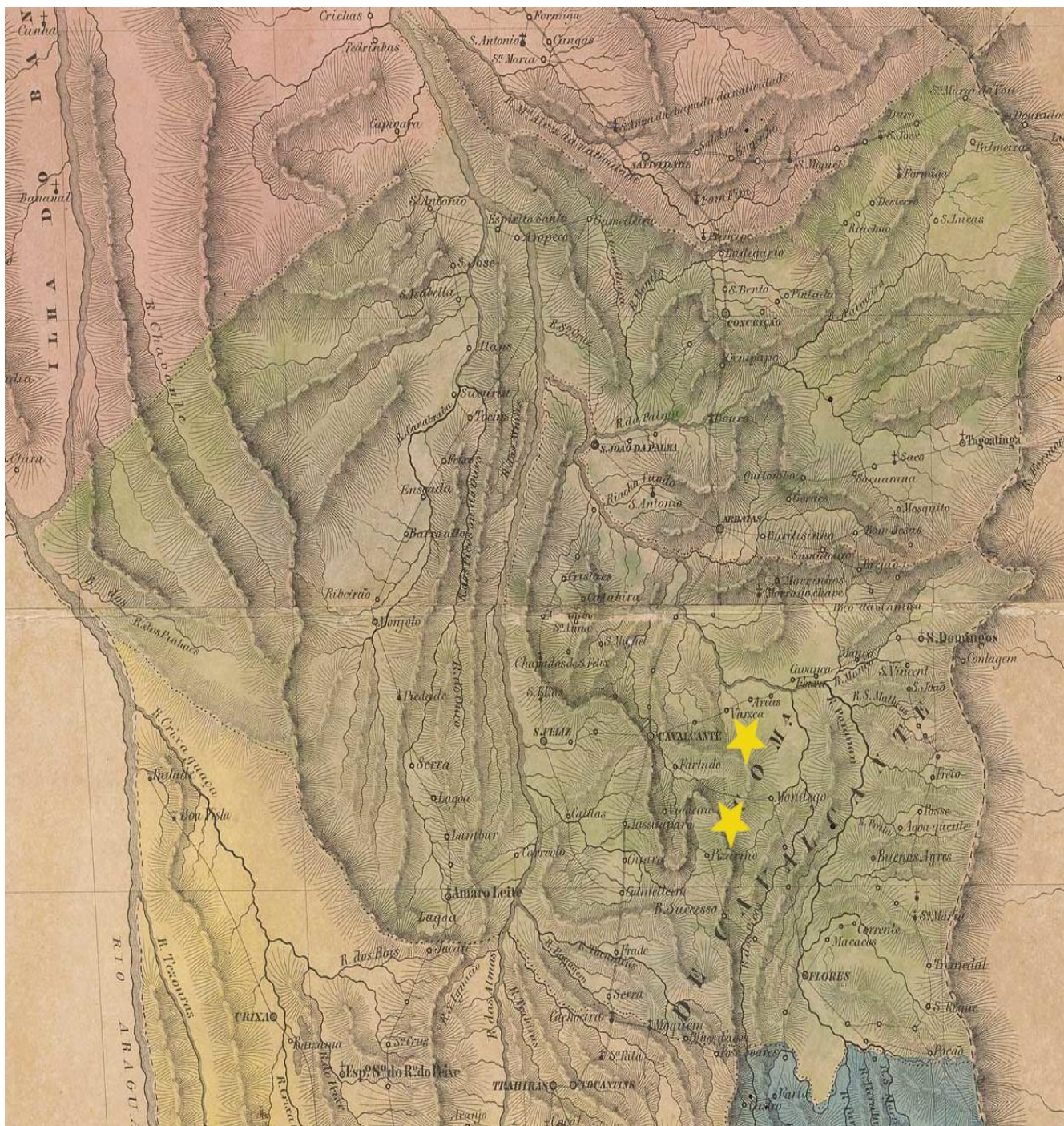
Anexo 1 –Parte retirada do “Mappa dos sertões que se comprehendem de mar a mar entre as capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-Grosso e Pará [Cartográfico]”, com grifo da autora para Arraial de Cavalgante [sic] e Arraial Carlos Marinho.





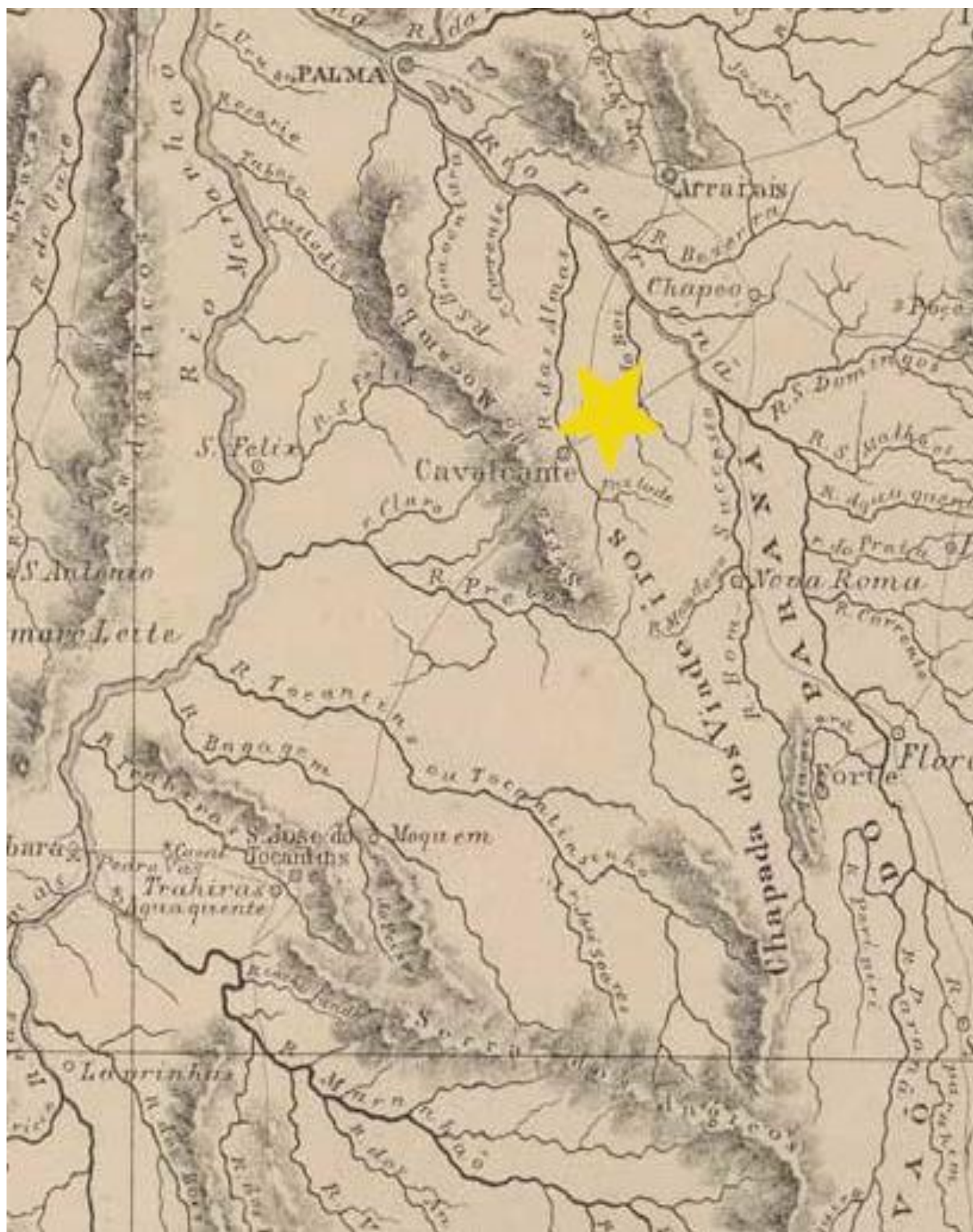


Anexo 4 – Em verde, dos limites da comarca de Cavalcante, em 1849, com grifo da autora para Cavalcante e Viadeiro. Essa comarca possuía 4 vilas: Jussuapara; Guará, Gameleira, Fartudo e Viadeira; 2 julgados e 7 freguesias, conforme denominação da época.



Fonte: Parte retirada da Carta topográfica administrativa do Goiás. BRASIL, 1849

Anexo 5 - Recorte dos Rios do Goiás, na região da Chapada dos Veadeiros, em 1875. Com grifo da autora para Cavalcante, à direita da então denominada "Serra do Mocambo"



Fonte: "Carta da provincia de Goyaz", do capitão de engenheiros, Joaquim R. de M. Jardim, 1875.





(PROJETO)

3  
*J. P. Reis*

LEI Nº .....DE .....DE .....DE 1950.

Constitui reservas naturais na Ilha do Bananal e na Chapada dos Veadeiros e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º. É considerada a Ilha do Bananal como reserva natural da flora e da fauna araguaianas.

Artigo 2º. É criado um parque estadual na Chapada dos Veadeiros, para preservação da fauna e da flora do Planalto Central do Brasil e da planície amazônica da região tocantina, devendo ao mesmo ser agregadas todas as áreas devolutas contidas no perímetro que for para ele delimitado, bem, como adquiridas para o mesmo fim as de propriedade privada acaso existentes no mesmo perímetro.

Artigo 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a delimitar por decreto, o perímetro do parque estadual da Chapada dos Veadeiros, e a localizá-lo em zona que melhor se ajuste ao cumprimento de suas finalidades.

Artigo 4º. A reserva natural da Ilha do Bananal ocupará a área total da ilha.

Artigo 5º. O Poder Executivo regulamentará as disposições desta lei, fixando os objetivos, funcionamento e utilização da reserva natural e do parque estadual, pela forma que melhor convenha ao interesse público, obedecendo-se as disposições contidas nos Códigos Federais de Caça, de Pesca e Florestal.

Artigo 6º. É autorizada a doação, arrendamento, cessão, em caráter provisório ou permanente, mediante convênio, escritura pública ou formale mais conveniente, das referidas áreas à União, desde que fiquem respeitadas as suas finalidades de parques naturais de reserva da fauna e flora do País, e nelas continuadas serviços federais com igual objetivo.

*J. Pires*

Artigo 7º. Esta lei entra em vigor no dia de sua publicação ficando revogadas as disposições em contrário.

PALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos .....  
de ..... de 1950, 62º da República.

Comissão de Constituição e Justiça

Em 5-7-50

*[Signature]*  
Secretário

do senhor deputado Pires Vieira  
para relatar.

Em 16 de maio de 1951

*[Signature]*  
Presidente

Anexo 7 - Ofício enviado para o Presidente Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1960, sugerindo a criação imediata do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. 2 páginas.

FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO PELA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
 RÁDIO BRASIL CENTRAL — JORNAL DE BRASÍLIA  
 AVENIDA ANHANGUERA, 71 — TEL. 2091  
 Goiânia — Est. de Goiás  
 AVENIDA RIO BRANCO, 120 - 2/614 — TEL. 32-9711  
 Rio de Janeiro — E. da Guanabara

Of.96.

Rio de Janeiro, 1ª de dezembro de 1960.-

Excelentíssimo Senhor  
 Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira  
 Digníssimo Presidente da República  
 Brasília - DF.

REF.: Sugestão para criação imediata  
 do Parque Nacional da Chapada  
 dos Veadeiros.-

Senhor Presidente,

Reiteramos os termos de nossa carta de 4 de outubro de 1960, na qual solicitamos apoio para a sugestão expressa em carta que dirigimos à Organização das Nações Unidas (Cópia anexa).

2. Honra-nos informar que recebemos resposta da O.N.U., concordando com nossa proposição de ser estudada a localização da nova sede desse Organismo no Planalto Central Brasileiro, na hipótese de que as Nações Unidas venham a se decidir a abrir debate em torno do assunto.

3. Em face dessa resposta (cópia anexa), pedimos vênha para sugerir a Vossa Excelência a criação, desde logo, do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

4. A imediata criação deste parque se justifica plenamente como uma decorrência da transferência da Capital Federal para Brasília, e em vista dos excepcionais valores naturais, que nele deverão ser preservados, tanto mais que poderá, numa pequena extensão, congregar as paisagens típicas, a flora e a fauna tanto do Planalto Central como da Planície Amazônica.

5. O assunto vem sendo objeto de mensagens e providências do Governo de Goiás, há mais de dez anos, infelizmente ainda sem sucesso.

6. A oportunidade de sua criação já é premente, em face do fato da valorização de terras que vem sendo provocada pela presença de Brasília.

7. O fato novo, da possibilidade da localização da futura sede da O.N.U., é outra razão em favor da sua criação, pois preservando essa área que foi uma das indicadas para a localização de Brasília, e dando prosseguimento à nossa sugestão, poderá o Brasil conquistar uma posição muito conveniente para a hipótese de vir a ser aberto o debate em torno do assunto, em futuras Assembléias das Nações Unidas.

FUNDAÇÃO COIMBRA BUENO PELA NOVA CAPITAL DO BRASIL  
 RÁDIO BRASIL CENTRAL — JORNAL DE BRASÍLIA  
 AVENIDA ANHANQUERA, 71 — TEL. 2001  
 Goiânia — Est. de Goiás  
 AVENIDA RIO BRANCO, 120 - B/814 — TEL. 32-8711  
 Rio de Janeiro — E. da Guanabara

2.-

8. De resto, a sede da O.N.U. na bela hipótese de aí vir a se localizar, em nada prejudicaria a imponência da natureza, que continuaria racionalmente preservada, eis que uma das condições oferecidas é a de um largo cinturão em torno da nova sede, preservado de aglomerações humanas.

9. Insistimos na premência de ser promovida a imediata desapropriação das áreas não devolutas, pois a especulação imobiliária, que já se processa no Planalto Central, deverá em breve atingir a Chapada dos Veadeiros, e será sem dúvida muito agravada com a divulgação da referida resposta da C.N.U. à nossa sugestão, divulgação que temo conseguir contêr atendendo a êsse perigo, mas que inevitavelmente acabará por transpirar.

Cordiais Cumprimentos,

---

Abelardo Coimbra Bueno

Anexos:

- a) Carta ao Sr. Secretário Geral da C.N.U.
- b) Carta ao Chefe do Centro de Informações da O.N.U., no Brasil.
- c) Carta ao Senhor Nikita Kruschew.
- d) Carta ao Senhor Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek.
- e) Carta ao Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte.
- f) Carta ao Senhor Presidente dos Estados Unidos da América do Norte.
- g) Projeto nº 1.772-1960, que declara de utilidade Pública a "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil".
- h) Resposta da O.N.U. à Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil.
- i) Resposta do Senhor Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte à "Fundação Coimbra Bueno Pela Nova Capital do Brasil".

ACB/JFS.-  
 011260.-



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO Nº 49.875, DE 11 DE JANEIRO DE 1961.**

**Cria o "Parque Nacional do Tocantins", no Estado de Goiás e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, Constituição,

**DECRETA:**

Art 1º Fica criado no estado de Goiás, na chapada dos Veadeiros, o "Parque Nacional Tocantins", subordinado à Seção de Parques e Florestas nacionais do Serviço Florestal do Ministério Agricultura.

Art 2º Os limites do parque ora criado, começam na margem direita do Rio Tocantins, confluência do Rio Tocantinzinho, seguindo por êste até a sua nascente; daí através das vertentes contornando a cidade de Veadeiros até a nascente do Rio Prêto; daí seguindo pela mesma vertente, a nascente do Córrego Santa Rita; daí pelo referido córrego até a confluência com o Ribeirão São Félix daí, pelo referido ribeirão São Félix até a sua confluência com o Rio Tocantins; daí, rio acima, até ponto de partida.

Art 3º Fica o Ministério da Agricultura, por intermédio do Serviço Florestal, autorizado a entrar em entendimento com o Governo do Estado de Goiás, demais entidades e pessoas, para promover receber doações ou desapropriações, das áreas necessárias à instalação do "Parque Nacional Tocantins".

Parágrafo único. A qualquer tempo poderão ser executadas obras de instalação ou de otimização de linhas de transmissão de energia elétrica na área do Parque criado por esse Decreto, bem assim nas áreas que lhe forem acrescidas. [\(Parágrafo único incluído pelo Decreto nº 4.276, de 21.6.2002\)](#)

Art 4º As terras, flora, fauna e belezas naturais da área constitutiva do "Parque Nacional Tocantins" ficam, desde logo, sujeitas ao regime especial previsto no Código florestal, aprovado pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934 e demais dispositivos legais vigentes.

Art 5º A administração do "Parque nacional do Tocantins" será exercida por Servidores e Técnicos do Ministério da Agricultura.

Art 6º O Ministério da Agricultura, dentro do prazo de cento e vinte dias, baixará as instruções necessárias ao cumprimento deste decreto.

Art 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de janeiro de 1961, 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
*Antônio Barros Carvalho*

*Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 12.1.1961*

# Senado Federal

## Secretaria-Geral da Mesa Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

### DECRETO Nº 70.492, DE 11 DE MAIO DE 1972.

*Dá nova denominação ao Parque Nacional do Tocantins; altera dispositivos do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e nos termos do artigo 5º, alínea a, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

#### DECRETA:

**Art. 1º** O Parque Nacional do Tocantins criado pelo Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, passa a denominar-se Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

**Art. 2º** Os artigos 2º, 3º e 4º do Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado no Estado de Goiás, no local do mesmo nome, com a superfície de 171.924,54 hectares, compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro:

Começa na interseção do Ribeirão dos Couros com a Rodovia GO-12 (Ponto 1); deste ponto, segue pela margem direita do citado Ribeirão até o local em que este recebe na sua margem esquerda as águas do Córrego Almacega (Ponto 2); daí, por uma linha reta de direção aproximada S.O., até o espigão da Serra da Boa Vista (Ponto 3); deste ponto, pelo citado espigão, em direção aproximada S.O. até as cabeceiras do Córrego Tamboril (Ponto 4); daí, pela sua margem direita, até sua confluência com o Córrego Cordovil (Ponto 5); neste ponto, cruza o Córrego Cordovil e segue pela sua margem direita até a encosta da Serra da Boa Vista, localizada à sua jusante (Ponto 6); daí, Torna a Cruzar o citado córrego e segue pelo espigão da referida serra em direções aproximadas de N.O. a S.O., até o marco nº 9, da Fazenda Volta da Serra (Ponto 7); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até a confluência do Córrego Barro Vermelho com o Ribeirão São Miguel (Ponto 8); deste ponto, segue pela margem esquerda do citado Córrego, em direção às suas nascentes, até à altura do marco 2 da Fazenda Volta da Serra (Ponto 9); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até o marco 3 da mesma fazenda (Ponto 10); daí, em linha reta de direção aproximada N.O., até o marco 4 da citada Fazenda, localizado à margem esquerda do Rio Preto (Ponto 11); deste ponto, em linha reta por 7.425m de direção aproximada S.O., até o local que o Rio Preto faz uma volta abaixo de duas cachoeiras e conflui com outra vertente (Ponto 12); deste ponto, cruza o rio e segue abaixo, pela margem direita, até a confluência com o Rio Claro (Ponto 13); deste ponto, pela margem esquerda do Rio Claro em direção às suas nascentes, até a sua confluência com o Ribeirão Montes Claros (Ponto 14); daí, sobe pela margem esquerda do Ribeirão Montes até o local onde recebe as águas do Córrego São Domingos (Ponto 15); daí, cruza o Ribeirão e segue acima pela margem esquerda do Córrego São Domingos até sua caída da Serra Santana (Ponto 16); deste ponto, em linha reta de direção aproximada leste, até o local denominado Burro Morto, à margem da Rodovia GO-12 (Ponto 17); daí, tomando-se a direção sul, pela margem direita da Rodovia, até sua intersecção com o Ribeirão dos Couros (Ponto 1).

01/10/2019

Decreto Numerado - 70492 de 11/05/1972Publicação Original [Diário Oficial da União de 11/05/1972] (p. 4130, col. 3)

**Art. 3º** É o Ministério da Agricultura, por intermédio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, autorizado a obter doações e promover as desapropriações que se fizerem necessárias à implantação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

**Art. 4º** As terras, a flora, a fauna e as belezas-naturais da região abrangida pelo Parque ficam sujeitas ao regime do Código Florestal em vigor e de outras leis concernentes à matéria.”

**Art. 3º** O Ministério da Agricultura baixará, dentro do prazo de noventa (90) dias, o Regimento do Parque e as instruções que se fizerem necessárias ao seu cumprimento.

**Art. 4º** O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1972; 151º da Independência e 84º da República.

**EMÍLIO G. MÉDICI**

L. F. Cirne Lima.

# Senado Federal

## Secretaria-Geral da Mesa

### Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

#### DECRETO Nº 86.173, DE 02 DE JULHO DE 1981.

*Altera os limites do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Os limites do Parque Nacional da Chapada Veadeiros, estabelecidos pelo Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961, e alterados pela Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972, passam a ser os seguintes:

Com a área de 60.000 ha, inicia no ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°03'20"S e longitude 47°30'51"WGr, localizado no cruzamento do limite esquerdo da faixa de domínio da Rodovia GO-118, liga Alto Paraíso de Goiás a Cavalcante, com o Rio dos Couros, (ponto 1); desce este rio, pela sua margem direita, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°09'26"S e longitude 47°35'37"WGr, localizado na interseção deste com limite direito da faixa de domínio da Rodovia GO-327, que liga Alto Paraíso de Goiás a Colinas, (ponto 2); segue por uma linha reta e seca, com 2089 metros de extensão no sentido geral noroeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°08'53"S e longitude 47°36'38"WGr, localizado na confluência do Ribeirão das Cobras com um dos seus afluentes, (ponto 3); sobe o Ribeirão das Cobras, pela sua margem esquerda, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°07'17"S e longitude 47°35'17"WGr, localizado nesta mesma margem, (ponto 4); segue por linha reta e seca, com 3571 metros de extensão no sentido geral noroeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°07'07"S e longitude 47°37'05"WGr, localizado na confluência do córrego Mulungu com o córrego Capão do Boi, (ponto 5); segue por linha reta e seca, com 3131 metros de extensão no sentido geral noroeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°07'03"S e longitude 47°39'00"WGr, localizado no alto da Serra Ferro de Engomar, (ponto 6); segue por linha reta e seca, com 3428 metros de extensão no sentido geral sudoeste até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°08'05"S e longitude 47°40'40"WGr, localizado no cruzamento desta linha com o limite direito da faixa de domínio da Rodovia 327, que liga Alto Paraíso de Goiás à Colinas, (ponto 7); segue pelo limite desta faixa de domínio no sentido de Colinas até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°10'04"S e longitude 47°47'29"WGr, (ponto 8); segue por linha reta e seca, com 4334 metros de extensão no sentido geral sudoeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°10'31"S e longitude 47°49'49"WGr, (ponto 9), daí, por outra linha reta e seca, com 1952 metros de extensão no sentido geral noroeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°10'09"S e longitude 47°50'50"WGr, localizado na margem direita do rio Preto, (ponto 10); desce o rio Preto, pela sua margem direita, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°09'55"S e longitude 47°53'46"WGr, localizado nesta mesma margem, (ponto 11), segue por linha seca e reta com 5323 metros de extensão no sentido geral noroeste até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°08'05"S e longitude 47°51'30"WGr, (ponto 12); segue por linha seca e reta, com 3717 metros de extensão no sentido nordeste até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°06'23"S e longitude 47°50'24"WGr, (ponto 13); segue por linha seca e reta, com 5106 metros de extensão no sentido nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°04'24"S e longitude 47°48'25"WGr, (ponto 14); segue por linha reta e seca, com 4923 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°03'24"S e longitude 47°46'15"WGr, (ponto 15); segue por linha reta e seca, com 4110 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°01'53"S e longitude 47°44'36"WGr, (ponto 16); segue por linha reta e seca com 1788 metros de extensão no sentido geral sudeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°02'39"S e longitude 47°43'59"WGr, (ponto 17); segue por linha reta e seca, com 3528 metros e extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°01'56"S e longitude 47°42'09"WGr, localizado na margem direita de um dos formadores do córrego Gameleira, (ponto 18); desce este formador, pela sua margem direita, até encontrar o córrego Gameleira e continua descendo pela margem direita deste córrego até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°00'38"S e longitude 47°42'07"WGr (ponto 19); segue por linha reta e seca, com 2874 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°59'38"S e longitude 47°40'53"WGr, (ponto 20); segue por linha reta e seca, com 930 metros de extensão no sentido geral noroeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 14°59'11"S e longitude 47°41'03"WGr, (ponto 21); segue por linha reta e seca, com 8127 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude



01/10/2019

Decreto Numerado - 86173 de 02/07/1981 Publicação Original [Diário Oficial da União de 03/07/1981] (p. 12415, col. 1)

13°55'20"S e longitude 47°38'51"WGr, (ponto 22); segue por linha reta e seca, com 4604 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°53'38"S e longitude 47°36'50"WGr, (ponto 23); segue por linha reta e seca, com 1704 metros de extensão no sentido sudeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°54'22"S e longitude 47°36'27"WGr, (ponto 24); segue por linha reta e seca, com 5748 metros de extensão no sentido geral sudoeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 47°37'41"WGr, (ponto 25); segue por linha reta e seca, com 1380 metros de extensão no sentido geral sudeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°57'16"S e longitude 47°36'55"WGr, (ponto 26); segue por linha seca e reta, com 6924 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°55'07"S e longitude 47°33'36"WGr, (ponto 27); segue por linha seca e reta, com 905 metros de extensão no sentido geral sudeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°55'15"S e longitude 47°33'17"WGr, (ponto 28); segue por linha seca e reta, com 5669 metros de extensão no sentido geral nordeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°53'16"S e longitude 47°30'55"WGr, localizado no cruzamento desta linha com a margem esquerda do córrego São Domingos, (ponto 29); segue por linha reta e seca, com 10699 metros de extensão no sentido geral sudeste, até o ponto de coordenadas geográficas: latitude 13°55'15"S e longitude 47°25'20"WGr, localizado na interseção desta linha com o limite esquerdo da faixa de domínio da Rodovia GO-118, que liga Alto Paraíso de Goiás a Cavalcante, (ponto 30); segue por este limite da faixa de domínio, no sentido de Alto Paraíso de Goiás até o ponto 1 desta descrição, fechando o perímetro.

**Art. 2º** - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 02 de julho de 1981; 160º da Independência e 93º da República.

**JOÃO FIGUEIREDO**  
Angelo Amaury Stábile